

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda

Cartografia das condições de trabalho e saúde de homens quilombolas

Montes Claros – Minas Gerais

2021

Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda

Cartografia das condições de trabalho e saúde de homens quilombolas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde - PPGCS da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Saúde.

Área de concentração: Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. João Felício Rodrigues Neto.

Coorientadora: Profa. Dra. Cristina Andrade Sampaio.

Montes Claros – Minas Gerais

2021

M672c Miranda, Sérgio Vinícius Cardoso de.  
Cartografia das condições de trabalho e saúde de homens quilombolas [manuscrito] / Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda. – Montes Claros, 2021. 137 f.: il.

Inclui Bibliografia.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes,

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde /PPGCS, 2021.

Orientador: Prof. Dr. João Felício Rodrigues Neto.

Coorientadora: Profa. Dra. Cristina Andrade Sampaio.

1. Saúde - Homens quilombolas. 2. Continente africano - Grupo com ancestrais. 3. Cartografia. Marcadores sociais. 4. Condições de Trabalho. 5. Agravos à saúde. I. Rodrigues Neto, João Felício. II. Sampaio, Cristina Andrade. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título.

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

Reitor: Prof. Dr. Antônio Alvimar Souza

Vice-reitora: Profa. Dra. Ilva Ruas Abreu

Pró-reitora de Pesquisa: Profa. Dra. Clarice Diniz Alvarenga Corsato

Coordenadoria de Acompanhamento de Projetos: Prof. Dr. Virgílio Mesquita Gomes

Coordenadoria de Iniciação Científica: Profa. Dra. Maria Alice Ferreira

Coordenadoria de Inovação Tecnológica: Prof. Dra. Sara Gonçalves Antunes

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. André Luiz Sena Guimarães

Coordenadoria de Pós-graduação *Lato-sensu*: Prof. Dr. Marcos Flávio Silveira Vasconcelos  
D'Angelo

Coordenadoria de Pós-graduação *Stricto-sensu*: Prof. Dr. Carlos Alexandre Bortolo

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

Coordenador: Prof. Dr. Alfredo Maurício Batista de Paula

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Renato Sobral Monteiro Junior

**DOUTORANDO:** SÉRGIO VINÍCIUS CARDOSO DE MIRANDA

**TÍTULO DO TRABALHO:** Cartografia das condições de trabalho e saúde de homens quilombolas

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Saúde Coletiva

**LINHA DE PESQUISA:** Educação em saúde, avaliação de programas e serviços

**BANCA (TITULARES)**

**ASSINATURAS**

Prof. Dr. João Felício Rodrigues Neto – Orientador/Presidente



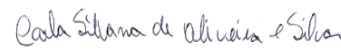
Profa. Dra. Cristina Andrade Sampaio – Coorientadora



Prof. Dr. Antônio Prates Caldeira – UNIMONTES



Profa. Dra. Carla Silvana de Oliveira e Silva – UNIMONTES



Profa. Dra. Climene Laura de Camargo – UFBA



Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos – ENSP/FIOCRUZ



**BANCA (SUPLENTES)**

Profa. Dra. Desirée Sant’Ana Haikal – UNIMONTES

Profa. Dra. Orlene Veloso Dias – UNIMONTES

**APROVADO**

**REPROVADO**

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha irmã, aos meus dois sobrinhos, à minha família, aos meus amigos, aos homens das comunidades quilombolas e a todas as pessoas que se fizeram presentes ao longo dessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais esta etapa vencida em minha vida, por me iluminar e me dar tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos.

A Nossa Senhora Aparecida, da qual sou devoto, sempre me protegendo e guiando todos os meus passos: “Maria, passa à frente e resolve aquilo que somos incapazes de resolver”.

Ao meu orientador, Dr. João Felício Rodrigues Neto, pela valiosa contribuição na escrita deste trabalho.

A minha coorientadora, Dra. Cristina Andrade Sampaio, pelo zelo durante toda essa jornada. Por seu espírito científico e, sobretudo, pelos grandes ensinamentos sobre a pesquisa qualitativa em saúde.

Aos professores Dr. Antônio Prates Caldeira, Dra. Carla Silvana de Oliveira e Silva, Dra. Climene Laura de Camargo, Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, Dra. Desirée Sant’Ana Haikal, Dr. Alfredo Maurício Batista de Paula e Dra. Orlene Veloso Dias, pela leitura do trabalho e participação na banca de defesa.

Aos meus pais, Antônio José Cardoso de Moura e Wilma de Miranda Cardoso, pelo amor, apoio e dedicação. Tudo que consegui só foi possível graças a vocês. Sempre me ensinaram agir com respeito, dignidade e honestidade. Exemplos de luta e sabedoria.

À minha irmã Virlady Cardoso de Miranda Moraes, companheira de todos os momentos, ao meu cunhado Thiago Moraes Neri e aos meus afilhados e sobrinhos Thiago Fellipe Cardoso Moraes e Antônio Vítor Cardoso Moraes, por trazerem alegria e espontaneidade para dentro de casa e abrilhantar nossa convivência.

À minha família pelo incentivo constante, pela atenção dispensada na minha formação, em especial à minha Madrinha Irene Rodrigues de Miranda (*in memoriam*) e aos meus tios Alcides Ferreira Filho (Tio Cide), Maria José Ferreira Ricaldi (Tia Lia), Belinda Ferreira Miranda e Silva (Tia Bela) e Valquíria Miranda Cruz (Tia Valquíria).

Às Equipes da Estratégia de Saúde da Família, da Gestão em Saúde, dos projetos do Ministério da Saúde e das Universidades que trabalhei, pelas boas lembranças da convivência diária, das trocas de experiências e vivências sobre o cuidado integral e multiprofissional em saúde e, principalmente, pela possibilidade de exercitar a educação permanente.

Às queridas amigas Ana Elisa Oliveira Lima, Suyane de Souza Lemos e Cristiane Lopes de Souza pela grande capacidade de escuta, amparo e torcida. Ao Cristiano Estevão Cabral com quem partilhei leituras e reflexões sobre o diário cartográfico e aos amigos André Cristiano Cruz e Deivide Cassiano Souza Ferreira pelos momentos de distração que, sem dúvida, tornaram essa fase mais leve.

Aos colegas do Doutorado em Ciências da Saúde, pelas inúmeras discussões e reflexões sobre o universo da saúde coletiva. Em especial a Pâmela Scarlatt Durães Oliveira pela parceria na elaboração do projeto, na exaustiva jornada de disciplinas e na pesquisa de campo.

Aos alunos da Iniciação Científica Voluntária: Denilson Barbosa de Jesus, Jannefer Leite de Oliveira, Falyne Pinheiro de Oliveira, Maria Luiza Oliveira Silva, Priscilla Loreddany Sousa Santos e Bruna Amorim Santos, pelo apoio em todas as viagens e na coleta de dados.

Às secretárias do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde Maria do Carmo Mendes Nobre, Kátia Cilene Maia Azevedo e Pâmila Kesia Barroso Rodrigues, pela disponibilidade durante as demandas burocráticas do curso.

Aos líderes comunitários, presidentes de associações e agentes comunitários de saúde dos territórios quilombolas pelo acompanhamento durante os trabalhos de campo, ajudando a me localizar nas comunidades e dando suporte durante as entrevistas.

Aos homens quilombolas, protagonistas desta pesquisa, que permitiram cartografar o mundo vivido do trabalho e a sua interface com a saúde. Gratidão por todos os encontros e diálogos.

E a todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a conclusão desta tese.



*Não sou filho de senhor de engenho  
Eu trabalho na palha da cana  
Quatro horas da manhã, pai acorda pra trabalhar  
Minha mãe vem me chamar na cozinha faz o café  
A enxada na parede em pé ele pega e vai amolar  
E os bicho pra amarrar, deixa a cabra no mato amarrada  
Vem ligeiro e pega o facão pra cortar a cana queimada  
No engenho tem limpeza de mato  
Escavação de terra pra plantar  
Cambiteiro a cana vai pegar  
Tem empeleiteiro, o cabo e feitor  
Carro-de-boi, carreiro, operador  
O trabalho no campo é pesado  
Na mão a foice faz calo  
Ticuqueiro dá duro, o suor pinga  
Bota o feixe de cana no caminhão  
Leva pra moer na usina*

Trabalhador Rural – Maciel Salu

## RESUMO

No Brasil, a origem das comunidades negras rurais está intrinsecamente relacionada ao passado escravista. A população quilombola apresenta um legado, uma herança cultural e material que lhe conferem um sentimento de ser e pertencer a um determinado território geográfico e existencial. Na interação com a terra, os homens quilombolas estruturam na categoria trabalho a sua autonomia para reprodução e manutenção da vida, da masculinidade, do sustento familiar e da determinação do processo saúde-doença. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi mapear a situação de trabalho e saúde de homens quilombolas residentes na Macrorregião de Saúde Norte, Estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de pesquisa qualitativa, fundamentada no método da Cartografia proposto pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os dados foram produzidos em 23 comunidades, por meio da realização de 94 entrevistas individuais, observação do mundo vivido e dos processos de trabalho, registros das afetações em um diário cartográfico e fotografias das incursões em campo. A Análise de Discurso possibilitou a definição de seis categorias temáticas e a elaboração de dois fluxogramas descritores das linhas de força do trabalho. A intersecção dos marcadores de raça, etnia, gênero, região, classe e escolaridade colabora para a precariedade ocupacional e a manutenção das iniquidades sociais. No trabalho, as linhas flexíveis permitem vivências de prazer e as linhas duras o desenvolvimento de adoecimento mental. Em três territórios, comprovamos a influência direta da interseccionalidade para a execução de atividades na carvoaria, pedreira e bananal. Esses ambientes são altamente insalubres, com presença de calor e fumaça, métodos que geram grande esforço físico e poeira de sílica, exposição excessiva ao sol e uso de agrotóxicos. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a população quilombola necessitam de articulação e fortalecimento pelo Estado, além de esforços para a participação democrática de todos os atores envolvidos, principalmente os homens quilombolas. A integração entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e o Ministério Público do Trabalho permite a construção de uma rede intersetorial para a articulação de ações de educação popular, assistência técnica, capacitação e qualificação dos trabalhadores. Essas medidas terão impacto direto no cotidiano de trabalho, no processo saúde-doença e na qualidade de vida do homem quilombola.

Palavras-chave: Grupo com ancestrais do continente africano. Marcadores sociais. Trabalho. Agravos à saúde. Cartografia.

## ABSTRACT

In Brazil, the origin of rural black communities is intrinsically related to the slave past. The quilombola population has a legacy, a cultural and material heritage that gives them a feeling of being and belonging to a specific geographic and existential territory. In the interaction with the land, quilombola men structure their autonomy in the category of work for the reproduction and maintenance of life, masculinity, family support and the determination of the health-disease process. In this context, the objective of this study was to map the work and health situation of quilombola men living in the Macroregion of Health North, State of Minas Gerais, Brazil. It is a qualitative research, based on the Cartography method proposed by the philosophers Gilles Deleuze and Félix Guattari. The data were produced in 23 communities, through 94 individual interviews, observation of the world experienced and work processes, records of the affects in a cartographic diary and photographs of the incursions in the field. Discourse Analysis enabled the definition of six thematic categories and the elaboration of two flowcharts describing the lines of work force. The intersection of markers of race, ethnicity, gender, region, class and education contributes to occupational precariousness and the maintenance of social inequities. At work, flexible lines allow experiences of pleasure and hard lines the development of mental illness. In three territories, we verified the direct influence of intersectionality for the execution of activities in the coal, quarry and banana plantation. These environments are highly unhealthy, with the presence of heat and smoke, methods that generate great physical effort and silica dust, excessive exposure to the sun and the use of pesticides. In this sense, public policies aimed at the quilombola population need articulation and strengthening by the State, in addition to efforts for the democratic participation of all actors involved, especially quilombola men. The integration between the Occupational Health Surveillance and the Public Ministry of Labor allows the construction of an intersectoral network for the articulation of Popular Education actions, technical assistance, training and qualification of workers. These measures will have a direct impact on daily work, on the health-disease process and in the quality of life of the quilombola man.

**Keywords:** Group with ancestors from the African continent. Social bookmarks. Job. Health problems. Cartography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|            |   |    |
|------------|---|----|
| Quadro 1 - | Microrregiões, municípios e comunidades quilombolas cartografadas no Norte de Minas Gerais, Brasil, 2019..... | 43 |
| Figura 1 - | Territórios quilombolas visitados na macrorregião.....  | 53 |
| Figura 2 - | Fluxograma descritor das linhas de força presentes no trabalho dos homens quilombolas.....                    | 64 |
| Figura 3 - | Fluxograma descritor das linhas de força do trabalho na carvoaria, pedreira e bananal.....                    | 75 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |  |
|-----------|--|
| ACS       | Agente Comunitário de Saúde  |
| CEP       | Comitê de Ética em Pesquisas   |
| CEREST    | Centro de Referência em Saúde do Trabalhador                           |
| CONAQ     | Coordenação Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas      |
| DPOC      | Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica                                     |
| EMATER    | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais        |
| EMBRAPA   | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                            |
| ESF       | Estratégia de Saúde da Família   |
| FPC       | Fundação Cultural Palmares   |
| GPS       | Sistema de Posicionamento Global                                       |
| HQ        | Homem Quilombola   |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                        |
| IICA      | Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura              |
| INCRA     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                    |
| MPT       | Ministério Público do Trabalho   |
| MS        | Ministério da Saúde  |
| PAC       | Programa de Aceleração do Crescimento                                  |
| PBC       | Programa Brasil Quilombola   |
| PNAD      | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                            |
| PNSIPCFA  | Política Nacional Saúde Integral Populações do Campo, Floresta e Águas |
| PNSIPN    | Política Nacional de Saúde Integral da População Negra                 |
| PNSTT     | Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora            |
| PPGCS     | Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde                         |
| RENAST    | Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador               |
| SENAR     | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural                                 |
| SEPPIR    | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial                |
| SUS       | Sistema Único de Saúde   |
| TCLE      | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                             |
| UNIMONTES | Universidade Estadual de Montes Claros                                 |
| VISAT     | Vigilância em Saúde do Trabalhador                                     |

## APRESENTAÇÃO

Iniciei os caminhos pela saúde quando ingressei no curso de graduação em Enfermagem nas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (2005). Desde o primeiro período as disciplinas que mais despertaram fascínio foram as ligadas à área da Saúde Coletiva. Após a conclusão do curso, o Sistema Único de Saúde me escolheu e ingressei profissionalmente na Rede de Atenção à Saúde da região norte de Minas Gerais (2010).

A primeira função foi como Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família no município de Japonvar. A inserção na Atenção Primária à Saúde possibilitou a experimentação do trabalho em equipe multiprofissional e o acompanhamento integral de saúde de indivíduos e famílias vinculadas ao território adscrito. Paralelo às funções da assistência, foram desempenhadas atividades como conselheiro municipal de saúde (2011), representando os trabalhadores da saúde e como secretário executivo da mesa diretora.

Visando melhorias no processo de trabalho, cursei as pós-graduações *lato sensu* em Vigilância e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde na Universidade Estadual de Montes Claros (2012); em Atenção Básica e Saúde da Família na Universidade Federal de Minas Gerais (2013) e em Saúde da Pessoa Idosa na modalidade a distância pela Universidade Federal do Maranhão em parceria com a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (2014).

Frente ao trabalho desempenhado na Equipe de Saúde da Família, surgiu o convite do gestor municipal de saúde para assumir a Coordenação da Atenção Primária à Saúde (2013) e a Coordenação de Vigilância em Saúde (2015). Na gestão, foram desenvolvidas ações voltadas para o diagnóstico, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação de metas e indicadores. No ano de 2016 fui aprovado em concurso público e empossado no cargo de Enfermeiro no mesmo município, retornando, assim, para a assistência à saúde.

Na docência, as primeiras experiências foram como professor na educação profissional e tecnológica (2010), em cursos técnicos de enfermagem e segurança do trabalho e na qualificação de agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias pela Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros. Nesse momento, a conclusão do

curso de especialização em Educação Permanente em Saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015) possibilitou o aperfeiçoamento da minha prática pedagógica, principalmente relacionada à facilitação de processos educacionais na saúde, com ênfase na utilização das metodologias ativas.

Em seguida ingressei no ensino a distância, no papel de tutor e mediador de cursos de especialização voltados para médicos do Programa Mais Médicos, além de orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Intervenção, Planos de Ação e Portfólios Reflexivos. Estive como tutor/orientador nos cursos de especialização em Saúde da Família na Universidade Federal de Pelotas (2014); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2015); Universidade Federal de São Paulo (2015-2020); Universidade Federal da Bahia (2018) e Universidade de Brasília (2015-2021).

Tenho também experiência de tutoria nos cursos de especialização em Saúde Indígena na Universidade Federal de São Paulo (2017); especialização em Gestão em Saúde na Universidade Federal de São João Del-Rei (2018); especialização em Vigilância em Saúde na Universidade Federal de Pernambuco (2020) e especialização em Preceptoria em Saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020).

Estar envolvido diretamente em atividades do quadrilátero da formação para a área da saúde (ensino, gestão, atenção e controle social) acabou me afetando pelos mais diferentes encontros: com outras pessoas, lugares, histórias, conhecimentos e experiências. A docência e a pesquisa acadêmica se tornaram uma grande paixão e no Rio de Janeiro cursei o Mestrado em Saúde Pública na área de concentração em Vigilância em Saúde (2014) na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz.

A motivação para a abordagem da temática do projeto de mestrado surgiu da inquietação enquanto trabalhador de uma equipe de saúde da família situada em zona rural. O público masculino não procurava a Unidade Básica de Saúde e a equipe não programava nenhuma ação voltada para a saúde do homem e/ou para a saúde dos trabalhadores rurais.

A dissertação intitulada: “Percepção do homem trabalhador rural sobre a organização dos serviços da estratégia de saúde da família no seu território”, teve como inesquecível orientação

o Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural, carinhosamente conhecido como professor Fadel.

A defesa do mestrado (2016) culminou com a publicação de três produtos: I) “A visão do homem trabalhador rural norte-mineiro sobre o cuidado em saúde no contexto da atenção primária à saúde” na revista *Ciência & Saúde Coletiva*; II) “Necessidades e reivindicações de homens trabalhadores rurais frente à atenção primária à saúde” na revista *Trabalho, Educação e Saúde*; e III)- “Singularidades do trabalho rural: masculinidades e procura por serviços de saúde em um território norte mineiro” na revista *Physis: Saúde Coletiva*.

Nessa jornada acadêmica, iniciei em março de 2017 o Doutorado em Ciências da Saúde na área de concentração em Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Montes Claros. O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde conta com um corpo docente multidisciplinar, com experiência de cooperação científica, produção acadêmica de impacto nacional e internacional e conceito de excelência 6 na última avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O projeto apresentado para a seleção tinha como objetivo a “Análise do processo de trabalho de equipes de saúde da família situadas em zonas rurais”. No primeiro contato, o prof. Dr. João Felício destacou o interesse em desenvolver um grande estudo epidemiológico sobre a saúde da população quilombola residente no norte de Minas Gerais, em parceria com a profa. Dra. Cristina Sampaio, antropóloga da saúde e autora de uma tese sobre as representações culturais de quilombolas-vazanteiros no acampamento Rio São Francisco.

O desafio foi aceito levando em consideração a minha experiência com a saúde do homem e do trabalhador rural, a oportunidade ímpar de aproximação com a população quilombola, a temática de extrema relevância social, além da inserção da saúde da população negra e das comunidades tradicionais na agenda de prioridades de pesquisas do Ministério da Saúde.

Durante o primeiro ano do curso, desenvolvemos a escrita do projeto intitulado “Situação de saúde e trabalho de famílias quilombolas rurais”, com a utilização da triangulação de métodos quantitativos e qualitativos para a abordagem da saúde do homem e da mulher. Nesse período realizamos a seleção e capacitação de quatro acadêmicos do curso de graduação em



enfermagem e duas acadêmicas de odontologia da Unimontes, encontros mensais para o planejamento das ações e educação permanente em saúde.

Inicialmente a minha pesquisa seria quali-quantitativa. Porém, depois de muitas tratativas obtive autorização do orientador para trabalhar exclusivamente com a metodologia qualitativa. Pela sua expertise na pesquisa qualitativa em saúde, a profa. Dra. Cristina Sampaio sugeriu a utilização da Cartografia para o mapeamento dos processos de subjetivação dos homens quilombolas e a compreensão dos significados atribuídos à vida, ao trabalho e à saúde.

No segundo ano do projeto foram integrados ao grupo de pesquisa dois alunos de mestrado e outros dois alunos de doutorado para trabalharem com a saúde bucal dos idosos, as doenças crônicas não transmissíveis e os itinerários terapêuticos percorridos pelas famílias quilombolas para o cuidado à saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética no segundo semestre de 2018 e em 2019 foram realizadas as viagens para a coleta e produção de dados.

Para aprofundamento teórico-metodológico foram cursadas no doutorado as disciplinas de Epidemiologia I; Bioestatística I e II; Avaliação Crítica de Projetos e Artigos Científicos I e II; Projetos Interdisciplinares; Inovação em Ciência e Tecnologia; Seminários em Saúde; Bioética I e Pesquisa Qualitativa I, além da disciplina de Gênero e Subjetividade no Programa de Pós-graduação em História da Unimontes.

Felizmente esse trabalho não foi uma construção solitária. Suas páginas, que serão lidas e analisadas a seguir, são frutos de um esforço coletivo e trazem as mãos de inúmeras pessoas – homens quilombolas, lideranças locais, agentes comunitários de saúde, enfermeiros, gestores municipais e regionais de saúde, acadêmicos de graduação, professores do programa de pós-graduação, formuladores de políticas públicas, pesquisadores da saúde do trabalhador, e tantos outros personagens que juntos, contribuem para o fortalecimento da saúde coletiva.

Em suma, foram quatro anos de muita dedicação ao projeto de pesquisa, leituras de referencial teórico-metodológico, análise dos dados e escrita da tese, além dos desafios diários e a persistência para concluir esse importante ciclo. Em homenagem a população quilombola, cito trechos da letra do samba “Tá Escrito” do grupo Revelação:

*“Quem cultiva a semente do amor  
Segue em frente e não se apavora  
Se na vida encontrar dissabor  
Vai saber esperar a sua hora*

*Às vezes a felicidade demora a chegar  
Aí é que a gente não pode deixar de sonhar  
Guerreiro não foge da luta (...)*

*É dia de sol, mas o tempo pode fechar  
A chuva só vem quando tem que molhar  
Na vida é preciso aprender  
Se colhe o bem que plantar*

*Erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé  
Manda essa tristeza embora  
Basta acreditar que um novo dia vai raiar  
Sua hora vai chegar”.*

## SUMÁRIO

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 1   | INTRODUÇÃO.....  | 20  |
| 1.1 | Resgate histórico, cultural, territorial e político das comunidades quilombolas.....   | 20  |
| 1.2 | Os marcadores sociais e a interseccionalidade vivenciada pelos homens quilombolas.....   | 25  |
| 1.3 | As condições de trabalho, os riscos ocupacionais, a saúde mental e a vigilância em saúde do trabalhador.....   | 30  |
| 1.4 | A dimensão pedagógica da vigilância em saúde do trabalhador e a construção de redes intersetoriais voltadas para os homens quilombolas....                                       | 35  |
| 2   | OBJETIVOS.....   | 38  |
| 2.1 | Objetivo geral.....  | 38  |
| 2.2 | Objetivos específicos.....   | 38  |
| 3   | METODOLOGIA.....   | 39  |
| 3.1 | Delineamento do estudo.....  | 39  |
| 3.2 | Universo e sujeitos da pesquisa.....   | 42  |
| 3.3 | Produção de dados.....   | 44  |
| 3.4 | Análise dos dados.....   | 45  |
| 3.5 | Aspectos éticos.....   | 46  |
| 4   | PRODUTOS.....  | 47  |
| 4.1 | Artigo 1: Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental.....   | 48  |
| 4.2 | Artigo 2: Os homens quilombolas e a exposição ocupacional: uma cartografia da saúde desses trabalhadores.....  | 69  |
| 5   | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 89  |
|     | REFERÊNCIAS.....   | 92  |
|     | APÊNDICE A – Roteiro Disparador de Entrevistas.....  | 103 |
|     | APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....   | 104 |
|     | APÊNDICE C – Termo de Autorização de Uso de Imagem em Pesquisa.....  | 106 |
|     | APÊNDICE D – Caminhos percorridos na construção da cartografia das condições de trabalho e saúde de homens quilombolas por meio de registros fotográficos e diário de campo..... | 107 |

|   |     |
|---|-----|
| ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética.....   | 132 |
| ANEXO B – Comprovante de Publicação do Produto 1 na Revista<br>Interface: Comunicação, Saúde, Educação..... | 136 |
| ANEXO C – Comprovante de Submissão do Produto 2 na Revista<br>Cadernos de Saúde Pública.....                | 137 |

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Resgate histórico, cultural, territorial e político das comunidades quilombolas

A questão da formação dos quilombos é bastante discutida pela literatura em relação ao caráter histórico, social, libertário e político dos negros que romperam com os ditames do sistema escravagista para se organizarem coletivamente numa sociedade pautada por princípios de liberdade, igualdade, dignidade e justiça. Os regimes escravocratas no Brasil utilizaram de forma compulsória a força de trabalho de milhões de mulheres e homens negros, capturados e retirados das mais diversas regiões da África (MONTEIRO, 2013).

Os escravizados foram inseridos nos diferentes setores da economia e da sociedade brasileira e em decorrência das constantes repressões e violentas punições sofridas reagiram ao regime escravista com distintas formas de resistência. A fuga caracterizou-se como uma das formas mais recorrentes, levando à formação de grupos negros que se abrigaram em localidades isoladas geograficamente (REIS; GOMES, 1996). O Quilombo dos Palmares em Alagoas representou um dos maiores movimentos dessa resistência.

A primeira definição de quilombo foi apresentada em 1740, onde o então Conselho Ultramarino reportando-se ao rei de Portugal, considerou como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Esta caracterização perpetuou-se como definição clássica até meados dos anos 70.

Os quilombos também se constituíram para além das fugas, a partir de uma grande diversidade de processos, incluindo as heranças e doações de terra por antigos proprietários, o recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que os negros ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades após a decadência das lavouras e a compra de terras após a extinção do regime escravocrata (ALMEIDA, 1999; SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e história destes grupos, duas denominações também possíveis é a de terras de preto ou territórios negros, como utilizada por autores da antropologia, com destaque para Andrade (1997); Almeida (1999) e Arruti (2006). Nesse sentido, a população quilombola é composta por segmentos negros que apresentam um legado, uma herança cultural e material que lhe conferem uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um determinado grupo social.

Este sentimento de pertencer a um grupo é uma das formas de expressão da identidade quilombola, construída sempre em relação aos outros grupos com os quais se relacionam (MARTINS, 1991). O conceito de identidade que adotamos não é aquele que se define apenas pelas relações internas, circunscrita aos sujeitos que pertencem a uma determinada comunidade. Ao contrário, o processo identitário também é construído como um fenômeno antagônico à dominação vivida, o qual se produz sobre certos determinantes históricos, políticos, sociais e territoriais.

Um território não deve ser entendido apenas como o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território é o chão mais a população, ou seja, o fato e o sentimento de pertencer a um determinado espaço. É o lugar da residência, das resistências, o fundamento do trabalho, das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida (SANTOS *et al.*, 2011). Os territórios constituem identidade estrutural e fluída, sempre levando em consideração a flexibilidade dos grupos étnicos, sobretudo, um grupo, confrontado por uma situação histórica, como no caso dos quilombolas, que vem lutando pelo direito de posse e titulação definitiva de suas terras (COSTA, 2013).

Não se deve imaginar que os quilombolas tenham resistido em suas terras até os dias de hoje porque ficaram isolados, à margem da sociedade (FERREIRA *et al.*, 2005). Pelo contrário, sempre se relacionaram intensa e assimetricamente com a comunidade do entorno, resistindo às várias formas de opressão e violência para permanecer em seus territórios ou, ao menos, em parte deles.

Dessa forma, a dialética do território revela as diferentes formas de poder nele estabelecida, seja o poder do Estado, do capital ou das relações entre as populações. Nos espaços de vivência coletiva, a identidade quilombola é gerada por meio de suas peculiaridades no uso dos recursos naturais, o trabalho rural, as relações simbólico-culturais, a memória e as tradições locais, o

conflito com a sociedade capitalista, os espaços de sociabilidade e as organizações e associativismo comunitários (ARRUTI, 2006; COSTA, 2013).

O direito dessas comunidades aos seus territórios é resultado direto de um processo de luta política e substancialmente, de conquistas e reivindicações dos movimentos negros organizados no Brasil. A partir da década de 1980, esse movimento começou atuar junto às comunidades negras rurais nas regiões Norte e Nordeste e expandiu-se para as outras regiões do país. Nesse momento, o Brasil vivenciava uma conjuntura política de reivindicações para abertura à ampla participação popular, motivada pelo anseio de redemocratização.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram discussões de cunho técnico e acadêmico que levaram à revisão e adequação dos critérios utilizados para a conceituação do termo quilombola (ANDRADE, 1997). Para que a maioria dos grupos negros rurais que efetivamente, reivindicam a titulação de suas terras pudessem ser contemplados por esta categoria passou-se, então, a considerar também a existência de uma identidade social e étnica, seus modos de vida, bem como a antiguidade da ocupação dos territórios.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal reconheceu aos quilombolas que estiverem ocupando suas terras, a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos. Ainda em 1988, o Governo Federal criou a Fundação Cultural Palmares (FPC), inicialmente vinculada ao Ministério da Cultura para a promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos da população negra. Entre 1997 e 1999, o Governo Federal delegou à FCP a competência para a realização da certificação dos territórios quilombolas (CARVALHO, 2016).

Em dezembro de 2002, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) remeteu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva – um documento traçando uma avaliação crítica do desempenho da FCP e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e apontando os principais desafios a serem superados para o reconhecimento e fortalecimento das comunidades quilombolas (CARVALHO, 2016).

Foi definido então pelo presidente da república que a FCP ficaria responsável também por inscrever a autodefinição dos grupos em seu cadastro geral e expedir uma certidão de

autorreconhecimento e ao INCRA a regularização fundiária e titulação dos territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares.

A partir de 2003, a questão racial ganhou grande destaque na agenda governamental nacional. Nesse ano foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que passou a ser responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial.

Entre 2004 e 2007, foram lançados o Programa Brasil Quilombola (PBC) e o Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola), visando melhorar as condições de vida e estrutura dessas comunidades. O PBC foi planejado por meio de ações transversais, setoriais e interinstitucionais, envolvendo a participação de 23 Ministérios, para o atendimento de quatro eixos temáticos: (I) Acesso à terra; (II) Infraestrutura e qualidade de vida; (III) Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva; e (IV) Direitos e Cidadania (SILVA, 2018).

O PAC Quilombola iniciou em algumas comunidades obras de infraestrutura, como habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso, além do direcionamento de investimentos financeiros para as áreas da educação, assistência social e saúde (MADEIRA; GOMES, 2018). Em seguida, no ano de 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, voltada para o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.

Essa política foi estruturada levando em consideração os recortes de etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, bem como a relação dessas categorias em cada comunidade, de modo a não desrespeitar ou negligenciar as diferenças entre os grupos. Por fim, no ano de 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância (CARVALHO, 2016).

Em relação às políticas públicas de saúde voltadas para a população negra e para os povos e comunidades tradicionais, especificamente os quilombolas, o Ministério da Saúde (MS) lançou em 2009 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e em 2011 a



Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA). Nesse mesmo período o MS garantiu também por meio das portarias nº 1.599 de 09 de julho de 2011 e nº 978 de 12 de maio de 2012 o acréscimo de 50% nos valores financeiros repassados para as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) situadas em territórios quilombolas e atualizou o quantitativo populacional de residentes nessas comunidades, por município, para o cálculo do teto de equipes de ESF modalidade I e de Equipes de Saúde Bucal.

A PNSIPN busca complementar, aperfeiçoar e viabilizar as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população negra, fortalecendo a equidade na efetivação do direito humano à saúde em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, incluindo aqueles de maior prevalência nesse segmento populacional, como por exemplo, a doença falciforme, hipertensão arterial, diabetes tipo 2, dentre outras (CHEHUEN NETO *et al.*, 2015).

A PNSIPCFA visa o reconhecimento das especificidades de saúde das populações do campo, floresta e águas, por meio de ações voltadas para a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas (BRASIL, 2013). São contemplados por essa política de saúde os camponeses, sejam eles agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, as comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, quilombolas e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas e ainda as populações atingidas por barragens.

Nessa perspectiva, autores como Vieira e Monteiro (2013); Gomes *et al.* (2013) e Pauli *et al.* (2019), comprovaram em seus estudos que a assistência à saúde nos quilombos é realizada majoritariamente pelas equipes de Saúde da Família/Saúde Bucal, em um número reduzido de Unidades Básicas de Saúde, com uma baixa disponibilidade de insumos, equipamentos e profissionais para compor as equipes, especialmente médicos, dentistas e enfermeiros.

Soma-se a essa realidade as grandes barreiras geográficas e os problemas crônicos de acesso aos procedimentos de média e alta complexidade no SUS. Os autores destacam ainda que o Agente Comunitário de Saúde (ACS) é o trabalhador da área da saúde que mantém uma maior proximidade e responsabilidade pelo acompanhamento do estado de saúde das famílias quilombolas.

## 1.2 Os marcadores sociais e a interseccionalidade vivenciada pelos homens quilombolas

Os marcadores sociais identificam e diferenciam os sujeitos por meio de variáveis que operam processos de estruturação de posições sociais, discriminação e exclusão. Frequentemente, os marcadores sociais se interligam criando complexas intersecções em que dois, três ou mais eixos acabam se cruzando. A interseccionalidade busca exatamente capturar as consequências da interação entre os vários sistemas de opressão como o racismo, o patriarcado, as desigualdades de classe, localização geográfica, entre outras (CRENSHAW, 2002).

Iniciamos pelo marcador de raça/etnia cuja análise encontra-se estruturada no campo teórico das relações históricas de trabalho no Brasil e nos estudos de identidade racial e racismo, iniciados em 1970. Posteriormente, apresentamos os significados de preconceito de cor e racismo e os impactos para o desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho desempenhado pelos homens quilombolas.

Com a abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República no Brasil, o monopólio do poder, o controle sobre o Estado e o domínio político passaram a ser exercidos pelos grandes proprietários de terra. Diante dos seus interesses econômicos e políticos, o índio, o negro e mesmo o branco nacional passaram a ser uma questão que a nascente burguesia remetia a último plano.

Conforme Martins (2012), nesse período as pretensões de redefinição social e cultural conduziam-se no sentido de uma política de valorização do imigrante europeu, num processo em que o negro ao entrar nas novas condições imposta pelo mercado de trabalho foi profundamente bloqueado pelos estrangeiros e brancos. A constituição do capitalismo teve a exploração do trabalho livre como condição fundamental para imprimir a lógica da discriminação racial na sociedade brasileira.

Somente a partir da década de 1930, com o desenvolvimento urbano e a expansão agrícola, os negros foram sendo inseridos no mercado de trabalho formal, embora essa inserção esteja associada às atividades mais degradantes e rejeitadas pelos trabalhadores brancos. Esse contexto histórico, acabou reforçando um processo de discriminação racial, onde a cor ou outros

atributos raciais distinguíveis passaram a ser uma fonte direta para a seleção de postos de trabalho (GUIMARÃES, 2004; MARTINS, 2012).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o termo raça é utilizado para caracterizar traços biológicos herdados, ou seja, características genéticas e fenotípicas que diferenciam os grupos humanos. Por etnia se depreende um grupo de indivíduos e/ou comunidades que se reconhecem como pertencentes à mesma origem gentílica, compartilhando traços culturais através da história de sua existência, a qual remete a um passado coletivo, somado a algum grau de solidariedade, costumes e/ou crenças (OLIVEIRA, 2003; FARO; PEREIRA, 2011).

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), os negros representavam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho no Brasil. A taxa de desemprego dos trabalhadores pretos e pardos foi superior à dos brancos (13,6% vs. 9,2%). Enquanto 34,6% de pessoas brancas se encontravam em condições informais de trabalho, a informalidade atingiu 47,3% de pretos e pardos. Pretos e pardos que compõem a população negra do país também foram a maioria entre os trabalhadores desocupados (64,2%) (IBGE, 2019).

Observa-se também uma maior participação de homens pretos e pardos em trabalhos informais, como por exemplo, o desempenho de atividades agropecuárias, que apresentou 62,7% de ocupados, a construção civil, com 65,2% e os serviços domésticos com 66,6%. Já a pesquisa sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (IBGE, 2018), apontou que nas distintas regiões do país, entre 2012 e 2018, os homens brancos ganharam 73,9% à mais do que os homens pretos ou pardos.

A luta pela consolidação dos direitos trabalhistas da população negra e/ou quilombola pauta-se fundamentalmente, no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A redação do artigo deixa claro que “Todas as pessoas têm direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual, além de direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência digna”.

A raça/cor tem sido pouco abordada nas explicações sobre como a maneira preconceituosa e discriminatória que a sociedade trata os seus segmentos leva às desigualdades econômicas e sociais, e estrutura desvantagens que determinam posição de menor valor para os grupos afetados. Nessa direção, raça/cor deve ser compreendida como uma variável social que traz em si a carga das construções históricas e culturais e representa um importante determinante da falta de acesso e equidade no trabalho (ARAÚJO, 2009).

O marcador de gênero enfatiza a noção de cultura, situando-se na esfera social e apresentando-se como uma categoria impregnada em um emaranhado de subjetividades, diferenças e contrastes entre os sexos (SCOTT, 1995). É considerado também uma forma primária de dar significado às relações de poder, organizadas de modo binário, desigual e hierarquizado, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro.

Ao analisarmos as características socioculturais que permeiam o cotidiano das comunidades quilombolas, percebemos como as relações de gênero são articuladas por meio da demarcação dos papéis de homens e mulheres, com a atribuição de lugares diferentes na família, na vida comunitária e no trabalho. De acordo com Monteiro (2013), na divisão sexual do trabalho nos quilombos são reservadas às mulheres a esfera do cuidado do lar, função, quando não invisível, tida como de pouco valor social e aos homens, a esfera produtiva, com tarefas consideradas de prestígio e que conferem reconhecimento dentro das comunidades.

Essa realidade encontra-se sustentada fortemente pela posição dos homens na complexa estrutura das relações de gênero e principalmente pela masculinidade, compreendida como um projeto construído coletivamente em contextos específicos, entre eles, o universo quilombola. Nesse sentido, para Hassard, Hollyday e Willmot (2000), a identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho, considerado como o início da autoconstituição da humanidade enquanto gênero.

A questão do ingresso no mercado de trabalho representa para o homem uma forma de exercício da masculinidade propriamente dita, por meio do afastamento da família pelo alcance da sua independência financeira (LUKÁCS, 1981). A partir dessa independência nasce a possibilidade da constituição de uma nova família e o exercício do papel do homem de provedor. Na medida em que trabalham e geram recursos materiais capazes de garantir o seu sustento, os homens

quilombolas obtêm reconhecimento de sua posição por outros homens, que passam a reconhecer seu status na comunidade.

Existem múltiplas masculinidades e, em seu conjunto, pode haver uma que ocupa um lugar de hegemonia, entendida como um modelo a ser seguido pelos homens e como uma posição sempre disputada (CONNELL, 1997; FIGUEIREDO, 2008). A masculinidade hegemônica se caracteriza pela dominação por parte de alguns homens na sociedade, tendo como atributos a virilidade, a competitividade, a força e a ambição, entre outros. Nesse modelo de masculinidade, ser homem representa por si só um empoderamento social.

As masculinidades apresentam ainda uma distribuição geográfica, com especificidades locais, regionais e globais, e acabam influenciando o modo de pensar e de se comportar dos homens. O nível local é construído por meio da interação face a face dos indivíduos, famílias, organizações e comunidades. O nível regional pela integração de práticas locais específicas em uma determinada macrorregião e o nível global, pelas arenas transnacionais das políticas mundiais e da mídia (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). A abordagem do nível local da geografia das masculinidades, permite o reconhecimento da importância que cada território quilombola apresenta para a formação dos homens e a objetivação do gênero.

Os marcadores de região e classe permitem analisar e compreender como a inclusão ou exclusão social apresentam impactos diretos sobre a dinâmica de vida de pessoas e grupos que vivenciam determinadas realidades sociais. Para Fortini *et al.* (2019), a pobreza é muito desigual em todo o Brasil, principalmente pelas heterogeneidades regionais geradas e mantidas pela dominação do capitalismo. Existe uma diferença entre ser pobre no Nordeste e na região Sul, na área urbana ou rural.

De acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2019–2030), em 2018 existiam 102.406 indivíduos em situação de extrema pobreza em Minas Gerais, número que correspondia a 5,78% da população total do estado (MINAS GERAIS, 2019). O estado apresenta uma grande disparidade socioeconômica entre as macrorregiões, na qual as regiões Central, Sul e Triângulo apresentam um melhor desempenho econômico e desenvolvimento social crescente (PEREIRA; SOUZA, 2018).

A extrema pobreza pode ser identificada em Minas Gerais principalmente na região Norte, historicamente marcada pelo fraco dinamismo econômico. Essa macrorregião concentra 24,7% dos agricultores familiares em situação de pobreza, e é considerada como uma das regiões mais pobres do Brasil. Devido à proximidade geográfica, o Norte de Minas acompanha o comportamento da economia nordestina, com características muito semelhantes ao seu perfil econômico e social (DIAS *et al.*, 2002; MINAS GERAIS, 2019).

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2013) define que as características mais marcantes da pobreza são de origem rural e incidente nos pequenos agricultores que habitam o campo, em territórios nos quais o agronegócio enfrenta resistência para inserir suas atividades ou que não apresentam características climáticas ideais para realizar seus investimentos.

Na região Sudeste, essa realidade pode ser verificada nos amplos territórios de agricultura debilitada do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha (FORTINI *et al.*, 2019). Desse modo, infere-se que o que é associado ao rural tem sido desvalorizado pelo capitalismo, tanto em relação aos modos de vida como as formas tradicionais de produção.

Um estudo realizado por Fernandes, Zakabi e Calegare (2016) com moradores de um assentamento agrário no Ceará, um quilombo no agreste de Alagoas e uma comunidade ribeirinha no Amazonas, comprovou a existência de desigualdades sociais impostas pela dominação/opressão da sociedade urbana ao pertencimento étnico-racial, de localização geográfica, classe e nível de escolaridade dos assentados rurais, quilombolas e ribeirinhos.

Em relação a escolaridade, de acordo com o IBGE (2018), os residentes em áreas rurais, os negros e os quilombolas são os brasileiros com os menores níveis de escolaridade, em todas as modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio e superior). Essa população enfrenta piores condições de aprendizagem, com desigualdades educacionais múltiplas e sobrepostas.

Embora se verifiquem progressos no nível educacional da população brasileira, como redução de quatro pontos percentuais na taxa de analfabetismo na última década, a desigualdade racial em relação ao acesso à educação persiste (IBGE, 2019). Em qualquer grupo etário, inclusive entre aqueles em idade escolar, a taxa de analfabetismo entre negros ainda representa mais que

o dobro da população branca. Em 2018, a taxa de analfabetismo chegou a 9,1% na população negra e o pior cenário refere-se aos negros residentes em zona rural, chegando à 20,7%.

De acordo com Madeira e Gomes (2018), a população quilombola apresenta os piores indicadores de escolaridade em relação aos brancos e aos pretos e pardos que residem em áreas rurais. A baixa escolaridade é um fenômeno que apresenta influência direta sobre o tipo de ocupação dos homens quilombolas, colocando-os em uma condição de discriminação ocupacional e exclusão social.

Destacamos como principais fatores para a evasão e o abandono escolar por parte desta população a fragilidade das políticas públicas na área de educação no campo; a falta de incentivo dos pais; a disposição de escolas nos quilombos apenas para os anos iniciais; as longas distâncias para serem percorridas para a continuidade dos estudos; a dificuldade ou ausência de transporte escolar até a sede dos municípios e a necessidade de trabalhar e contribuir com a renda familiar.

### 1.3 As condições de trabalho, os riscos ocupacionais, a saúde mental e a vigilância em saúde do trabalhador

Adotamos o conceito de trabalho em sua dimensão natural, sob a luz da teoria do marxismo. Para Marx (1985), o trabalho, como relação entre o homem e a natureza, permite que o indivíduo produza elementos indispensáveis à sua vida, através da transformação do elemento natural e que também transforme a si próprio. O trabalho é, portanto, o primeiro ato histórico dos homens objetivando satisfazer suas necessidades de reprodução social. É por meio do trabalho que o homem se diferencia dos outros animais, constituindo-se como gênero humano e permitindo a produção de bens materiais.

Nessa concepção, o trabalho e o ser humano estão em relação recíproca de produção, isto é, o ser humano produz o trabalho e o trabalho produz o ser humano, mas ambos devem ser considerados em sua concretude (MARX, 1974). Para isso, o homem coloca em movimento o seu corpo, ou seja, utiliza-se de sua energia para transformar a matéria natural e produzir algo

novo. No modo de produção capitalista a sociedade é regida pelo trabalho concreto, que se manifesta no valor de uso e pelo trabalho abstrato, que se manifesta no valor de troca.

Desta forma, o capital retira do trabalho a sua função específica que é a de produzir objetos úteis à vida social e torna o trabalho como um produtor de valor (MARX, 1985). O trabalho produtivo é aquele que produz um excedente para o capital e ainda se apresenta como fonte de remuneração do trabalhador, que precisa produzir mercadorias que tenham valor de troca e reproduza o valor investido pelo capitalismo (LESSA, 2009).

Na busca incessante pela produtividade e respectivamente pelo lucro, o trabalho acaba se tornando um inimigo do próprio trabalhador, que não tem outra opção a não se submeter a um sistema opressivo e exploratório. Segundo Marx (1974), mesmo que os trabalhadores sintam na pele o fardo dessa opressão, eles precisam lutar para garantir a sua sobrevivência. Nessa luta, o capitalismo cria entre os homens uma competição acirrada por uma vaga de trabalho, onde os seus concorrentes são justamente outros trabalhadores.

De acordo com Costa (2013), na interação com a terra, os homens quilombolas expressam na categoria trabalho a sua autonomia para reprodução e manutenção da vida. Nessas comunidades os homens desenvolvem o trabalho rural, na agricultura, em suas pequenas propriedades ou em propriedades de terceiros. O agrossistema tradicional é a técnica utilizada, com um maior aproveitamento da mão de obra dos trabalhadores, associada com a baixa utilização de recursos tecnológicos para o plantio e cultivo dos alimentos.

Devido à pouca quantidade de solos férteis, a maioria das lavouras é temporária, visando, principalmente, o autoconsumo de feijão, milho e mandioca. O processo de produção inicia com a seleção das sementes e a limpeza da área para o plantio, com a utilização de instrumentais simples como a enxada, machado, foice e facões. Nesse universo, valores e práticas são transmitidos pelas relações familiares, entre os vizinhos e a comunidade.

Nas grandes fazendas situadas no entorno dos quilombos são ofertados para os homens quilombolas o trabalho na bananicultura, na monocultura de eucalipto, nas carvoarias e nas pedreiras. Existe também um movimento de migração desses homens para os centros urbanos em busca de outros empregos. Importante destacar que todas essas condições de trabalho são marcadas pela extensão da jornada de trabalho, intensificação do seu ritmo, pagamento por



produção, descumprimento de direitos trabalhistas e uma multiplicidade de situações de perigo (ANTUNES, 2014).

O trabalho masculino quilombola é executado em ambientes propiciadores de diversos riscos ocupacionais. Os trabalhadores ao ar livre estão mais expostos às radiações ultravioleta e ao calor, sendo que a exposição prolongada ao sol pode causar envelhecimento precoce e aumentar o risco de desenvolvimento de câncer de pele (CEZAR-VAZ *et al.*, 2015). Devido ao trabalho forçado e manual, esses homens apresentam constantemente cansaço físico e transtornos musculoesqueléticos, como as lombalgias.

Nas proximidades de pedreiras, na extração mineral e construção civil, o contato com a sílica representa um dos principais riscos ocupacionais causadores da silicose, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), câncer de pulmão, insuficiência renal e aumento do risco de tuberculose pulmonar e de doenças do colágeno (SILVA *et al.*, 2018). Nas carvoarias a fumaça originada da combustão do carvão pode causar rinite alérgica, asma brônquica, DPOC, graves lesões no trato respiratório, asfixia por falta de oxigênio e a morte (BETHÔNICO, 2002).

Por fim, a exposição aos agrotóxicos representa um grave problema de saúde pública para as populações do campo, visto que a obrigação pelos empregadores de seu uso indiscriminado e intensivo pode provocar intoxicações agudas, doenças degenerativas, cânceres e malformações congênitas (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018). É importante considerar também as consequências para o meio ambiente e para os territórios quilombolas, como a contaminação da água, do solo e dos alimentos.

Estudos apontam que os trabalhadores nem sempre conseguem reconhecer os riscos a que estão expostos pela observação direta e, muitas vezes, não têm acesso a esse tipo de informação (SILVA, 2017; ZANELLI; KANAN, 2018). A percepção do risco no trabalho não é somente a precisão dos dados e das informações técnicas que são repassadas aos trabalhadores, mas, principalmente, sua sensibilização frente às interpretações sobre as informações recebidas, que são dependentes de experiências pessoais, sociais e culturais (MIRANDA *et al.*, 2019).

Os trabalhadores apresentam percepções diferentes de um mesmo perigo e podem em algumas situações reduzir ou até mesmo negar os riscos de suas atividades, reforçando a teoria da construção de estratégias defensivas, que elenca mecanismos pelos quais o trabalhador busca

modificar, transformar e minimizar a percepção de um risco ou de uma determinada realidade de trabalho (LOKHANDE, 2014; MIRANDA *et al.*, 2019). O conhecimento e a percepção dos trabalhadores sobre os riscos, bem como estratégias utilizadas, individual ou coletivamente, para lidar com eles, são de fundamental importância para subsidiar a elaboração de medidas que busquem melhorar as condições e a organização do trabalho dos homens quilombolas.

As condições de trabalho se referem ao ambiente físico, biológico e às medidas de higiene e de segurança. São as características relacionadas com os conteúdos ergonômicos do trabalho e que repercutem sobre a dimensão física do trabalhador (MENDES, 1995). A organização do trabalho é caracterizada pela divisão de tarefas, responsabilidades, hierarquia, comando e controle. Esses elementos exercem sobre o trabalhador um impacto no aparelho psíquico.

Os riscos psicossociais do trabalho referem-se às interações entre o meio ambiente e as condições e organização do trabalho que produzem um dano à integridade psicológica dos trabalhadores, e respectivamente o adoecimento mental. São exemplos desses riscos as cargas de trabalho excessivas, desequilíbrio na divisão de tarefas, exigências contraditórias, insegurança laboral, falta de apoio por parte de chefias e colegas, assédio moral, violência e o uso abusivo de álcool e outras drogas (ZANELLI; KANAN, 2018).

No Brasil, os transtornos mentais são considerados a terceira principal causa de concessão de benefícios previdenciários para trabalhadores com registro formal (BRASIL, 2016). Segundo o Boletim Epidemiológico dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (UFBA, 2019), entre 2006 e 2017, foram registrados 8.474 casos desses transtornos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Os episódios depressivos foram os diagnósticos mais comuns, seguidos por outros transtornos ansiosos como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas.

A Psicodinâmica do Trabalho surgiu na década de 1980, proposta pelo médico e psicanalista francês Christophe Dejours. Esse campo da psicopatologia do trabalho tem como objetos de estudos o sofrimento mental advindo das vivências subjetivas no cotidiano de trabalho e as consequências positivas ou negativas da organização do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores. Segundo essa corrente teórica existem dois tipos distintos de sofrimento no trabalho: o criativo e o patogênico.

O sofrimento criativo está relacionado com o enfrentamento das imposições e das pressões do trabalho que causam a instabilidade psicológica. Esse sofrimento pode levar a mobilização ou utilização de mecanismos de defesa individuais e/ou coletivos. No processo de mobilização subjetiva, o trabalhador faz uso de sua personalidade e inteligência para se contrapor a uma racionalidade gerada pelo trabalho e ressignificar a sua prática. Quando o trabalhador percebe sentido e segurança nas tarefas executadas e consegue obter realização pessoal e reconhecimento social, tem-se o prazer no trabalho (MENDES, 1995).

Em oposição, quando o trabalho é desgastante e não apresenta os resultados esperados, quando não há reconhecimento social e liberdade para sua execução, ou elas são reduzidas, surge o sofrimento patogênico. A carga psíquica do trabalho é, portanto, consequência do confronto dos desejos do trabalhador com as exigências do empregador (DEJOURS, 2012). O sofrimento patológico também se estabelece quando as estratégias mobilizadas alienam ou desconectam o trabalhador do sofrimento, potencializando assim, o surgimento do adoecimento mental.

Nesse contexto, a Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) surge como prática interdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e intersetorial voltadas para a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, evitando situações e condições geradoras de sofrimento, de doenças profissionais e de acidentes de trabalho (VASCONCELLOS, 2018).

As ações de Visat, devem ser desenvolvidas em todo o território nacional por meio de mecanismos sistemáticos e criteriosos de planejamento, acompanhamento, monitoramento, avaliação e intervenção sobre os processos e ambientes de trabalho (MACHADO, 1996; DALDON; LANCMAN, 2013). Porém, Vasconcellos (2018), destaca que o conceito de Visat é polissêmico e complexo. Suas dimensões hermenêuticas foram sistematizadas em componentes ou elementos significativos na perspectiva de uma tomada de posição, cujo objetivo em primeira e última instâncias é o impulso para a ação de intervenção.

Considera-se como dimensões da Visat os elementos: político; ético; legal; institucional; epidemiológico; metodológico; técnico; pedagógico; epistemológico e transformador. Em todas as dimensões existe uma variável transversal que sustenta a existência da Visat – o trabalhador, com seu saber próprio, representado socialmente e coletivamente na conjuntura em que se insere, ou seja, pelos grupos, associações, sindicatos, movimentos, comissões, conselhos, etc. (VASCONCELLOS, 2018).

No caso da vigilância em saúde mental, há lacunas importantes na identificação dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, além do dimensionamento e da atuação sobre os fatores que produzem esses eventos. O monitoramento das características do trabalho é fundamental para a estruturação de condições laborais capazes de fortalecer a construção identitária e prazerosa dos trabalhadores (ARAÚJO; PALMA; ARAÚJO, 2017). Ações de vigilância em saúde, mais especificamente de Visat, constituem-se exatamente como um dos pilares para o fortalecimento da saúde mental dos homens quilombolas.

Em 2002, como principal estratégia do SUS para garantir a integralidade da promoção e atenção à saúde dos trabalhadores, foi criada a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). A RENAST integra a rede de serviços de saúde por meio de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), apresentando como uma de suas atribuições o desenvolvimento de ações voltadas para o ambiente de trabalho, monitoramento da saúde e práticas educativas (VASCONCELLOS; ALMEIDA; GUEDES, 2009).

#### 1.4 A dimensão pedagógica da vigilância em saúde do trabalhador e a construção de redes intersetoriais voltadas para os homens quilombolas

A dimensão pedagógica da Visat pressupõe um processo educativo que requer a participação ativa de trabalhadores e empregadores na busca constante de melhorias nos ambientes e processos de trabalho. Destacamos a Educação Popular, na concepção de Paulo Freire (2014) e na dimensão de Vasconcellos (2018), como um potente método para a sensibilização e intervenção educativa nos diversos tipos de ocupações desempenhadas pelos homens quilombolas.

O ambiente de trabalho é considerado um cenário pedagógico favorável para o desenvolvimento de ações de educação popular, especialmente pela eclosão de temas identificados no cotidiano de trabalho e pela possibilidade de problematização dos riscos ocupacionais presentes nos ambientes de trabalho, além da ativação de mudanças na tríade saúde-trabalho-adoecimento (VASCONCELLOS; ALMEIDA; GUEDES, 2009).

No eixo pedagógico da educação popular são valorizados todos os sujeitos, seus diálogos e as suas realidades socioculturais (FREIRE, 2014). Essa metodologia desvincula-se de uma prática educacional tradicional e impositiva, que reduz o conhecimento apenas a atividades teóricas que se reportam em transmitir informações técnicas aos trabalhadores (VASCONCELLOS, 2018). A concepção freiriana na Visat valoriza o saber popular dos trabalhadores e estimula a consciência crítica para a luta democrática de superação das injustiças sociais e ocupacionais.

O desenvolvimento das ações de Visat estão tradicionalmente sob a responsabilidade dos CEREST nos Estados e municípios que contam com essa modalidade de serviço, e nos setores de Vigilância em Saúde e/ou Vigilância em Saúde do Trabalhador na grande maioria dos municípios brasileiros (UFMG, 2016).

Para o exercício da integralidade do cuidado, o trabalhador deve ser visto e acompanhado pela Visat também em sua totalidade – no trabalho e fora dele. As ações voltadas para a saúde dos trabalhadores devem extrapolar os modelos clássicos da fiscalização, com a checagem da legislação e das normas vigentes sobre os ambientes de trabalho (VILELA, 2003; VASCONCELLOS, 2018).

Na medida em que vem ocorrendo a implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), observa-se um crescimento na descentralização das ações de Visat e uma aproximação da Saúde do Trabalhador com a Atenção Primária à Saúde, especificamente com as equipes de ESF, com a programação e realização de algumas atividades voltadas para os trabalhadores atuantes e/ou residentes nos territórios de abrangência (UFMG, 2016).

Esse processo de articulação e descentralização de responsabilidades coloca os municípios como grandes responsáveis pela programação e desenvolvimento das ações da Visat, a consolidação da prática da educação popular em saúde e a articulação de redes intersetoriais para a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a capacitação e a qualificação dos trabalhadores (ARAÚJO; PALMA; ARAÚJO, 2017).

O SUS exerce função múltipla, configurando um espaço estruturador de arranjos e conexão de toda a rede de serviços de saúde no território brasileiro. A atuação intersetorial é um dos pressupostos da PNSTT, para a articulação de instituições e aparelhos sociais, tais como o SUS,

a assistência social, a educação, o meio ambiente, o Ministério Público do Trabalho (MPT), as organizações não governamentais, centros comunitários, associações, sindicatos, dentre outros.

O MPT possui uma atuação judicial voltada para a fiscalização da legislação trabalhista e a implementação de medidas protetivas aos trabalhadores, expressas pela apuração das condições de trabalho, a celebração de Termos de Ajuste de Conduta junto aos empregadores, o ajuizamento de ações coletivas e a promoção de audiências públicas (MINAYO-GOMEZ, 2011).

Além dessas atribuições, o MPT destaca-se pelo importante papel extrajudicial na defesa dos direitos coletivos e individuais dos trabalhadores, além de ser um importante interlocutor intersetorial, incentivando e orientando os diversos setores da economia na execução de políticas ligadas a erradicação do trabalho forçado e insalubre e o combate a quaisquer formas de discriminação no mercado de trabalho (CARELLI, 2011).

Sendo assim, mais do que a junção dos diferentes serviços de saúde do SUS e de instituições do setor público, privado e não governamental, a rede intersetorial de saúde do trabalhador proposta nesse estudo deve articular saberes, experiências e práticas capazes de potencializar todos os recursos disponíveis nos territórios para a promoção e a proteção da saúde dos homens quilombolas e a redução dos agravos à saúde decorrente dos processos produtivos cartografados.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Mapear a situação de trabalho e saúde de homens quilombolas residentes na Macrorregião de Saúde Norte, Estado de Minas Gerais, Brasil.

### 2.2 Objetivos específicos

- Compreender as contribuições dos marcadores sociais para os processos produtivos e de adoecimento mental entre os homens quilombolas.
- Cartografar a exposição ocupacional em uma carvoaria, pedreira e bananal e as repercussões desses processos de trabalho para a saúde dos homens quilombolas.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Delineamento do estudo

Considerando a natureza do objeto de estudo, a presente tese trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada no método cartográfico proposto pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. A pesquisa qualitativa possibilita a compreensão da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem e trabalham, expressando o que pensam e sentem (MINAYO, 2014).

A Cartografia se estrutura no campo teórico da Esquizoanálise ou filosofia da diferença e permite aos pesquisadores pensarem uma realidade por meio de outros dispositivos que não os apresentados tradicionalmente pelos discursos científicos positivistas. Essa corrente teórica incide em lineamentos, que atravessam tanto os grupos sociais quanto os indivíduos, defendendo a ideia de que existem infinitas formas de se compor com a vida (DELEUZE; GUATTARI; 1980; ROLNIK, 2007). Valoriza-se os elementos potencialmente criadores de realidade, além de observar e compreender as diversas afetações que fazem parte da tecelagem da existência humana.

A Esquizoanálise possui três principais tarefas: uma negativa e duas positivas. A primeira, negativa, de caráter destrutivo, visa raspar e desconstruir as estruturas coercitivas e bloqueadoras do desejo nos âmbitos psíquico ou social, além de desbloquear e suprimir as barreiras que causam algum tipo de sofrimento aos indivíduos, num exercício de desterritorialização das condutas instituídas. O instituído remete ao momento consolidado, estratificado, delimitado, enquanto o instituinte à emergência de um acontecimento, do movimento, da novidade e da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 1976).

A segunda tarefa, positiva, tem um caráter cartográfico de mapear e compreender o funcionamento dos agenciamentos e das máquinas sociais, técnicas e psíquicas envolvidas no processo de subjetivação (HUR; VIANA, 2016). Para Deleuze e Guattari (1995) o conceito de máquina deve ser utilizado em substituição ao de estrutura. As máquinas são sistemas corte-



fluxo, de articulação material e de diferentes elementos e processos. Nesse universo, os sujeitos são peças de uma máquina em movimento contínuo, que se juntam e se separam, em partes que se sobrepõe, decompõe, justapõe.

Após a raspagem do que bloqueia os sujeitos e da apreensão de como as máquinas psicossociais funcionam e estão articuladas, a terceira tarefa da Esquizoanálise emerge para conectar os desejos intensos dos agenciamentos sociais à uma busca instintiva e natural pelo prazer. Nesse processo, ocorre a ligação do desejo ao meio, possibilitando a fluidez entre os fatores internos e externos, mitigando a alienação do indivíduo sobre o seu desejo, o seu corpo e o ambiente sociocultural em que se encontra inserido (HUR; VIANA, 2016).

Na Cartografia são valorizadas todas as tessituras, atitudes e afetações dos sujeitos e, principalmente, a produção de uma vida mais vibrátil e pulsante. Nessa perspectiva possibilita uma análise da micropolítica das relações desejantes e de poder por meio de uma leitura das relações sociais e institucionais que são estabelecidas entre os sujeitos e os territórios (ROLNIK, 2007; ROMAGNOLI, 2009).

Na movimentação pelos quilombos, esse método apresentou-se como um dispositivo para a compreensão da produção de subjetividade e a realidade social e de trabalho masculino, por meio das múltiplas redes formais e não formais que foram conectadas e rompidas em um movimento chamado de rizoma. Para a condução da pesquisa nos guiamos pelos seis princípios do rizoma propostos por Deleuze e Guattari (1995): conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura assignificante, cartografia e decalcomania.

Os princípios de conexão e heterogeneidade destacaram que qualquer ponto do rizoma poderia ser conectado a qualquer outro, sem findar, formando uma rede heterogênea, variável, acêntrica e aberta. O princípio de multiplicidade permitiu observar as singularidades dos homens quilombolas e os elementos que constituem o múltiplo, recusando o enunciado da unidade e o pensamento centrado no uno e no mesmo.

O princípio de ruptura assignificante indicou que o rizoma poderia ser rompido ou quebrado em qualquer ponto, como também poderia retomar sua operação a partir de uma de suas linhas de sustentação (PRADO FILHO; TETI, 2013). Portanto, o rizoma da pesquisa não foi formado por unidades, mas por dimensões ou direções variáveis, além de se constituir por múltiplas

linhas de segmentaridade. Essas linhas estão constantemente se cruzando para estratificar, territorializar, organizar e atribuir significado para os homens, além de desterritorializar e permitir a fuga das realidades sociais e de trabalho presentes nos territórios rastreados.

Segundo Deleuze (1992) e Guattari (1992) existem três conjuntos de linhas de força: as flexíveis (maleáveis); as duras (rígidas) e as de fuga (escape). Esse conjunto de linhas atravessaram todos os homens quilombolas, assim como permitiram a composição e transformação dos mapas cartografados em cada comunidade, homem por homem, suas realidades de vida, trabalho e adoecimento.

As linhas flexíveis apresentaram funcionamento rizomático e permitiram uma maior fluidez para a vida dos sujeitos. Elas retiram a rigidez dos estratos, possibilitando variações nos relacionamentos sociais e principalmente criando novas formas de pensar e agir. Essas linhas são menos localizáveis e se destacam, como o lugar e o momento em que a realidade se constrói, ao contrário do sistema estratificado que predetermina o fluxo das relações entre seus elementos (CASSIANO; FURLAN, 2013).

As linhas duras estão presentes nos grandes conjuntos molares ou estratos, como as classes sociais e o gênero. São linhas de controle, normatização e enquadramento a determinado contexto social (DELEUZE, 1992; GUATTARI, 1992; CASSIANO; FURLAN, 2013). Elas compõem os sujeitos pesquisados por meio do estabelecimento de dualidades sociais, que os estratificam, no sentido de quem pertence e não pertence. Consideramos como linhas duras os marcadores sociais da diferença: branco ou preto, homem ou mulher, rico ou pobre, trabalhador ou desempregado, urbano ou rural, analfabeto ou formado, normal ou patológico.

As linhas de fuga representaram desestratificações absolutas, que se romperam totalmente com os limites das estratificações estabelecidas na vida dos homens quilombolas. A presença dessas linhas não significou fugir do mundo, mas fazê-lo fugir, no sentido de que todo sistema social mesmo endurecendo para vedar as linhas de fuga, não consegue impedir a sua ação. Essas linhas promovem o escape, ou seja, mudanças bruscas e muitas vezes imperceptíveis na vida dos sujeitos (CASSIANO; FURLAN, 2013). Por liberarem o desejo dos estratos, as linhas de fuga lançam os homens quilombolas a vivenciar a plenitude dos acontecimentos e a experimentar novos sentimentos e direcionamentos no trabalho.

O princípio da decalcomania indicou que o rizoma resistiu à aplicação do modelo estrutural-gerativo, sendo avesso a quaisquer noções de eixo ou de uma estrutura profunda e complexa. Segundo Deleuze e Guattari (1995) existe uma diferença entre o rizoma e o decalque. O olhar rizomático desenha um mapa como um diagrama variável, aberto e conectado e o decalque, encontra-se sempre voltado para o mesmo, em um ponto fixo. A importância do decalque se dá pela possibilidade de comparação onde se pode relacionar os pontos de estruturação da cartografia produzida.

De acordo com Rolnik (2007) e Romagnoli (2009), na perspectiva de transformar para conhecer, o método cartográfico apresentou-se como uma modalidade de pesquisa-intervenção, garantindo a participação e o protagonismo de todos os sujeitos envolvidos (homens quilombolas, lideranças locais, agentes comunitários de saúde, acadêmicos da iniciação científica e pesquisadores).

### 3.2 Universo e sujeitos da pesquisa

Em Minas Gerais, até o ano de 2019 existiam 397 comunidades quilombolas, distribuídas por mais de 155 municípios (CEDEFES, 2020). Destas comunidades, 310 foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O Norte de Minas é classificado pela Secretaria de Estado da Saúde com uma das 13 macrorregiões de saúde, abrangendo 86 municípios divididos em nove microrregiões (MINAS GERAIS, 2011).

A região estende-se por uma área territorial de 128 Km<sup>2</sup>, com uma população de, aproximadamente, 1.548.933 habitantes (MINAS GERAIS, 2019). Quanto aos quilombos, o Norte de Minas Gerais concentra o maior número de territórios do estado, com 79 comunidades distribuídas por 28 municípios (FCP, 2019).

Na pesquisa, visitamos oito microrregiões, 16 municípios e 23 comunidades quilombolas (Quadro 1). Apenas a microrregião de Pirapora não participou do estudo pelo fato de não possuir quilombos em sua área de abrangência.

Quadro 1 – Microrregiões, municípios e comunidades quilombolas cartografadas no Norte de Minas Gerais, Brasil, 2019.

| <b>Microrregião de Saúde</b>            | <b>Município</b>                  | <b>Comunidades Rurais (R) e Periurbanas (P)</b> |
|---|-----------------------------------|---|
| 01- Januária                            | 01- Januária                      | 01- Barreiro (P)                                |
|   |                                   | 02- Pé da Serra (R)                             |
|   |                                   | 03- Gameleira (P)                               |
|   |                                   | 04- Riacho Novo (P)                             |
| 02- Brasília de Minas/<br>São Francisco | 02- São João da Ponte             | 05- Brejo dos Crioulos (P)                      |
|   |                                   | 06- Terra Dura (R)                              |
|   | 03- Ubaí                          | 07- Gerais Velho (R)                            |
|   | 04- Luislândia                    | 08- Júlia Mulata (Cercado) (R)                  |
|   | 05- São Francisco                 | 09- Bom Jardim da Prata (P)                     |
|   |                                   | 10- Buriti do Meio (R)                          |
| 03- Coração de Jesus                    | 06- Coração de Jesus              | 11- São Geraldo (P)                             |
| 04- Francisco Sá                        | 07- Francisco Sá                  | 12- Poções (R)                                  |
| 05- Montes Claros/<br>Bocaiúva          | 08- Montes Claros                 | 13- Monte Alto (R)                              |
|   | 09- Bocaiúva                      | 14- Macaúba (R)                                 |
|   |                                   | 15- Sítio (R)                                   |
| 06- Manga                               | 10- Manga                         | 16- Pedra Preta (R)                             |
| 07- Janaúba/<br>Monte Azul              | 11- Jaíba                         | 17- Barroca (R)                                 |
|   | 12- Monte Azul                    | 18- Cabana (R)                                  |
|   | 13- Janaúba                       | 19- Vila Nova de Poções (P)                     |
|   | 14- Pai Pedro                     | 20- Picada (R)                                  |
| 08- Salinas/<br>Taiobeiras              | 15- Vargem Grande do<br>Rio Pardo | 21- Palmeirinha (P)                             |
|   |                                   | 16- Indaiabira                                  |
|   | 23- Gorgulho (R)                  |   |

Segundo a FCP (2019), a maioria dos quilombos encontram-se situados na zona rural, no entanto, existem comunidades em áreas periurbanas e urbanas. Como observado no quadro acima, na região cartografada foram visitadas 15 comunidades rurais e oito comunidades periurbanas. Conforme Vale (2005), em meio à integração campo-cidade, surge o espaço periurbano, situado no entorno das cidades. Esse espaço agrega ao seu cotidiano funções e modos de vida especificamente urbanos, que contrastam com uma aparência de caráter tipicamente rural.

Os sujeitos da pesquisa foram homens quilombolas, maiores de 18 anos, que naquele momento desempenhavam alguma atividade produtiva e residiam nas comunidades visitadas em cada microrregião. Importante destacar que todos os participantes se autoatribuíram como quilombolas e reafirmaram a sua ancestralidade negra e a relação de herança territorial com cada comunidade.

O primeiro produto da tese foi escrito com os dados produzidos integralmente com 94 homens quilombolas e para o segundo produto, devido a especificidade dos riscos ocupacionais mapeados em uma carvoaria, pedreira e bananal, com a presença de condições de trabalho mais árduas e insalubres, realizamos um recorte dos encontros e afetações produzidos com 19 homens residentes nos municípios de Ubaí (Comunidade de Gerais Velho); Januária (Comunidade de Pé da Serra) e Janaúba (Comunidade de Vila Nova de Poções).

### 3.3 Produção de dados

A cartografia teve seu marco inicial a partir de conversas, via telefone, com Referências da Superintendência Regional de Saúde e, em seguida, com os Coordenadores de Atenção Primária à Saúde dos municípios que possuíam quilombos certificados pela FCP, para apresentar o projeto e obter os contatos dos ACS responsáveis pelas famílias quilombolas. Os ACS foram fundamentais na articulação com as comunidades e como guias nos deslocamentos pelos territórios.

As datas das viagens foram agendadas, previamente, com os líderes comunitários e presidentes de associações de quilombolas. Para chegarmos até as comunidades utilizamos o Sistema de

Posicionamento Global (GPS), mapas disponíveis em aplicativos de internet e seguimos as placas com os nomes e direção dos quilombos.

Para rastrear os processos de produção de subjetividades utilizamos as pistas da Cartografia propostas por Passos, Kastrup e Escóssia (2015): Observando, captando, escutando, orientando e promovendo uma mistura de sujeito e objeto. A produção de dados no campo ocorreu no período de janeiro a setembro de 2019, por meio de duas viagens mensais para os quilombos, com duração de, aproximadamente, dois dias cada, na sua grande maioria realizadas às sextas-feiras, sábados e domingos.

Foram realizadas entrevistas individuais em profundidade, por meio de perguntas disparadoras (Apêndice A); observação do mundo vivido e dos processos de trabalho; anotações de todas as afetações em um diário cartográfico e registros fotográficos das incursões em campo (Apêndice D). Os encontros foram gravados em áudio, com duração média de 50 minutos. Para preservar o anonimato, cada homem quilombola recebeu a sigla "HQ", seguida por um número de ordem (HQ-01 até HQ-94).

### 3.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados e interpretados de acordo com a técnica de Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux (1988) e Eni Orlandi (2007). Os sentidos foram construídos pela integração entre ideologia, história e linguagem, ancorados nas condições de vida e nos diferentes processos de trabalho executados pelos homens quilombolas. Essa abordagem permitiu, assim, uma compreensão integral de todas as observações realizadas em campo.

No primeiro momento da análise, realizamos a transcrição do *corpus* bruto, preservando ao máximo a fidelidade entre o diálogo e o texto transcrito. Em seguida, foi realizada uma leitura e releitura minuciosa de todas as entrevistas para conferir materialidade linguística aos discursos.

O segundo ciclo ocorreu com a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo com a síntese dos discursos, ou seja, o que foi dito pelos homens quilombolas em nível de

interdiscurso e intradiscurso (PÊCHEUX, 1988; ORLANDI, 2007). Ao final, identificamos a existência de uma articulação do enunciado com a enunciação e a constituição de processos de formação discursiva nas linhas segmentares de vida, trabalho e adoecimento.

### 3.5 Aspectos éticos

A presente pesquisa foi submetida via Plataforma Brasil à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e obteve autorização para sua realização por meio do Parecer Consubstanciado nº 2.821.454, de 14 de agosto de 2018 (Anexo A).

Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) em duas vias, após os pesquisadores informar sobre os objetivos do estudo, a preservação do sigilo das informações e o retorno social da pesquisa, além de assinarem um Termo de Autorização de Uso de Imagem (Apêndice C), liberando a inserção de suas fotografias no volume final da tese e nos produtos gerados pela pesquisa.

Foram cumpridos todos os aspectos éticos e legais de acordo com as exigências do Conselho Nacional de Saúde, por meio da resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 que assegura os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado e a resolução nº 510 de 07 de abril 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes.

## 4 PRODUTOS

4.1 Produto 1 – Artigo intitulado: *Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental*. Formatado segundo as normas do periódico Interface: Comunicação, Saúde, Educação e publicado no volume 25, 2021 (Anexo B).

4.2 Produto 2 – Artigo intitulado: *Os homens quilombolas e a exposição ocupacional: uma cartografia da saúde desses trabalhadores*. Formatado segundo as normas do periódico Cadernos de Saúde Pública e submetido em 28 de março de 2021 (Anexo C).



## 4.1 PRODUTO 1

### **Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental**

### **Cartography of working conditions of quilombola men and the intersections to the informality and mental health**

### **Mapeando las condiciones de trabajo de los hombres quilombolas y las intersecciones para la informalidad y la salud mental**

Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda<sup>(a)</sup>. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Av. Cula Mangabeira, 562, Santo Expedito, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil, CEP: 39401-002. [sergio.vinicius.esf@gmail.com](mailto:sergio.vinicius.esf@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8482-7560>.

Jannefer Leite de Oliveira<sup>(b)</sup>. Graduanda do curso de Odontologia, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. [jannefer\\_oliveira@hotmail.com](mailto:jannefer_oliveira@hotmail.com). ORCID: 0000-0003-0422-8216.

Cristina Andrade Sampaio<sup>(c)</sup>. Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. [cristina.sampaio@unimontes.br](mailto:cristina.sampaio@unimontes.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9067-4425>.

João Felício Rodrigues Neto<sup>(d)</sup>. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. [joao.felicio@unimontes.br](mailto:joao.felicio@unimontes.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6496-0460>.

### **RESUMO:**

O estudo mapeou as condições de trabalho de homens quilombolas residentes no Norte do estado de Minas Gerais, Brasil. Utilizou-se o método cartográfico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os dados foram produzidos em 23 comunidades, por meio de entrevistas individuais, observação de campo e registro das afetações em um diário. A análise de discurso possibilitou a construção de três categorias temáticas e a elaboração de um fluxograma descritor das linhas de força do trabalho. A intersecção de raça/etnia, gênero, região, classe e escolaridade colabora para a precariedade e informalidade ocupacional. No trabalho, as linhas flexíveis permitem vivências de prazer e as linhas duras o desenvolvimento de adoecimento mental.

Nesse sentido, as políticas públicas focadas nos quilombolas necessitam de articulação e fortalecimento pelo Estado, além do esforço para a participação de todos os atores envolvidos, principalmente os homens quilombolas.

**Palavras-chave:** Grupo com ancestrais do continente africano. Marcadores sociais. Trabalho. Iniquidades. Saúde mental.

**ABSTRACT:**

The study mapped the working conditions of quilombola men residing in Northern Minas Gerais, Brazil. The cartographic method proposed by Gilles Deleuze and Félix Guattari was used. The data were produced in 23 communities, by means of individual interviews, field observation and recording of affectations in a diary. The discourse analysis allowed constructing three thematic categories and creating a descriptor flowchart force line. The intersection of race/ethnicity, gender, region, class and schooling collaborates to occupational precariousness and informality. At work, flexible lines allow experiences of pleasure and hard lines the development of mental illness. In this sense, public policies focused on the quilombola communities need articulation and strengthening by the State, besides the effort for the participation of all the actors involved, mainly quilombola men.

**Key words:** African Continental Ancestry Group. Social markers. Work. Iniquities. Mental health.

**RESUMEN:**

El estudio mapeó las condiciones de trabajo de los hombres quilombolas que viven en el norte del estado de Minas Gerais, Brasil. Se utilizó el método cartográfico propuesto por Gilles Deleuze y Félix Guattari. Los datos se produjeron en 23 comunidades, a través de entrevistas individuales, observación de campo y registro de los afectos en un diario. El análisis del discurso permitió la construcción de tres categorías temáticas y la elaboración de un diagrama de flujo que describe las líneas de fuerza. La intersección de raza/etnia, género, región, clase y educación contribuye a la precariedad y la informalidad ocupacional. En el trabajo, las líneas flexibles permiten experiencias de placer y las líneas duras desarrollan enfermedades mentales. En este sentido, las políticas públicas enfocadas en quilombolas necesitan articulación y fortalecimiento por parte del Estado, además del esfuerzo por la participación de todas las partes interesadas, en particular los hombres cimarrones.

**Palabras-clave:** Grupo con antepasados del continente africano. Marcadores sociales. Trabajo. Injusticias. Salud mental.

## **Introdução**

As comunidades quilombolas são formadas por grupos étnico-raciais que possuem ancestralidade negra e trajetória histórica ligadas ao processo de resistência contra a escravidão<sup>1</sup>. Esses grupos, ocupam territórios vivos e compartilham características sociais e culturais que contribuem para a formação da sua identidade e preservação de tradições de origem africana. A caracterização dessa população deve seguir critérios de autoatribuição – atestados pelas próprias comunidades e pela Fundação Cultural Palmares.

Os quilombolas são categorizados como comunidades e populações tradicionais, com modos de vida, produção e reprodução social relacionadas com a terra, com o trabalho e com a luta para a conquista de direitos constitucionais<sup>2</sup>. Essa população enfrenta grandes obstáculos na operacionalização das políticas públicas, além da descontinuidade das ações propostas pelo Estado<sup>3</sup>. Diante desse contexto, emerge uma reflexão sobre os marcadores sociais da diferença e as implicações para o trabalho e a saúde dos homens quilombolas.

Os marcadores de raça, etnia, gênero, região, classe e escolaridade identificam e excluem esses homens pela sua ancestralidade, cultura, cor de pele, papel social de provedor, local de moradia, renda, nível de escolaridade e divisão social do trabalho<sup>4</sup>. As relações de gênero são articuladas por meio da demarcação dos papéis de homens e mulheres na organização das comunidades. De forma hierárquica, o homem detém o domínio do processo produtivo e o sustento das famílias. A mulher apresenta a responsabilidade do cuidado da casa, dos filhos, da pequena produção nos quintais e do artesanato<sup>5</sup>.

A maioria das comunidades quilombolas, estão situadas em áreas rurais, ocupando diferentes ecossistemas e explorando por meio do trabalho os recursos naturais que compõem os seus territórios. O trabalho conforme Marx<sup>6</sup> é indispensável à sobrevivência humana, fundamental para a organização social e tem como principal função a produção de valores de uso e de valores de troca, além de permitir que os indivíduos alcancem sua emancipação psicossocial.

De acordo com Dejours<sup>7</sup> existe uma distinção entre condições de trabalho e organização do trabalho. As condições de trabalho, são as características relacionadas com os conteúdos ergonômicos e que repercutem sobre as condições físicas do trabalhador. A organização do trabalho comporta o conteúdo significativo do trabalho e exerce maior influência ou pressão sobre o aparelho psíquico. Nesse sentido, o trabalho apresenta influência direta sobre o processo

saúde-doença, com impactos no bem-estar físico e psicológico e consequências de mal-estar e adoecimento mental.

Na saúde coletiva, a psicodinâmica do trabalho assume papel de destaque na abordagem da relação entre trabalho e saúde mental. Por meio da circulação da fala e escuta das vivências intersubjetivas dos trabalhadores é possível identificar as diversas influências do trabalho para o prazer e o sofrimento<sup>7</sup>. As vivências de prazer se manifestam pela satisfação, realização, reconhecimento, valorização e convivência com outros trabalhadores. Esses fatores possibilitam a estruturação psíquica, a identidade e a expressão da subjetividade no trabalho<sup>8</sup>.

As vivências de sofrimento são expressas pelos males causados no corpo, na mente e nas relações socioprofissionais. O sofrimento patogênico é produzido pelas pressões existentes no trabalho e a insatisfação propiciada pelo conteúdo significativo das tarefas executadas. O trabalhador, passa então a utilizar estratégias de defesa para suportar o contexto de trabalho, transformando o sofrimento em efeitos negativos para a saúde mental<sup>7,8</sup>.

Além da exposição aos riscos psicossociais no trabalho, os quilombolas enfrentam a discriminação racial que se manifesta fortemente no mercado de trabalho brasileiro. Existem diferenças significativas no acesso à educação e, respectivamente, baixa escolaridade entre a população negra e rural<sup>9</sup>. Estudos indicam que os negros apresentam maior dificuldade para obter uma inserção regular no mercado de trabalho, são mais afetados pela precariedade ocupacional, desenvolvem trabalho para subsistência, além de possuírem rendimento mensal inferior ao salário mínimo<sup>10,11</sup>.

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua<sup>12</sup>, os negros representavam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho nacional. A taxa de desemprego dos trabalhadores pretos e pardos foi superior à dos brancos (13,6% vs. 9,2%). Enquanto 34,6% de pessoas brancas se encontravam em condições informais de trabalho, a informalidade atingiu 47,3% de pretos e pardos. Pretos e pardos que compõem a população negra do país também foram a maioria entre os trabalhadores desocupados (64,2%).

Nesse sentido, as desigualdades sociais, raciais e de trabalho são construídas na lógica capitalista, nas relações de produção, na estrutura de classes e, consequentemente, na forma de organização do poder do Estado sobre a sociedade. O objetivo deste estudo foi realizar o mapeamento das condições de trabalho de homens quilombolas e as contribuições dos marcadores sociais para os processos produtivos e de adoecimento mental.

## Material e métodos

Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado no método cartográfico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari. A Cartografia se estrutura no campo teórico da esquizoanálise ou filosofia da diferença, permitindo o exercício de diversas modalidades de práticas interventivas ou pesquisa-intervenção nos âmbitos clínico-individual, grupal ou institucional<sup>13,14</sup>.

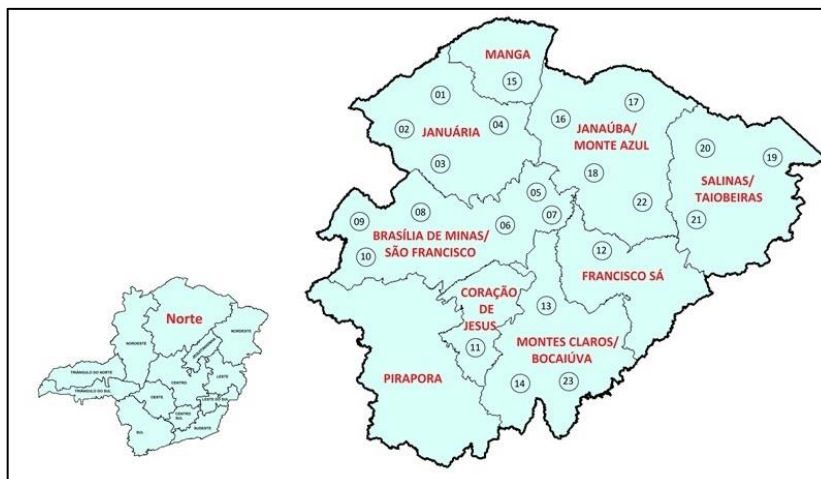
Nesse devir, o inconsciente é compreendido como uma usina de produção, com máquinas que operam no social, no presente e atravessam os corpos dos sujeitos, seus territórios e suas relações<sup>15</sup>. No mundo vivido, as múltiplas conexões de redes são formadas por uma organização formal e não formal que possibilita dar vida aos processos sociais, conectando demandas e experiências produzidas pelos sujeitos, em um processo chamado de rizoma<sup>13,14</sup>.

Um rizoma é construído por redes que compõem mapas vivos, com estrutura acêntrica e com múltiplas entradas e saídas. O fundamento do rizoma é a própria multiplicidade. Um rizoma pode ser rompido e retomado em seguida, com uma de suas linhas de força e de segmentaridade (flexíveis, duras ou de fuga)<sup>15</sup>. A Cartografia possibilita captar a existência do trabalho vivo e dinâmico e apresenta-se como uma potente ferramenta para investigações qualitativas no campo da Saúde do Trabalhador.

Em Minas Gerais, até 2019 existiam 397 comunidades quilombolas, distribuídas por mais de 155 municípios. Destas comunidades, 310 foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O Norte do estado é a região com a maior concentração, com 79 comunidades em 28 municípios<sup>16</sup>. A região é classificada pela Secretaria de Estado da Saúde com uma das 13 macrorregiões de saúde, abrangendo 86 municípios divididos em nove microrregiões<sup>17</sup>.

O ponto de partida para a produção de dados ocorreu por meio de conversas via telefone com Referências da Superintendência Regional de Saúde e em seguida com os Coordenadores de Atenção Primária à Saúde dos municípios que possuíam quilombos certificados, para apresentar o projeto e obter os contatos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) responsáveis pelas famílias quilombolas. Os ACS foram fundamentais na articulação com as comunidades e como guias nos deslocamentos pelos territórios.

As datas das viagens foram agendadas, previamente, com os líderes comunitários e presidentes de associações de quilombolas. Para chegarmos até as comunidades utilizamos o sistema de posicionamento global (GPS), mapas disponíveis em aplicativos de internet e seguimos placas com os nomes e direção dos quilombos. Foram visitadas oito microrregiões, totalizando 16 municípios e 23 comunidades rurais rastreadas (Figura 1). A microrregião de Pirapora não participou do estudo pelo fato de não possuir quilombos.



**Figura 1.** Territórios quilombolas visitados na macrorregião.

**Fonte:** Adaptado do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais<sup>17</sup>.

Participaram do campo de pesquisa, homens quilombolas, maiores de 18 anos, que no momento estivessem desempenhando alguma atividade produtiva e residindo nas comunidades da macrorregião. Para rastrear os processos de produção de subjetividades utilizamos as pistas da Cartografia<sup>18</sup>. Observando, captando, escutando, orientando e promovendo uma mistura de sujeito e objeto, da produção do trabalho e o trabalho em produção.

A produção de dados no campo ocorreu no período de janeiro a setembro de 2019, com duas viagens mensais para os quilombos, com duração de aproximadamente dois dias cada. Foram realizadas 94 entrevistas individuais em profundidade, observação do mundo vivido e dos processos de trabalho, além de registros em um diário cartográfico. Os encontros foram gravados em áudio, tendo duração média de 50 minutos. Cada homem quilombola recebeu a sigla "HQ", seguida por um número de ordem (HQ-01 → HQ-94).

Os dados foram analisados de acordo com a técnica de Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux<sup>19</sup> e Eni Orlandi<sup>20</sup>. Os sentidos foram construídos pela integração entre ideologia, história e linguagem, ancorados nos marcadores sociais e articulado com os diferentes tipos de trabalho executados pelos homens quilombolas, permitindo, assim, uma compreensão integral de todas as observações realizadas em campo.

No primeiro momento da análise, realizamos a transcrição do *corpus* bruto, preservando ao máximo a fidelidade entre o diálogo e o texto transcrito. Em seguida, foi realizada uma leitura e releitura minuciosa de todas as entrevistas para conferir materialidade linguística aos discursos que foram inseridos em uma Matriz de Análise elaborada pelos pesquisadores.

No segundo momento, ocorreu a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo com a síntese dos discursos, ou seja, o que foi dito pelos homens em nível de

interdiscurso e intradiscurso. Para finalizar, identificamos a existência de uma articulação do enunciado com a enunciação e a constituição de processos de formação discursiva nas linhas de força do trabalho.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), por meio do Parecer Consubstanciado nº: 2.821.454, de 14/08/2018. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após os pesquisadores deixarem claro os objetivos do estudo, a preservação do sigilo das informações e o retorno social.

## **Resultados e discussão**

### **Caracterização dos territórios e participantes**

As observações de campo registradas no diário cartográfico possibilitaram reconstruir todas as experiências vivenciadas. Até as comunidades, percorremos rodovias de asfalto e estradas de terra. No período da seca, muita poeira e no tempo chuvoso, por diversas vezes ficamos atolados no meio do caminho. Atravessamos de balsa o Rio São Francisco por duas vezes, e sentimos todas as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas para se deslocarem.

As características gerais dos quilombos se assemelham entre si em toda a região cartografada. Existem comunidades mais estruturadas, com casas próximas umas das outras, ruas asfaltadas e comunidades com casas dispersas, sendo algumas muito distantes. Em quase todas as comunidades encontra-se uma pequena Igreja Católica, templo da Congregação Cristã no Brasil e uma Associação de Comunidades Quilombolas. Existem, também, pequenos comércios de variedades e bebidas.

A maioria das comunidades não possuem escola, sendo necessário os estudantes se deslocarem em ônibus escolares até os distritos rurais ou a sede dos municípios. As equipes de Saúde da Família acompanham tanto a população rural como os quilombolas. Os médicos, enfermeiros e dentistas atendem de três a quatro vezes por semana nas unidades básicas de saúde dos maiores distritos. Alguns quilombos recebem o atendimento médico uma vez por mês, na sede das associações, em galpões ou na casa de algum morador.

A maioria dos entrevistados tinha idade entre 40 a 59 anos (60,6%), casados ou viviam em união estável (70,2%), se autodeclaravam negro (82,9%), de religião ou culto católico (52,1), evangélicos (42,5%) e matriz africana (3,1%). Em todas as comunidades, verifica-se a baixa escolaridade, onde a maior parte dos homens possuíam apenas o ensino fundamental incompleto (44,6%) ou eram analfabetos (15,9%).

A maior parte dos entrevistados começou a trabalhar antes dos 14 anos (68,0%) e os principais tipos de ocupação foram: trabalhador na agricultura (27,6%), manejo de eucalipto (15,9%), pedreiro (14,8%), carvoaria (13,8%) e criação de animais (6,3%). Todos relataram não possuir vínculo com a previdência social, trabalhando em média 44 horas semanais (41,7%) e apresentando renda familiar  $\leq$  à um salário mínimo (69,1%). Foram considerados como principais riscos psicossociais do trabalho o ritmo intenso, esforço físico, baixa remuneração, discriminação e ausência de apoio social.

Para avançar na compreensão da produção de subjetividade, priorizamos, a partir desse momento, as informações resultantes dos diálogos com os entrevistados. A análise do material empírico permitiu a construção de três categorias temáticas e a elaboração de um fluxograma descritor das linhas de força do trabalho (Figura 2).

### **O trabalho dos homens nos quilombos**

Iniciamos a discussão pelo recorte de gênero e as vivências masculinas no trabalho. Os homens quilombolas desenvolvem principalmente o trabalho na agricultura. Antes de iniciar o período chuvoso, realizam a limpeza da área a ser cultivada com o auxílio de ferramentas manuais para em seguida plantarem e colherem os grãos. Nos diálogos foi possível identificar a existência de linhas flexíveis que aproximam os homens do trabalho com a terra. Essa forte relação é considerada como uma das marcas da ancestralidade negra.

“Aqui os homens trabalham e vivem da terra. Plantamos o milho, o feijão e a mandioca”.  
(HQ-09)

“A nossa riqueza é poder preparar a terra. Tá ali o dia todo mexendo com ela, cultivando a lavoura para depois colher”. (HQ-61)

“O trabalho é na enxada e na foice. É o que a gente aprendeu a fazer, um trabalho braçal. [...] Por meio do trabalho que o homem sustenta a casa e a sua família”. (HQ-12)

Nas interações com a terra, a população quilombola expressa na categoria trabalho a sua autonomia para reprodução e manutenção da vida<sup>21</sup>. Nos quilombos, a identidade masculina associa-se diretamente ao valor do trabalho. O papel social de garantir o sustento familiar, ser o provedor, encontra-se dentro dos atributos da masculinidade hegemônica<sup>4,5</sup>. Esse ideal de



masculinidade acaba configurando as práticas relacionais entre homens e mulheres, hierarquizando e estabelecendo relações assimétricas de poder e trabalho<sup>22</sup>.

Essas comunidades apresentam grande dependência e manutenção histórica do cultivo do feijão, milho e mandioca. A prática do cultivo anual desses alimentos é considerada como um importante marcador cultural dessas populações<sup>21</sup>. Em estudo realizado por Marques e Silva<sup>23</sup>, 75% dos trabalhadores rurais ainda utilizavam exclusivamente a enxada, machado, foice e facões na agricultura. As dificuldades financeiras são apontadas como o principal fator para a não mecanização da produção. No trabalho rural, outra atividade muito desenvolvida é a criação de animais.

“[...] Eu crio umas vaquinhas para tirar o leite”. (HQ-77)

“A gente tem o costume de cuidar de galinhas, é para nós mesmos”. (HQ-57)

“Às vezes dá para vender uns ovos e frangos na cidade. O porco a gente engorda, mata e depois come”. (HQ-02)

Nessas comunidades, a produção da alimentação precisa ser contínua e apresentar diversidade de produtos, além de estar inserida na cultura alimentar local. A agricultura de subsistência é reconhecida como uma prática que assegura os produtos básicos para o consumo familiar, e a comercialização do excedente de sua produção como uma importante fonte de renda para os quilombolas<sup>24,25</sup>.

Na região, existem grandes fazendas que desenvolvem a monocultura de eucalipto e se tornaram uma importante oportunidade de trabalho.

“Por essas bandas tem muita plantação de eucalipto. Fazendas e mais fazendas para trabalhar”. (HQ-81)

“A gente planta as mudas, roça os matos e depois ajuda no corte da madeira”. (HQ-66)

Sob a ótica capitalista de produção, o crescimento da monocultura de eucalipto no Brasil tem gerado diversos conflitos ambientais, envolvendo principalmente a deterioração dos recursos hídricos, contaminação por agrotóxicos, desmatamentos e concentração fundiária<sup>26</sup>. O estado de Minas Gerais destaca-se pela produção de eucalipto, devido principalmente à grande demanda para fabricação de carvão vegetal<sup>27</sup>.

“Uma parte dos homens da comunidade trabalham lá nas carvoarias”. (HQ-34)

“Eu vou enchendo os fornos e fico de olho na queima da madeira”. (HQ-60)

“[...] Depois que vira o carvão eu tiro e ensaco tudo. Tem uns homens que ficam só fazendo a carga nos caminhões”. (HQ-01)

Na região existem muitas carvoarias, canaviais, engenhos e alambiques que geram diferentes oportunidades de emprego e renda para os homens quilombolas.

“Essa região é muito forte na plantação de cana. O bom é que dá emprego para muitos homens. A gente coloca para moer e depois faz rapadura”. (HQ-78)

“O movimento no alambique não para. A pinga vende muito. [...] Tem que produzir o ano todo”. (HQ-18)

Nas comunidades quilombolas, a informalidade e a falta de emprego abrem a possibilidade para alguns homens buscarem alternativas como a construção civil sendo ajudantes ou pedreiros, mesmo que haja necessidade de deslocamento entre o campo e a cidade.

“Por aqui tem muito homem que trabalha de servente e de pedreiro. Eu sou pedreiro aqui mesmo na comunidade”. (HQ-90)

“Ajudo fazer a massa de cimento, rebocar parede e o acabamento. A maioria das construções é na cidade, a gente vai e volta todo dia”. (HQ-13)

Em estudo realizado na Paraíba a função de pedreiro foi identificada como uma das atividades mais desempenhadas pelos homens quilombolas (39,2%)<sup>28</sup>. Em dois quilombos de Goiás, esse trabalho foi o mais citado entre os indivíduos que saíram das comunidades para buscar emprego nos centros urbanos<sup>24</sup>.

A grande aceitação pelas populações locais das atividades cartografadas nesse estudo foi compreendida como uma linha flexível de produção do trabalho. Porém, a maioria dos trabalhadores possuem apenas um vínculo de trabalho temporário e sem a garantia de direitos trabalhistas.

### **Os marcadores sociais e a informalidade no trabalho**

As narrativas a seguir, permitiram identificar as contribuições e subjetividades das linhas duras do trabalho, além dos efeitos das intersecções de raça/etnia, região, classe e escolaridade para a existência de altas taxas de informalidade.

“No quilombo não tem muita oportunidade de emprego. A gente tenta fazer de tudo um pouco. É o que aparecer”. (HQ-40)

“Acaba que a maioria dos homens trabalham para eles mesmo. A hora que não tá trabalhando o jeito é ficar parado”. (HQ-75)

“[...] Nunca trabalhei de carteira assinada. O contrato é de boca mesmo, na confiança”. (HQ-20)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho são classificados como trabalhadores informais aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada e respectivamente não são cobertos pelos benefícios trabalhistas. No Brasil, a informalidade inclui ainda os assalariados sem contrato formal, os trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social e os trabalhadores não remunerados<sup>29,10</sup>.

“De dia trabalho na roça e a noite no barzinho. Vendo cereais, bolacha, bebidas. Tem sinuca e às vezes um forró. [...] Eu faço também umas viagens como táxi, carregando as pessoas até a cidade. Isso tudo é para ganhar um dinheirinho a mais”. (HQ-42)

O trabalho no capitalismo passou a ser entendido como uma mercadoria e o trabalhador explorado intensamente pela sua força de trabalho<sup>6</sup>. A abertura de pequenos comércios e o desempenho de uma variedade de funções informais apresenta-se como alternativas para o desemprego ou baixos rendimentos. Nesses territórios, o Estado deve promover ações direcionadas para o cooperativismo, associativismo e/ou o microempreendedorismo individual, com a formalização e garantia dos direitos trabalhistas.

O preconceito e a discriminação apresentam-se como linhas duras muito presentes no cotidiano de vida e trabalho dessa população.

“O homem que é negro tem que se virar para sobreviver”. (HQ-23)

“Tudo para nós é muito mais difícil. O trabalho então nem se fala. Eu acho que é um preconceito pela cor da nossa pele”. (HQ-85)

“A gente tem orgulho de falar que é quilombola e que faz parte dessa comunidade. Mas ainda tem muito olho torto com o nosso povo”. (HQ-28)

A discriminação racial no trabalho surgiu durante o período da formação social brasileira. Com o fim do trabalho escravo e da Proclamação da República, o monopólio do poder passou a ser exercido pelos grandes proprietários rurais que valorizaram intensamente a política do imigrante branco como símbolo da redefinição social e cultural<sup>10</sup>. Nesse processo, os negros foram profundamente bloqueados do trabalho assalariado e inseridos fortemente nas ocupações mais precárias e informais.

Nos territórios visitados, percebemos que os homens quilombolas são estratificados por linhas de força que impõem dificuldades para a obtenção de emprego e fragilidades na sua manutenção. A elevada proporção de trabalhadores negros em situação ocupacional muito precária sugere a existência de processos de segregação social, que se refletem exatamente na forma de inserção desses sujeitos no mercado de trabalho<sup>10,30</sup>.

A raça e etnia exercem, portanto, influência no trabalho, tanto na admissão em um determinado tipo ou relação de emprego quanto na definição de sua remuneração. Para Silva e Menezes<sup>30</sup>, as pessoas que apresentam atributos iguais, exceto quanto à raça, são valorizadas de forma distinta pelos empregadores, apenas em virtude da cor da sua pele, caracterizando a existência direta de preconceito racial.

Os quilombolas enfrentam linhas duras impostas pela dualidade dos marcadores de região e classe. A pobreza na zona rural é maior do que nas cidades e atinge mais severamente essa população<sup>3,25</sup>. Nesse sentido, para esses homens a discriminação ocorre também em virtude das condições de pobreza extrema.

“Nossa região é muito pobre. Por aqui não tem emprego não. [...] Lugar esquecido pelos governantes”. (HQ-91)

“A vida no quilombo é muito difícil, muita pobreza. O jeito é sair para fora, ir para as cidades para trabalhar e colocar comida dentro de casa”. (HQ-16)

No estado de Minas Gerais, a região norte concentra 24,7% dos agricultores familiares em situação de pobreza, e é considerada como uma das regiões mais pobres do Brasil<sup>27</sup>. Devido à proximidade geográfica, a região acompanha o comportamento da economia nordestina, com características muito semelhantes ao perfil econômico e social. Existem localidades estagnadas e que concentram grandes bolsões de pobreza a exemplos dos quilombos visitados.

A pesquisa sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil<sup>31</sup>, apontou que nas distintas regiões do país, entre 2012 e 2018, os homens brancos ganharam 73,9% a mais do que os homens pretos ou pardos. O estudo revelou ainda que, em média, uma mulher branca ganha mais do que um homem negro. Na hierarquia social, significa que as mulheres brancas estão mais próximas dos homens brancos, e acima dos homens negros.

Os quilombolas, apresentam piores indicadores de escolaridade em relação aos brancos e aos pretos e pardos que residem em áreas urbanas. A intersecção dos marcadores analisados associa-se diretamente ao nível mais baixo de escolaridade desses homens.

“É até uma vergonha falar, mas só sei escrever o meu nome e olha lá”. (HQ-25)

“Comecei trabalhar com doze anos para ajudar o meu pai na roça. [...] Eu só fiz até a segunda série primária”. (HQ-80)

“[...] Aqui tinha uma escola, mas o prefeito fechou e levou os alunos para a cidade. O carro da prefeitura só andava quebrando e a gente não tinha como ir”. (HQ-32)

As desvantagens no nível de escolaridade da população negra em relação a população branca continuam evidentes. Em 2018, a taxa de analfabetismo na população branca foi de 3,9% e na população negra de 9,1%. O pior cenário em relação ao analfabetismo refere-se aos negros residentes em zona rural, chegando à 20,7% e nos brancos 11,0%<sup>12,31</sup>.

No período entre 2016 e 2018, a proporção de negros maiores de 25 anos com pelo menos o ensino médio completo subiu de 37,3% para 40,3%. Na população branca, esse percentual foi de 55,8%. Em relação a estar cursando o ensino superior, ocorreu um aumento de 50,5% para 55,6% entre os jovens negros, porém ainda abaixo dos 78,8% dos universitários brancos. Dos jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo e que não estavam frequentando a escola por terem que trabalhar ou procurar trabalho, 61,8% eram negros<sup>31</sup>.

Estudos realizados com adultos em comunidades de Minas Gerais<sup>32</sup>, Goiás<sup>24</sup>, Bahia<sup>33</sup> e Rio Grande do Sul<sup>34</sup>, comprovam que os quilombolas possuem menor acesso à educação e baixa

escolaridade. A ausência de uma rede de apoio social, incentivo familiar, necessidades de trabalhar, longos deslocamentos até os centros urbanos e dificuldade e/ou falta de transporte escolar são linhas duras que dificultam a continuidade da escolarização por essa população<sup>30</sup>.

As políticas públicas quilombolas começaram a ser aplicadas de fato no Brasil a partir de 2003, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>3</sup>. Entre 2004 e 2007, foram lançados o Programa Brasil Quilombola e o Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola. Obras de infraestrutura, como habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso deveriam ter sido colocadas em prática, além de investimentos nas áreas da educação, assistência social e saúde<sup>3,9</sup>.

Essas ações são consideradas como linhas de fuga e permitem intervenções nas desigualdades e vulnerabilidades sociais. Entretanto, observa-se na literatura que ainda persistem discriminação racial; pobreza extrema; baixo índice de renda domiciliar e emprego informal; precárias condições de habitações e dificuldade de acesso à educação e saúde<sup>24,30,33</sup>.

### **Vivências de prazer e adoecimento mental no trabalho**

Os aspectos psicossociais do trabalho dizem respeito à interação subjetiva entre o trabalhador, seu trabalho e o contexto social. Compreender esse processo exigiu uma observação, escuta e interação com os trabalhadores, além do rastreamento das linhas de força presentes nos territórios. De um modo geral, para os homens quilombolas o trabalho permite uma interação social, expressando sentimentos como prazer e felicidade.

“Eu gosto de tá ali trabalhando, fazendo alguma coisa útil para nós. O trabalho ajuda muito na vida da gente, ocupando a mente e o tempo”. (HQ-41)

“Quando estou trabalhando vou conversando com meus companheiros e esquecendo dos problemas. E quando a gente trabalha certinho eles confiam na gente e sempre chamam para um serviço”. (HQ-76)

“[...] É uma felicidade poder trabalhar. Tenho bons amigos que fiz no serviço. Até o dono da fazenda ficou meu amigo”. (HQ-22)

Em primeiro lugar ressaltamos as linhas flexíveis do trabalho e as repercussões para a satisfação e realização pessoal. Para Dejours<sup>8</sup>, o ambiente e a natureza do trabalho influenciam o estado de saúde e o bem-estar em geral do ser humano. As vivências de prazer se manifestam

também por meio da convivência e apoio social, reconhecimento profissional, da liberdade e autonomia para a execução das tarefas, e da valorização no trabalho<sup>7</sup>.

Assim, o trabalho não é, por si só, um fator de adoecimento. Determinados contextos podem viabilizar negociações, formação de compromissos de trabalho e a ressonância entre o subjetivo e a realidade concreta<sup>7,8</sup>. Essas vivências surgem nos territórios existenciais por meio das linhas flexíveis que o trabalho traça no corpo, na psique e nas relações interpessoais, ou seja, nos mapas de segmentaridade que rodeiam e atravessam os trabalhadores<sup>8,15</sup>.

Em contrapartida, no trabalho, esses homens encontram-se expostos e lutando diariamente contra inúmeras linhas duras, entre as quais se destacam os riscos psicossociais.

“No canavial eu tenho que trabalhar muito rápido. Chega no final do dia o corpo e a cabeça tá pedindo descanso”. (HQ-35)

“Lá nos eucaliptos eles pagam muito pouco e só ficam exigindo para eu fazer um monte de serviço. De vez em quando eu fico muito nervoso com isso”. (HQ-92)

“[...] Na roça é puxando enxada o dia inteirinho. O mesmo serviço todo dia e o pior é se esforçar tanto para ganhar quase nada”. (HQ-83)

Essas condições de trabalho estão conectadas diretamente à monotonia, sobrecarga, grande esforço físico, mínimo conforto e tensão. Nas diversas ocupações, emergem histórias individuais e coletivas de trabalho precário, carregado de preconceito e discriminação. Somam-se a essa realidade a informalidade e a falta de apoio social. Como defesa, os trabalhadores gastam energia corporal na busca de dar conta da realização das atividades e assim, acaba gerando angústia psicossomática e adoecimento mental<sup>7</sup>.

Os discursos possibilitaram identificar a existência de transtornos mentais comuns relacionados as linhas duras presentes nos ambientes de trabalho nos quilombos e seus entornos. Alguns homens relataram que a execução das suas funções acaba gerando angústia, ansiedade e depressão.

“Teve uma época que eu não estava conseguindo dormir. Passava a noite inteirinha acordado. [...] Trabalhava em duas fazendas e ainda fazia uns bicos. O médico disse que era ansiedade e me passou uns comprimidos para dormir”. (HQ-72)

“[...] Eu não tinha vontade de fazer mais nada. Foi aquele negócio de depressão. Mexer nos fornos de carvão é muito puxado. A gente só anda na pressão, aquilo é um inferno, eu uso remédio controlado até hoje”. (HQ-60)

O sofrimento no trabalho traduz a luta do sujeito contra pressões e forças oriundas da organização do trabalho que o empurram na direção da doença, da desestabilização psíquica e somática<sup>7,8</sup>. O trabalhador inicia com um esgotamento emocional e em seguida apresenta quadros clínicos de medo, ansiedade, nervosismo, tensão, fadiga, mal-estar, distúrbios de sono e psicossomáticos como gastrite e crises hipertensivas<sup>35</sup>.

No Brasil, dados sobre os transtornos mentais comuns em populações quilombolas são escassos. Pauli *et al.*<sup>36</sup> encontraram uma prevalência de 29,3% em adultos residentes nessas comunidades. Na população rural, segundo Costa e Ludermir<sup>37</sup> a prevalência foi de 36,0%. Assim, na tentativa de lidar com esse adoecimento mental, causado pelas linhas duras do trabalho, os homens quilombolas recorrem ao consumo de antidepressivos e benzodiazepínicos e principalmente do uso abusivo de álcool.

“Andava desgostoso do trabalho e por isso comecei a beber”. (HQ-52)

“[...] Eu estava preocupado com umas coisas lá na construção e tomeis uma pinguinha. No início era para esquecer os problemas. Mas não consegui mais parar”. (HQ-24)

“O trabalho é tão pesado que a pinga ajuda aliviar um pouco. O jeito é beber. Saio do serviço e já passo no barzinho [...]. Bebo um pouco de tudo”. (HQ-87)

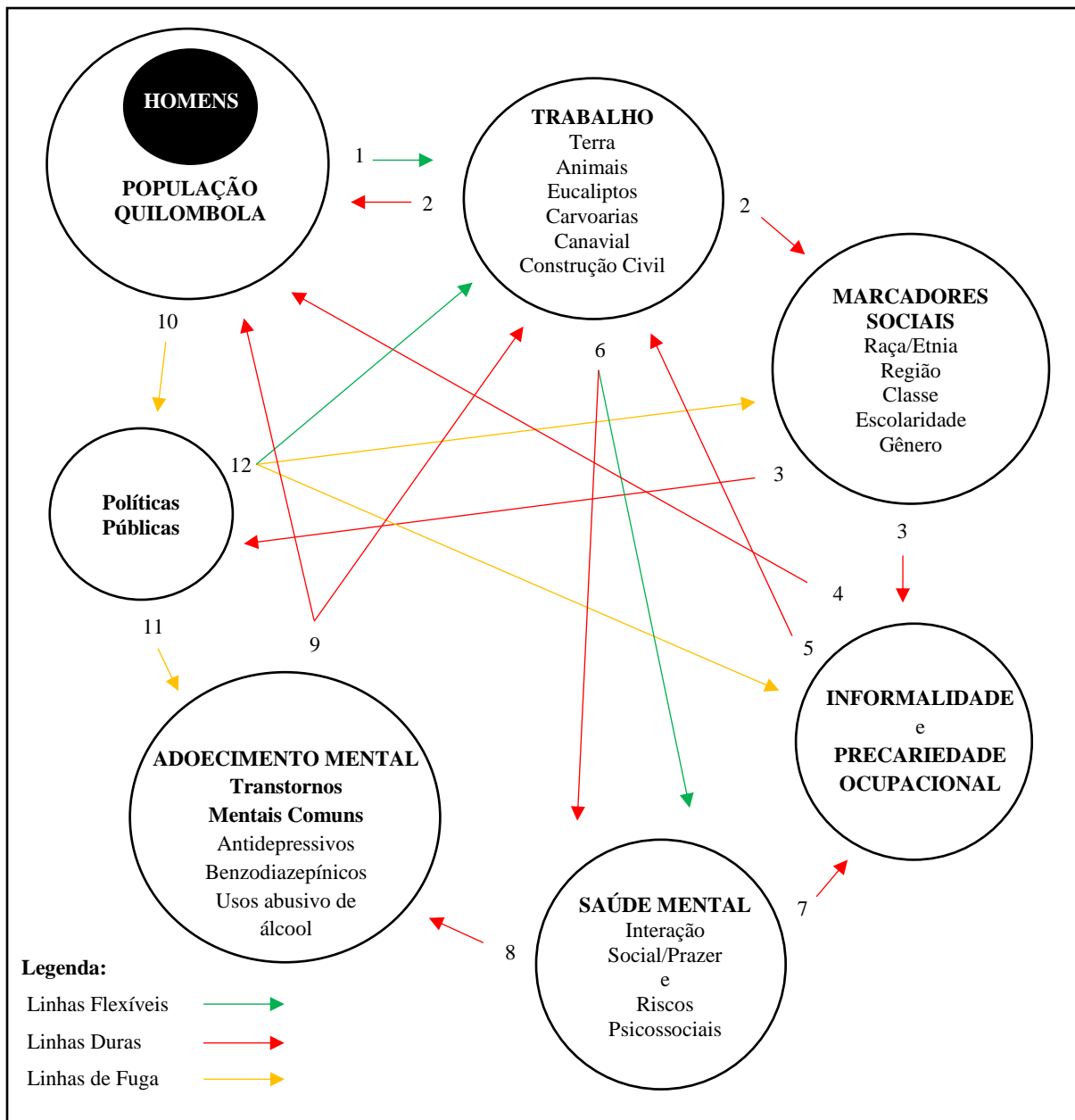
Nessa perspectiva, Dejours<sup>8</sup> apresenta a existência de duas formas de sofrimento no trabalho. O sofrimento criativo, no qual os sujeitos produzem estratégias e soluções adaptativas para manter a sua saúde diante das diversas pressões do trabalho e o sofrimento patológico, no qual são feitas escolhas prejudiciais. O consumo de drogas e/ou bebidas alcoólicas são consequências diretas do sofrimento patológico e um grave problema de saúde pública. Em termos gerais, o uso abusivo dessas substâncias pode ocasionar prejuízos pessoais, familiares e sociais, além de diminuição na produtividade e aumento de absenteísmo.

Como políticas públicas de saúde, entre 2011 e 2012, o Ministério da Saúde garantiu o acréscimo de 50% nos valores repassados para equipes de Saúde da Família em territórios quilombolas e lançou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a Política



Nacional de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas; e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador.

Essas políticas deveriam ser linhas de fuga para o acesso da população negra do campo, em particular dos quilombolas, às ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, com destaque para os riscos e doenças relacionadas ao trabalho, o sofrimento psíquico e os transtornos mentais derivados do uso abusivo de álcool. No entanto, a partir de 2019, com o Ministério da Saúde assumindo uma agenda neoliberal, as políticas públicas de saúde vêm sofrendo um desmonte e aumentando ainda mais as iniquidades para os grupos vulneráveis.



**Figura 2.** Fluxograma descritor das linhas de força presentes no trabalho dos homens quilombolas.

**Fonte:** Elaboração própria.

### **Considerações finais**

A Cartografia permitiu conhecer as linhas de força e a rede de conexões entre os homens quilombolas, a terra e o mundo do trabalho. Não se tratou de interpretar uma realidade como se ela apresentasse apenas um sentido, mas de ativar o nosso radar, o nosso olho vibrátil para a compreensão das subjetividades e relações de trabalho estabelecidas em cada território.

A intersecção de raça/etnia, gênero, região, classe e escolaridade colabora diretamente para a exploração da força de trabalho dos homens, a existência da precariedade ocupacional e a manutenção das iniquidades sociais. Torna-se importante, portanto, que esforços sejam realizados para a formalização dos vínculos, recolhimento das contribuições trabalhistas e geração de benefícios para os trabalhadores. No trabalho, as linhas flexíveis permitem vivências de prazer e realização pessoal e as linhas duras contribuem para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns.

Essas vulnerabilidades merecem atenção especial das políticas públicas de promoção da igualdade racial, de acesso ao mercado de trabalho e de saúde do trabalhador. Destacamos que entre 2003 a 2012 ocorreram avanços na implementação dessas políticas, porém, a partir de 2017, nos deparamos com um grande retrocesso dos direitos constitucionais da população quilombola.

Cabe destacar que em 2019, com as reformas ministeriais, houve a absorção da SEPPIR ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, enfraquecendo ainda mais a luta e a representatividade dessa população. Nesse sentido, as políticas públicas focadas nos quilombolas apresentam-se como linhas de fuga e necessitam de articulação e fortalecimento pelo Estado, além do esforço para a participação de todos os atores envolvidos, principalmente os homens quilombolas.

### **Contribuições dos autores**

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

### **Agradecimentos**

Aos homens quilombolas, que permitiram cartografar o mundo vivido do trabalho. Aos orientadores do doutorado, alunos de iniciação científica voluntária e ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

### **Conflito de interesse**

Os autores não têm conflito de interesse a declarar.

## Referências

- 1-Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União. 21 Nov 2003.
- 2-Sampaio CA. Representações culturais de quilombolas-vazanteiros: um segmento da cultura inclusiva no Acampamento Rio São Francisco [tese]. São Paulo (SP): Universidade Federal de São Paulo; 2012.
- 3-Silva ARF. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. Política e trabalho. 2018; 48: 115-128.
- 4-Cancela CD, Moutinho L, Simões JA. Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.
- 5-Monteiro KS. As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território [dissertação]. João Pessoa (PB): Universidade Federal da Paraíba; 2013.
- 6-Marx K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural; 1985.
- 7-Dejours C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução, Maringá. Rev Psicologia em Estudo. 2012; 17(3): 363-371.
- 8-Dejours C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré; 1992.
- 9-Madeira Z, Gomes DDO. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. Serv Soc Soc. 2018, 133: 463-479.
- 10-Martins TCS. O negro no contexto nas novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. Serv Soc Soc. 2012; 1(111): 450-467.
- 11-Proni MW, Gomes DC. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. Estudos Avançados. 2015; 29 (85): 137-151.
- 12-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE; 2019.
- 13-Rolnik S. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; 2007.
- 14-Romagnoli RC. A cartografia e a relação pesquisa e vida. Rev Psicol Soc. 2009; 21(2): 166-173.
- 15-Deleuze G, Guattari F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34; 2011.
- 16- Fundação Cultural Palmares. Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) [Internet]. 2019 [citado 04 jan 2020]. Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-3.pdf>.

17- Minas Gerais, Secretaria Estadual de Saúde. Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde, 2011.

18-Passos E, Kastrup V, Escóssia L, organizadores. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sullina; 2015.

19-Pêcheux M. Semântica e discurso. Campinas: Pontes; 1988.

20-Orlandi E. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes; 2007.

21-Costa JBA. Processos e territorializações e o deslizamento de conteúdos na etnicidade quilombola em Agreste. Rev Argumento. 2013; 1(7): 117-144.

22-Connell R, Messerschmidt J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estud Fem 2013; 21(1): 241-82.

23-Marques SMT, Silva GP. Trabalho e acidentes no meio rural do Oeste Catarinense - Santa Catarina, Brasil. Rev Bras Saude Ocup. 2003; 28(107-108): 101-105.

24-Santos RC, Silva MS. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. Saude Soc. 2014; 23(3): 1049-1063.

25-Sousa MSR, Santos JJF. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. Rev. Katálisis. 2019; 22(1): 201-209.

26-Duarte FC. A expansão da monocultura de eucalipto no noroeste fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais [dissertação]. Campos dos Goytacazes (RJ): Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; 2012.

27-Dias EC, Assunção AA, Guerra CB, Prais HAC. Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. Cad Saude Publica. 2002; 18(1): 269-277.

28-Silva JAND. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade quilombola do Estado da Paraíba. Saude Soc. 2007; 16(2): 111-124.

29-ILO International Labour Office. Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition). Geneva: ILO; 2018.

30-Silva RA, Menezes JA. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. Pesquisas e Práticas Psicossociais. 2018; 13(3): 1-17.

31-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil entre 2012 e 2018. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

32-Oliveira SKM, Caldeira AP. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em quilombolas do norte de Minas Gerais. Cad Saude Colet. 2016; 24(4): 420-427.

33-Kochergin CN, Proietti FA, César CC. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil: autoavaliação de saúde e fatores associados. Cad Saude Publica. 2014; 30(7): 1487-1501.

34-Martins MM, organizador. Memórias de trabalho e não trabalho quilombola. São Leopoldo: Oikos; 2019.

35-Santos GBV, Alves MCGP, Goldbaum M, Cesar CLG, Gianini, RJ. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, 2019. 01-10.

36-Pauli S, Bairros FS, Nunes LN, Neutzling MB. Prevalência autorreferida de hipertensão e fatores associados em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil. Cienc Saude Colet. 2019; 24(9): 3293-3303.

37-Costa AG, Ludermir AB. Common mental disorders and social support in a rural community in Zona da Mata, Pernambuco State, Brazil. Cad Saude Publica. 2005; 21(1): 73-9.

**Submetido em:**

13/07/2020

**Aprovado em:**

17/12/2020

## 4.2 PRODUTO 2

### **Os homens quilombolas e a exposição ocupacional: uma cartografia da saúde desses trabalhadores**

#### **Quilombola men and occupational exposure: a mapping of health of such workers**

Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda<sup>1</sup>, Pâmela Scarlatt Durães Oliveira<sup>2</sup>, Denilson Barbosa de Jesus<sup>3</sup>, Cristina Andrade Sampaio<sup>4</sup>, João Felício Rodrigues Neto<sup>5</sup>.

1 Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [sergio.vinicius.esf@gmail.com](mailto:sergio.vinicius.esf@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8482-7560>.

2 Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [pamela-scarlatt@bol.com.br](mailto:pamela-scarlatt@bol.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6084-5011>.

3 Universidade Estadual de Montes Claros, Curso de Graduação em Enfermagem. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [denilsonbarbosa.j@gmail.com](mailto:denilsonbarbosa.j@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5471-2949>.

4 Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [cristina.sampaio@unimontes.br](mailto:cristina.sampaio@unimontes.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9067-4425>.

5 Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [joaofelicio@yahoo.com](mailto:joaofelicio@yahoo.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6496-0460>.

**Resumo:** Os homens quilombolas exercem atividades produtivas que exigem grande força física, em ambientes propiciadores de diversos riscos, acidentes e agravos à saúde. O objetivo deste estudo foi cartografar os processos de trabalho de homens quilombolas em três territórios do Norte de Minas Gerais, Brasil. Para sua construção, utilizamos o método da Cartografia proposto pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os dados foram produzidos por meio da observação dos processos de trabalho, entrevistas individuais e registros das afetações em

um diário cartográfico. A análise de discurso possibilitou a elaboração de um fluxograma descritor e a definição de três categorias temáticas. Nos territórios rastreados, a intersecção de gênero, raça e classe colabora diretamente para a execução de atividades na carvoaria, pedreira e bananal. Esses ambientes são altamente insalubres, com presença de calor e fumaça, métodos que geram grande esforço físico e poeira de sílica, exposição excessiva ao sol e uso de agrotóxicos. A integração entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e o Ministério Público do Trabalho permite a articulação de uma rede intersetorial de educação popular, assistência técnica, qualificação e capacitação profissional. Essas medidas terão impacto direto no processo saúde-doença, na qualidade de vida dos trabalhadores e na preservação ambiental dos territórios cartografados.

**Palavras-chave:** Grupo com ancestrais do continente africano; Cartografia; Marcadores sociais; Exposição ocupacional; Agravos à saúde.

**Abstract:** Quilombola men carry out productive activities that require great physical strength, in environments that provide various risks, accidents and health problems. The aim of this study was to map the work processes of quilombola men in three territories in the north of Minas Gerais, Brazil. For its construction, we used the Cartography method proposed by the philosophers Gilles Deleuze and Félix Guattari. The data were produced through the observation of work processes, individual interviews and records of the affects in a cartographic diary. Discourse analysis enabled the development of a descriptive flowchart and the definition of three thematic categories. In the territories screened, the intersection of gender, race and class directly contributes to the execution of activities in the coal, quarry and banana plantations. These environments are highly unhealthy, with the presence of heat and smoke, methods that generate great physical effort and silica dust, excessive exposure to the sun and the use of pesticides. The integration between the Occupational Health Surveillance and the Public Ministry of Labor allows the articulation of an intersectoral network of popular education, technical assistance, qualification and professional training. These measures will have a direct impact on the health-disease process, on the quality of life of workers and on the environmental preservation of mapped territories.

**Key words:** African continental ancestry group; Cartography; Social markers; Occupational exposure; Health problems.

## Introdução

Os quilombos se constituíram como importante espaço de resistência histórica das populações rurais negras no Brasil. Essas comunidades se autodefinem principalmente a partir da sua ancestralidade com os afrodescendentes e ex-escravos, relações com a terra e manutenção de tradições culturais<sup>1</sup>. A população quilombola vive, na sua maioria, da agricultura de subsistência e do trabalho informal. Para essa população, o trabalho apresenta o entrecruzamento dos marcadores sociais de gênero, raça e classe.

Na definição de Scott<sup>2</sup>, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder no capitalismo. Existem múltiplas masculinidades e, em seu conjunto, pode haver uma que ocupa um lugar de hegemonia, entendida como um modelo a ser seguido pelos homens. Nesse universo, a identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho<sup>3,4</sup>.

Na relação dos quilombolas com a terra existe uma divisão sexual do trabalho. Essa divisão resulta em uma hierarquia das atividades, tendo como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social<sup>2,5</sup>. Os homens quilombolas exercem o trabalho na plantação, nas fazendas e em atividades que requerem grande força física. Nos territórios cartografados, as mulheres ficam responsáveis pelas tarefas da casa, a pequena produção nos quintais e o artesanato.

Conforme dados da pesquisa sobre as Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil<sup>6</sup>, a cor da pele é considerada como o componente central na estruturação das desigualdades no país, afetando diretamente o acesso ao emprego e a renda. Em 2018, 64% dos desempregados eram negros e o rendimento médio domiciliar per capita da população branca era quase duas vezes maior do que o da população preta ou parda.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela certificação das comunidades quilombolas, até o ano de 2019 existiam 397 comunidades em Minas Gerais. Destas, 79 estão situadas no Norte de Minas, considerada a região com a maior concentração de quilombos do estado<sup>7</sup>. Com a escassez de emprego no meio rural, os homens quilombolas se sujeitam a precariedade e informalidade presentes em inúmeros processos produtivos, principalmente no entorno dos quilombos.

O estado de Minas Gerais é o maior produtor nacional de carvão vegetal, possuindo as maiores reservas de minerais metálicos e não metálicos e concentrando a terceira maior produção de banana do Brasil. O sertão norte-mineiro é responsável por 30% da produção



estadual de carvão; 10% da produção de pedra britada para a construção civil e por mais da metade da bananicultura do estado<sup>8,9,10</sup>.

Os trabalhadores de carvoarias, pedreiras e bananais realizam suas atividades em ambientes propiciadores de diversos riscos ocupacionais, entre eles os riscos químicos, físicos e ergonômicos<sup>11,12,13</sup>. Lokhande<sup>14</sup> destaca que os trabalhadores nem sempre conseguem reconhecer os riscos a que estão expostos pela observação direta e, muitas vezes, não têm acesso a esse tipo de informação. Em geral, a noção de risco é tratada a partir de manuais técnicos, que não consideram as experiências dos trabalhadores<sup>15</sup>.

Nesse contexto, a Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) surge como uma aliada do Sistema Único de Saúde (SUS) para promover e proteger a saúde dos trabalhadores, evitando situações e condições geradoras de sofrimento, de doenças profissionais e de acidentes de trabalho<sup>16</sup>. O Ministério Público do Trabalho (MPT), destaca-se pela atuação como agente de articulação social, incentivando e orientando os setores da economia na execução de políticas ligadas a erradicação do trabalho forçado e insalubre, além do combate a quaisquer formas de discriminação no mercado de trabalho<sup>17</sup>.

A dimensão pedagógica da Visat pressupõe um processo educativo que requer a participação ativa de trabalhadores, empregadores, MPT e organizações governamentais e não governamentais<sup>16</sup>. O ambiente de trabalho é considerado um cenário pedagógico favorável para o desenvolvimento de ações de educação popular<sup>18</sup>, especialmente pela eclosão de temas identificados no cotidiano de trabalho e pela possibilidade de problematização dos riscos ocupacionais, além da ativação de mudanças na tríade saúde-trabalho-adoecimento.

O objetivo deste artigo foi cartografar os processos de trabalho de homens quilombolas em três territórios do Norte de Minas Gerais, Brasil. As perguntas que guiaram o estudo foram: Como os homens quilombolas se percebem expostos aos riscos ocupacionais? Quais linhas de força estão presentes no trabalho masculino na carvoaria, pedreira e bananal? Como articular uma rede para a promoção e proteção da saúde desses trabalhadores?

## **Material e métodos**

O presente estudo é parte dos resultados de um projeto intitulado de “Cartografia das condições de trabalho e saúde de homens quilombolas”. Trata-se de pesquisa qualitativa, fundamentada no método cartográfico, formulado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. A Cartografia incide em lineamentos, que atravessam tanto os grupos sociais quanto os indivíduos, valorizando os elementos potencialmente criadores de realidade, além de

permitir a observação das diversas afetações que fazem parte da tecelagem da existência humana<sup>19</sup>.

Por meio da Cartografia foi possível compreender a vida, o trabalho e a saúde dos homens quilombolas como um rizoma, ou seja, um mapa aberto e conectável, sem início e nem fim, permeado por linhas de segmentaridade (flexíveis, duras ou de fuga)<sup>19</sup>. As linhas flexíveis possibilitam variações e maior fluidez na vida dos sujeitos. Elas são ativadas quando surgem o desejo de criar novas relações de trabalho e cuidado. As linhas duras são consideradas as dualidades sociais, que dividem os sujeitos entre branco ou preto, homem ou mulher, rico ou pobre, etc.

E por fim, as linhas de fuga permitem o escape e as rupturas com as relações estabelecidas entre a vida e o trabalho. Por liberarem o desejo, as linhas de fuga lançam os homens a vivenciar a plenitude dos acontecimentos e a experimentar novos sentimentos e direcionamentos. O cartografar desse rizoma possibilitou a promoção de diversos encontros e trocas, além da produção de novos sentidos e afetações sobre o mundo do trabalho masculino.

Na perspectiva de transformar para conhecer, esse método se apresenta como uma pesquisa-intervenção. Garantir a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa cartográfica significa fazer valer o seu protagonismo e a sua inclusão no processo de produção de conhecimento, o que por si só já intervém na realidade<sup>20</sup>. Nesse sentido, buscamos desvelar as inúmeras relações estabelecidas entre os homens quilombolas e o mundo vivido do trabalho.

O estudo foi desenvolvido na macrorregião do Norte de Minas Gerais, que abrange uma área territorial de 128 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 1.548.933 habitantes. A região é composta por 86 municípios<sup>21</sup>, dos quais 28 possuem comunidades quilombolas. Na condução da pesquisa, visitamos 16 municípios, 23 comunidades e entrevistamos no total 94 homens quilombolas.

Devido a especificidade dos riscos ocupacionais mapeados em uma carvoaria, pedreira e bananal, com a presença de condições de trabalho mais árduas e insalubres, realizamos um recorte dos encontros e afetações produzidos com 19 homens residentes nos municípios de Ubaí (Comunidade de Gerais Velho); Januária (Comunidade de Pé da Serra) e Janaúba (Comunidade de Vila Nova de Poções).

A produção dos dados ocorreu entre os meses de janeiro a setembro de 2019, por meio da observação dos processos de trabalho, entrevistas individuais e registros das afetações em um diário cartográfico. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os diálogos foram gravados em áudio, com duração média de 50 minutos cada.

Para preservar o anonimato, cada homem quilombola recebeu a sigla HQ, seguida por um número de ordem.

O critério utilizado para o término da pesquisa de campo foi o de saturação de dados<sup>22</sup>. Como ocorreu uma diminuição no aparecimento de novos objetos discursivos e o adensamento teórico baseado nos dados empíricos disponíveis para análise e interpretação dos pesquisadores, a amostra foi considerada suficiente para a compreensão em profundidade do fenômeno.

Para a interpretação dos dados foi utilizada a técnica de Análise de Discurso<sup>23,24</sup>. Na primeira etapa, realizamos a leitura e releitura de todas as entrevistas, conferindo materialidade aos discursos e inserindo-os em uma Matriz de Análise elaborada pelos autores. Esse procedimento permitiu a conversão da superfície linguística (*corpus* bruto) em objetos discursivos.

Na segunda etapa, ocorreu a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo por meio da análise de todas as superfícies discursivas e ideológicas identificadas nas falas (interdiscurso e intradiscurso). Finalmente, na terceira etapa constituímos os processos discursivos com a articulação do enunciado com a enunciação e a compreensão dos processos de subjetividades e linhas de força presentes nos três tipos de trabalho cartografados.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), por meio do Parecer Consubstanciado nº: 2.821.454 de 14/08/2018. Foram cumpridas todas as exigências das resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo-se a preservação do sigilo das informações.

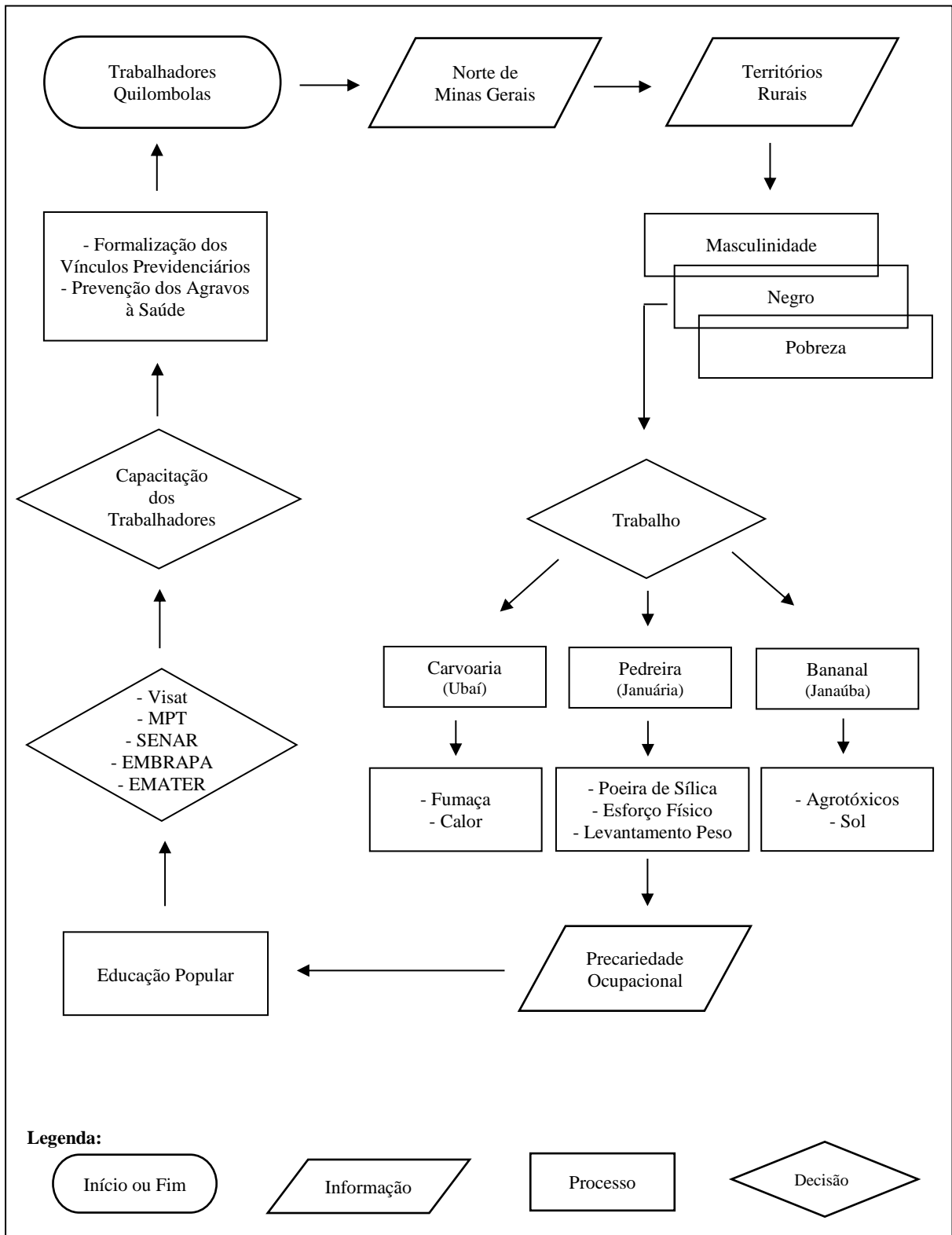
## **Resultados e discussão**

### **Caracterização dos participantes**

Os 19 homens encontravam-se na faixa etária de 20 a 49 anos e todos se autodeclararam negros. Entre eles, 12 eram casados, seis solteiros e um separado. Em relação à escolaridade, sete homens possuíam o ensino fundamental incompleto, 10 homens o ensino fundamental completo e dois eram analfabetos. O rendimento mensal familiar foi de até um salário mínimo, trabalhando em média 44 horas semanais e com tempo de atuação na carvoaria, pedreira ou bananal variando de dois a 15 anos.

A exposição à fumaça, poeira de sílica, agrotóxicos, calor e radiação solar, além de esforço físico e levantamento de peso foram considerados como os principais riscos ocupacionais. Os dados produzidos permitiram a elaboração de um fluxograma descritor das linhas de força do trabalho (Figura 1) e a definição de três categorias temáticas. Os fluxos

apresentados permitem ao leitor uma melhor compreensão das categorias que serão discutidas em seguida.



**Figura 1.** Fluxograma descritor das linhas de força do trabalho na carvoaria, pedreira e bananal.

**Fonte:** Elaboração própria segundo o Modelo de Fluxograma de Franco e Merhy<sup>25</sup>.

### **As masculinidades, o trabalho e os riscos na carvoaria**

A produção de carvão vegetal ocorre em diversos municípios do Norte de Minas Gerais, onde também observamos extensas plantações de eucalipto destinados as carvoarias. Essa produção ocorre principalmente nas áreas de reflorestamento e clandestinamente em pequenas propriedades rurais e/ou de vegetação nativa<sup>8</sup>.

Os processos de subjetivação foram cruzados pelas linhas de segmentação e, de maneira atenta e as vezes velada, os homens quilombolas relataram suas impressões sobre o trabalho na carvoaria situada no município de Ubaí:

*Eu vou enchendo os fornos com as toras de eucalipto e coloco tudo para queimar até virar o carvão (HQ06).*

*Quando termina a queima eu tiro todo o carvão do forno com um garfo bem grande e espero esfriar (HQ08).*

*O meu trabalho é ensacando o carvão e depois ajudando subir a carga nos caminhões. Tem que amarrar bem firme para não despencar no caminho (HQ11).*

Na cadeia produtiva do carvão, as linhas duras do capitalismo impõem condições de trabalho muito distintas. De um lado, as grandes siderúrgicas certificadas segundo as normas internacionais e de outro, a precariedade das carvoarias, com a utilização intensiva e predatória dos recursos florestais e a exploração do trabalho em condições degradantes. Os instrumentais de trabalho são arcaicos e o trabalho apresenta-se monótono e sob tensão<sup>11,26</sup>.

Por meio dos diálogos foi possível compreender como esses trabalhadores percebem a questão da identidade masculina no trabalho:

*(...) É um trabalho arriscado, para homem. Tem que ter coragem para aguentar o tranco. O nosso corpo foi feito mesmo para trabalhar pesado (HQ04).*

*Na hora de fazer a carga no caminhão precisa ter muita força. Não é qualquer homem que topa esse trabalho aqui não (HQ11).*

*(...) Mulher mesmo não consegue fazer metade do que a gente faz na carvoaria. A mulher aguenta é uma coisa mais leve, trabalho de casa (HQ10).*

Nas sociedades ocidentais, o trabalho tem sido considerado atributo essencial para o desenvolvimento da masculinidade. Desde a infância, os meninos são induzidos ao distanciamento da figura materna e do universo doméstico, para alcançar o ambiente externo e a capacidade de trabalhar<sup>27</sup>. De acordo com Scott<sup>2</sup>, a diferenciação entre os sexos pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino. Nas comunidades quilombolas, não apenas as mulheres aprendem a ser submissas e controladas, mas também os homens são vigiados e incentivados para a manutenção de sua masculinidade.

Estudos apontam que alguns dos sentidos atribuídos à masculinidade hegemônica fortalecem a apropriação de representações que associam o masculino à força, coragem, autoridade, assertividade e a não-vulnerabilidade<sup>4,27</sup>. Sobre o modelo masculino de trabalhador, Hassard, Hollyday e Willmot<sup>3</sup> ressaltam a forte associação das noções de racionalidade do trabalho à compreensão socialmente construída de masculinidade. Estes autores argumentam que o corpo próprio para o trabalho foi concebido pelo ideal de corpo masculino, disciplinado, resistente, emocionalmente controlado e sempre disponível para a produção.

A análise do marcador de gênero possibilitou a compreensão sobre as masculinidades quilombolas e a identificação das linhas duras que controlam, normatizam e estratificam o trabalho e a organização social nos quilombos. A divisão sexual do trabalho resiste nos domínios da vida social que associam de maneira binária e inequívoca às concepções de masculino e feminino<sup>2,5</sup>. Nesses territórios estão presentes relações de poder impostas por diversas instituições, como a escola, família, religião e política.

Na carvoaria visitada, os fornos localizam-se em locais planos, em meio à pequenas clareiras abertas na mata nativa do cerrado. O calor sufocante é aliviado à sombra dos próprios fornos ou em abrigos improvisados com lona ou palha. O cozimento da madeira expõe os trabalhadores a um contato direto com a fumaça, levando-os a inalarem níveis elevados de substâncias tóxicas<sup>8,26</sup>. Essa realidade insalubre foi narrada pelos trabalhadores da comunidade de Gerais Velho:

*Todo mundo que trabalha aqui na carvoaria sente alguma coisa. É uma quentura só. Fico suando o dia todo. Chego em casa todo preto (HQ08).*

*A gente trabalha o dia todo no meio dessa fumaça que sai dos fornos. O maior risco é esse negócio ir para dentro da gente. (...) Tudo aqui é perigoso (HQ10).*

*Os homens que trabalham nessa carvoaria só andam tossindo. Aquela tosse mais feia, seca. Sem falar que às vezes eu fico respirando ruim demais (HQ07).*

O material particulado fino e ultrafino produzido durante a combustão do carvão promove o aparecimento de diversos sintomas respiratórios. A exposição prolongada pode causar aumento das doenças pulmonares obstrutivas crônicas e mudanças fisiológicas na função pulmonar<sup>11,26</sup>. Em pesquisa realizada por Bethônico<sup>8</sup> em uma carvoaria do Norte de Minas Gerais, mais da metade dos carvoeiros declararam sentir mal com a fumaça e o calor dos fornos, além de apresentarem mais tosse, expectoração e dispneia.

No Vale do Jequitinhonha, Dias *et al.*<sup>26</sup> identificaram nos trabalhadores sintomas causados por essa intensa exposição, entre eles, dor e ardência nos olhos, dores de cabeça, problemas respiratórios, dormência no corpo e sensação extrema de calor. Em três municípios do Rio Grande do Sul<sup>11</sup> foram realizados exames de tomografia de tórax em 42 carvoeiros e apenas 5 (11,9%) apresentaram exames dentro da normalidade. A maioria dos trabalhadores, 32 (76,1%), foi diagnosticada com espessamento difuso de paredes brônquicas por broncopatia.

No trabalho, a percepção de risco não diz respeito apenas aos dados técnicos e ambientais<sup>15</sup>. As avaliações devem levar em conta também as interpretações sobre as informações recebidas pelos trabalhadores, além das experiências individuais e coletivas. Nos ambientes de trabalho, os riscos podem ser percebidos de distintas maneiras e, ao conhecê-los e vivenciá-los, o trabalhador reelabora os seus saberes para mudanças nos processos de trabalho<sup>14,15</sup>.

A educação popular torna-se uma importante aliada da Visat e do MPT para a construção de linhas de fuga e ativação de um ambiente seguro e saudável na carvoaria. As ações precisam despertar as responsabilidades dos empregadores e serem direcionadas para a redução da insalubridade no trabalho. Nesse sentido, os fornos devem ser instalados em locais abertos, de forma a evitar acúmulo de gases nocivos e altas temperaturas em áreas vizinhas, além do ambiente oferecer segurança e conforto por meio de áreas cobertas e com circulação de ar para o descanso dos trabalhadores.

### **O trabalho e os riscos na pedreira como herança ocupacional**

Ao cartografar o processo de trabalho na pedreira, ocorreu a compreensão de como o marcador de raça favorece a precariedade ocupacional e a exposição aos riscos químicos e ergonômicos. Nos discursos, encontramos a presença de elementos sobre a herança do trabalho escravo no município de Januária:

*O povo antigamente falava que nessa região tinha muito ouro. Dizem que os escravos ficavam procurando o ouro pelas serras. O próprio nome do lugar já diz... Pé da Serra (HQ39).*

*Meu avô me contou uma vez que quase não acharam ouro nessas bandas. Aí o jeito foi explorar as pedras. Os mais velhos tudo trabalhou lá e agora nós (HQ33).*

As desigualdades sociais e de renda entre brancos e negros nos remete ao período escravocrata que ainda apresenta forte influência nas relações sociais no Brasil. Diante dos interesses econômicos e políticos do capitalismo, os negros foram profundamente bloqueados pela ideia de trabalho assalariado estrangeiro e branco. Essa política extremamente racista conferiu um tratamento inferior para os negros e consolidou definitivamente a sua participação nos estratos mais baixos da sociedade e do mercado de trabalho<sup>28</sup>. Esse percurso histórico, acabou produzindo linhas duras que atravessam e permanecem nos homens quilombolas até os dias de hoje:

*Só sei que para quem é preto é bem mais complicado para arrumar qualquer serviço. Eu só consegui uma coisa mais fixa aqui na pedreira e eles ainda pagam muito pouco (HQ47).*

*Quem é quilombola só ajeita trabalho para capinar, ou de ajudante de pedreiro ou fica aqui nessa pedreira fazendo esse serviço pesado (HQ30).*

No mundo do trabalho, os quilombolas se deparam com um conjunto de particularidades cujas possibilidades de superação são ainda mais escassas do que para os brancos, enfrentando enormes barreiras e discriminação, principalmente pela intersecção de serem negros e pobres. Nos encontros pelo território de Pé da Serra, captamos também como ocorre a exposição aos riscos ocupacionais na pedreira:

*O trabalho é com a picareta mesmo. Às vezes quando a pedra é muito grande tem que usar dinamite para explodir aquilo tudo (HQ41).*

*A gente tritura bem a pedra para poder carregar para o galpão onde elas serão moídas. A brita e o pó de brita são vendidos para os depósitos de material de construção (HQ39).*



A exploração mineral das pedreiras inicia-se com o desmonte da rocha e extração de grandes blocos de pedra por meio do uso de ferramentas manuais e/ou explosivos. Em seguida, as pedras são carregadas pelos trabalhadores em carrinhos de mão para seu posterior beneficiamento em grandes máquinas trituradoras.

Nesse processo ocorre a produção de brita e pó de brita contendo muitas substâncias nocivas para a saúde:

*Na pedreira acaba que a gente corre muito risco. Pega muita poeira. Aquele pozinho cinza da brita. Você quer ver quando tem explosão (HQ47).*

*Os homens ficam ali respirando aquele pó. Aquilo vai no nariz e acaba que dá alergia. Eu mesmo só ando espirrando. Eu fico com medo de já ser algum problema (HQ36).*

No Brasil, o setor de extração mineral é considerado um dos principais locais de exposição à sílica. Os homens ocupam quase que integralmente todos os postos de trabalho na mineração e por esse motivo apresentam prevalência de exposição à sílica muito maior do que as mulheres. Nesses ambientes, as partículas de sílica em suspensão são extremamente finas, de grande dispersão, podendo ser carregadas a longas distâncias<sup>12</sup>.

Estima-se que no país, mais de seis milhões de trabalhadores do mercado formal e informal encontram-se expostos a poeiras contendo sílica. A silicose é um tipo de pneumoconiose, incurável, de evolução progressiva e irreversível. Essa doença pode levar à incapacidade para o trabalho, invalidez, aumento da suscetibilidade à tuberculose, câncer pulmonar e outras doenças autoimunes<sup>9,29</sup>.

O esforço físico e o levantamento de peso também foram considerados pelos homens quilombolas como um risco muito presente no seu ambiente de trabalho:

*(...) Arrancar pedra é muito puxado. O corpo fica todo moído porque é o dia todo batendo picareta. O trabalho não pára (HQ30).*

*Esses tempos atrás eu andava sentido umas dores fortes na barriga. A médica falou que era uma hérnia por causa do peso que eu pego. Mas fazer o que? O jeito é trabalhar (HQ43).*

Estudos realizados com trabalhadores expostos à diversos riscos ocupacionais, revelou que os fatores sociais e culturais influenciam direta e indiretamente nas suas percepções sobre esses riscos<sup>15,30</sup>. A mineração de pequena escala ainda está presente em áreas rurais de difícil acesso, onde o trabalho é informal, intenso e extremamente perigoso, sem qualquer controle ou fiscalização. O processo de trabalho na pedreira requer esforço físico, movimentos bruscos, elevação e carregamento de peso e ritmos excessivos de trabalho. Esses fatores acabam colaborando para o surgimento de inúmeros distúrbios musculoesqueléticos nos homens quilombolas.

As realidades cartografadas evidenciam a necessidade de articulação entre a Visat, o MPT e instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Essa rede intersetorial possibilita a execução de ações de qualificação e capacitação profissional, entendidas nesse estudo como linhas flexíveis. Essas linhas são responsáveis pela maior fluidez nas relações de trabalho, além de criarem condições para o estabelecimento de agenciamentos de medidas de segurança na pedreira.

### **As oportunidades e os riscos do trabalho no bananal**

Na região do quilombo de Vila Nova de Poções, as dificuldades econômicas acabam conduzindo os homens para o trabalho nas plantações de banana. Esse território situa-se entre os municípios de Janaúba e Jaíba. A produção de banana é destaque na região como resultado da presença do maior projeto de irrigação da América Latina.

O Projeto Jaíba teve início na década de 50, com as primeiras iniciativas governamentais de captação de água na margem direita do Rio São Francisco e a ocupação planejada de uma grande área formada pelos municípios de Matias Cardoso, Jaíba e Janaúba. Para se consolidar como um polo agroindustrial fruticultor, foram investidos recursos financeiros pelos governos federal, estadual e municipais, além de investimentos externos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial<sup>31</sup>.

Os bananais irrigados pelo projeto, representam então a principal fonte de renda, e transforma-se em linhas flexíveis de trabalho e sobrevivência para os homens e famílias quilombolas da região cartografada:

*O que salva a gente é essa plantação de banana. A maioria do povo trabalha é lá no projeto (HQ70).*

*(...) A gente faz um pouco de tudo. Planta as mudas da bananeira, depois cuida do fruto até chegar a hora de colher e embalar (HQ68).*

*Eu ajudo nos canais de irrigação. O bom é que a gente consegue ganhar um dinheiro sem sair do nosso lugar. Trabalhar perto de casa é bem melhor do que sair andando por esse mundão a fora (HQ65).*

A bananicultura sempre foi uma das atividades agrícolas de grande importância pelo papel social que exerce na fixação do homem no campo e na geração de emprego rural<sup>13</sup>. No Brasil, em 2019 a segunda região que mais se destacou na produção de banana foi a Sudeste. Os cinco principais municípios produtores de banana em Minas Gerais são: Jaíba, Nova Porteirinha, Delfinópolis, Janaúba e Matias Cardoso. Desses municípios, quatro estão situados na região norte e apenas um, na região sul, o município de Delfinópolis<sup>10</sup>.

A bananicultura nacional enfrenta sérios problemas nas fases de produção, que limitam a sua inserção no mercado internacional. A presença de pragas constitui-se, portanto, com o principal motivo de preocupação para os agricultores, representando uma ameaça constante à produção da fruta<sup>10,13</sup>. Diante desse quadro, o uso de agrotóxicos nessa atividade vem aumentando em todo o mundo, em especial nos países subdesenvolvidos<sup>13,32</sup>.

Dos oitos entrevistados que trabalham nos bananais, sete relataram o uso de agrotóxicos no cultivo da fruta:

*(...) Trabalho com veneno. Batendo agrotóxico. Aquele perigoso para matar as pragas da plantação. Sempre mexo com ele. Mas eles me explicaram mesmo só como usar (HQ71).*

*Na plantação de banana a gente tem que usar. Não tem jeito. Ou usa ou não trabalha. Depois que bato o veneno eu sinto muita dor de cabeça e até uma tontura (HQ68).*

*Pode se envenenar com os agrotóxicos né. Aquele cheiro é muito forte e tem vez que dá muito enjojo. Se a gente não se cuidar pode causar até câncer ou matar mesmo (HQ70).*

Muitos trabalhadores são obrigados pelos empregadores a adotar o uso de agrotóxico, não recebendo nenhum treinamento ou informações adequadas sobre o seu manejo. De acordo com o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva<sup>32</sup>, devido à sua alta toxicidade, os agrotóxicos causam intoxicações entre os trabalhadores, na população por meio dos resíduos em alimentos e contribuem ainda mais para a poluição do meio ambiente.

A exposição a agrotóxicos pode causar quadros de intoxicação leve, moderada ou grave, a depender da quantidade do produto absorvido, do tempo de absorção, da toxicidade do produto e do período decorrido entre a exposição e o atendimento médico. Os efeitos crônicos manifestam-se por meio de várias doenças como cânceres, má-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos, mentais, entre outros<sup>32,33,34</sup>.

No Brasil, estudos<sup>32,33</sup> demonstram o grande risco de intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores rurais. A maior prevalência encontra-se no sexo masculino, em idade adulta. Nos homens, sabe-se, que a exposição aos agrotóxicos pode estar associada a câncer no sistema genital, redução da fertilidade e malformações congênitas, a exemplo de micropênis em recém nascidos<sup>34,35</sup>.

Observamos também, que a maioria das atividades desenvolvidas nos bananais expõe excessivamente os trabalhadores à radiação solar:

*Não tem jeito. A gente trabalha o dia todo no sol. E o sol aqui arde mesmo (HQ71).  
Tudo que vai fazer no bananal é debaixo do sol (HQ63).*

*O jeito é se proteger como dá. Com um chapéu grande, amarrando um pano no rosto e vestir duas camisas de manga comprida para não se queimar todo (HQ65).*

*(...) Se não tiver capricho pode dar aquelas doenças perigosas. O que eu mais tenho medo é de dá câncer na pele (HQ64).*

Na movimentação pelo território, encontramos muitos trabalhadores se deslocando para as plantações sem chapéu e/ou roupas adequadas. O câncer de pele é a neoplasia maligna mais comum em todo o mundo e dentre a classe trabalhadora que apresenta grande risco em desenvolver esse tipo de câncer, destacam-se os trabalhadores rurais<sup>34,36</sup>. Considerando que a carga horária média de trabalho no Brasil é de 39,4 horas semanais, trabalhadores ao ar livre, podem receber uma dose de radiação ultravioleta seis a oito vezes maior que os trabalhadores de ambientes fechados<sup>36</sup>.

Na plantação de banana, além das linhas duras do trabalho, observa-se também a inexistência de oferta de capacitação técnica para os trabalhadores e/ou empregadores. Esses dados revelam a urgente demanda para o desenvolvimento de ações educativas pela Visat e Vigilância Sanitária em parceria com outros órgãos de extensão rural como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER).

Com a utilização de uma linguagem clara, objetiva e acessível para todos os participantes, a assistência técnica e as atividades educativas ofertadas pelas equipes da Vigilância Sanitária podem possibilitar a construção de linhas de fuga em direção ao fortalecimento de espaços de debates e aprendizagens com foco nas demandas dos processos de trabalho e de proteção do meio ambiente. Essas ações de educação popular carecem de uma abordagem sobre o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual contra a radiação solar ultravioleta e para o manuseio e aplicação correta dos agrotóxicos.

### **Considerações finais**

Os encontros e diálogos nos territórios de Gerais Velho, Pé da Serra e Vila Nova de Poções permitiram dar visibilidade e dizibilidade aos modos de produção dos homens quilombolas na carvoaria, pedreira e bananal. As discussões foram sustentadas pelas linhas de força, compreendidas dentro de um contexto histórico e social, de vida e trabalho masculino. A intersecção de gênero, raça e classe colabora diretamente para a existência e manutenção de condições de trabalho árduas e insalubres.

Os homens quilombolas apresentam uma percepção sobre a presença de riscos de acidentes nos ambientes de trabalho e nas atividades executadas. Comprovamos essa percepção pelas experiências narradas na produção de carvão vegetal, em condições degradantes; nos desmontes de grandes rochas por meio do uso de explosivos e a extração manual de pequenos blocos de pedra; o uso de agrotóxicos no bananal; e a exposição constante à radiação solar.

As linhas duras estratificam a realidade de vida e trabalho, classificando esses homens como trabalhadores informais, pretos, pobres e de baixa escolaridade. Os riscos químicos, físicos e ergonômicos foram considerados como linhas duras presentes nos três tipos de ocupações e produzem sobrecarga e impactos sobre a saúde física dos trabalhadores. Portanto, os processos de trabalho mapeados apresentam influência sobre o processo saúde-doença, com repercussões diretas no adoecimento dessa população.

Existem linhas de fuga, entendidas como um conjunto de medidas de saúde e segurança no trabalho que reduzem ou atenuam em curto, médio e longo prazo a exposição aos riscos

ocupacionais cartografados. Essas linhas permitem a criação de processos de agenciamento entre os homens quilombolas e o trabalho desempenhado. Porém, constatamos que essas medidas são negligenciadas e necessitam urgentemente de uma intervenção mais eficiente pelo Estado na busca de uma atuação para além das típicas ações de fiscalização de irregularidades do trabalho.

Os empregadores devem proporcionar aos trabalhadores informações e instruções permanente para o exercício do trabalho com saúde e segurança. Nessa perspectiva, surge a eminente necessidade de integração entre o SUS, representado pela Visat com o Ministério Público do Trabalho e instituições como o SENAR, EMBRAPA e EMATER. A construção e articulação dessa rede intersetorial favorece o desenvolvimento de ações de educação popular, assistência técnica, capacitação e qualificação profissional.

Essas ações devem levar em consideração os aspectos socioculturais da população quilombola e sensibilizar os empregadores sobre a observância da legislação trabalhista e de proteção ao trabalhador. A implantação dessas medidas terá impacto direto na qualidade de vida dos trabalhadores da carvoaria, pedreira e bananal, além de contribuir para a preservação ambiental dos territórios cartografados.

## Referências

- 1- Arruti JM. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc; 2006.
- 2- Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Rev. Educação e Realidade* 1995; 20(2): 71-99.
- 3- Hassard J, Hollyday R, Willmot H. *Introduction: the body and organization*. London: Sage; 2000.
- 4- Connell R, Messerschmidt J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estud Fem* 2013; 21(1): 241-82.
- 5- Monteiro KS. *As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território* [dissertação]. João Pessoa (PB): Universidade Federal da Paraíba; 2013.
- 6- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil entre 2012 e 2018*. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.
- 7- Fundação Cultural Palmares. *Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)* [Internet]. 2019 [citado 04 jan 2020]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-3.pdf>

- 8- Bethônico MBM. *Produção de Carvão Vegetal no município de Montezuma: Impactos socioambientais* [Dissertação]. Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- 9- Souza TP, Monteiro I. Produção mineral no Brasil: ensaio teórico sobre a epidemiologia da silicose. *Revista CIATEC – UPF* 2019; 11(1):70-77.
- 10- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). *Produção Brasileira de banana em 2019*. [Internet] 2019 [Citado em 03 de fevereiro de 2020]. Disponível em [http://www.cnpmf.embrapa.br/planilhas/Banana\\_Brasil\\_2019.pdf](http://www.cnpmf.embrapa.br/planilhas/Banana_Brasil_2019.pdf)
- 11- Souza RM. *A qualidade do ar, o comportamento da função pulmonar e a ocorrência de doenças respiratórias em trabalhadores da produção de carvão vegetal em três municípios do estado do Rio Grande do Sul* [Tese]. Nova Hamburgo (RS): Universidade Feevale, 2018.
- 12- Silva DA, Hong O. Análise do cenário de saúde e segurança dos trabalhadores atuantes na atividade de mineração brasileira. *Rev Enferm Atenção Saúde* [periódico na Internet]. Jul/Dez 2017; [acessado em 12 de março de 2020]; 6(2):134-143. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/1819/pdf>
- 13- Ribeiro LR. *Caracterização de cultivares de bananeira em sistema de cultivo convencional e orgânico*. Dissertação. Feira de Santana (BA): Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.
- 14- Lokhande VR. Health profile of workers in a ship building and repair industry. *Indian J Occup Environ Med* 2014; 18(2):89-94.
- 15- Miranda AL, Jesus LF, Moreira MFR, Oliveira SS. Percepção de risco: estudo com trabalhadores de um estaleiro expostos a metais. *Cad Saúde Colet* 2019; 27(1):93-99.
- 16- Vasconcellos LCF. Vigilância em Saúde do Trabalhador: decálogo para uma tomada de posição. *Rev Bras Saude Ocup* 2018; 43(supl 1): 1-9.
- 17- Carelli RL. O Ministério Público do Trabalho na proteção do direito do trabalho. *Caderno CRH* 2011; 24 (01) 59-69.
- 18- Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2014.
- 19- Deleuze G, Guattari F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34; 2011.
- 20- Passos E, Kastrup V, Escóssia L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sullina; 2015.
- 21- Minas Gerais, Secretaria Estadual de Saúde. *Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais*. Secretaria de Estado de Saúde, 2019.
- 22- Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec; 2014.

- 23- Pêcheux M. *Semântica e discurso*. Campinas: Pontes; 1988.
- 24- Orlandi E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes; 2007.
- 25- Franco TB, Merhy EE. *O Uso de Ferramentas Analisadoras para Apoio ao Planejamento dos Serviços de Saúde: o caso do serviço social do Hospital das Clínicas da UNICAMP (Campinas, SP)*. São Paulo: Hucitec; 2004.
- 26- Dias EC, Assunção AA, Guerra CB, Prais HAC. Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. *Cad Saude Publica* 2002; 18(1): 269-277.
- 27- Lopez SB, Moreira MCN. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. *Cien Saude Colet* 2013; 18(3):743-752.
- 28- Martins TCS. O negro no contexto nas novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serv Soc Soc.* 2012; 1(111): 450-467.
- 29- Silva LL, Lima LPC, Barbosa CC, Machado AD, Mosci AS, Silva FCL, Torre DNPD, Silveira AM, Carneiro APS. Modificação do perfil da silicose na mineração subterrânea de ouro em Minas Gerais. *Rev Bras saúde ocup* 2018; 43: e8.
- 30- Takahashi MABC, Silva RC, Lacorte LEC, Ceverny GCO, Vilela RAG. Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT). *Saúde Soc* 2012; 21(4):976-988.
- 31- Minas Gerais. Secretaria de Estado de agricultura, pecuária e abastecimento de Minas Gerais. *Relatório do projeto Jaíba – 2005 a 2010, 2011*.
- 32- Carneiro FF, Rigotto RM, Augusto LGS, Friedrich K, Búrigo AC, organizadores. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- 33- Tofolo C, et al. Contributing factors for farm workers' exposure to pesticides in the west of the state of Santa Catarina, Brazil. *Acta Sci. Health Sci.* 2014; 36(2):1-7.
- 34- Lopes CVA, Albuquerque GSC. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. *Saúde em debate* 2018; 42(117):518-534.
- 35- Meyer A, Alexandre PCB, Rezende CJ, Markowitz SB, Koifman RJ, Koifman S. Esophageal cancer among Brazilian agricultural workers: Case-control study based on death certificates. *International J Occup Environ Health* 2011; 214(2):151-155.
- 36- Cezar-Vaz MR, Bonow CA, Piexak DR, Kowalczyk S, Vaz JC, Borges AM. Câncer de pele em trabalhadores rurais: conhecimento e intervenção de enfermagem. *Rev Esc Enferm USP.* 2015; 49(4):564-571.



**Colaboradores:**

S. V. C. Miranda; P. S. D Oliveira e D. B Jesus colaboraram no planejamento do estudo, na coleta, análise e interpretação dos dados, redação e revisão crítica do artigo.

C. A Sampaio e J. F Rodrigues Neto colaboraram no planejamento do estudo, na interpretação dos dados, revisão crítica do artigo e aprovação da versão final.

**Fonte de financiamento:**

O projeto de pesquisa foi fomentado exclusivamente com recursos próprios dos pesquisadores envolvidos.

**Conflito de interesses:**

Informa-se que não há conflitos de interesses neste estudo.

**Agradecimentos:**

Aos homens quilombolas, que permitiram cartografar o mundo vivido do trabalho na carvoaria, pedreira e bananal, aos orientadores do doutorado, aos alunos de iniciação científica voluntária e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

**Submetido em:**

28/03/2021

**Parecer:**

Em avaliação pelos consultores ad hoc.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta cartografia, percebemos o quanto os encontros, diálogos e afetações produzidos nos territórios geográficos e existenciais, face a face com cada homem quilombola, na mistura de sujeitos e pesquisadores, permitiram compreender os modos de vida e trabalho dessa população. As comunidades situam-se no meio rural e periurbano, apresentando como características comuns as precárias condições de habitação, saneamento básico e acesso a serviços públicos como educação e saúde, além da falta de investimentos em estradas e transporte público.

O trabalho organiza a vida nos quilombos e articula a reprodução social, as estratégias de resistência e de organização comunitária. As mulheres desempenham os papéis de ser mãe e esposa, os afazeres domésticos, a produção de artesanato e o cultivo de pequenos animais nos próprios quintais. Os homens são considerados os provedores materiais das famílias, detendo a responsabilidade pelo trabalho externo e remunerado, o domínio do processo produtivo dos alimentos e o sustento familiar.

A principal atividade produtiva masculina é o trabalho rural, desenvolvido em suas terras ou como meeiros em propriedades de terceiros, por meio da plantação de pequenas lavouras e a criação de animais. Essa produção apresenta a função de autoconsumo e também como uma fonte de renda pela comercialização do excedente dos alimentos. Nos quilombos é habitual a troca de sementes, cereais e outros produtos como ovos, leite e seus derivados com os vizinhos. Essas trocas contribuem para a diversificação da alimentação e, reforçam laços sociais de cooperação familiar e comunitária.

Entretanto, a informalidade e a falta de emprego direcionam os homens para a procura de trabalho no entorno dos quilombos, em diversas atividades ligadas ao agronegócio, como a plantação de banana, o cultivo e manejo de eucalipto, além da fabricação de carvão vegetal e a exploração mineral de pedreiras. Esses postos de trabalho são assumidos pelos homens que decidem permanecer nas comunidades, próximos de suas famílias e de suas tradições. Para os homens que optam pela migração do campo para áreas urbanas, o trabalho na construção civil, como ajudantes e pedreiros, é a principal ocupação encontrada.

O primeiro artigo da tese, destacou como os processos de subjetivação foram sendo rastreados e revelados por meio das linhas de força e a rede de conexões existentes entre os homens, a terra e o mundo do trabalho. Ao modificar a natureza pelo trabalho, os homens quilombolas também são modificados por ela, num processo de interação que utiliza o corpo masculino, os meios e os instrumentos de trabalho para o desempenho de atividades exploratórias, cuja materialização encontra-se sustentada pela dominação capitalista.

Devido à existência de racismo e discriminação social em todas as esferas da sociedade brasileira, os homens quilombolas possuem trajetórias de vida marcadas por uma menor inserção no mercado de trabalho e uma maior vulnerabilidade ocupacional. O estudo comprovou que a interseccionalidade de raça/etnia, gênero, região, classe e escolaridade colabora diretamente para a exploração da força de trabalho e a manutenção das iniquidades sociais. Importante ressaltar que os riscos psicossociais, produzidos por meio de condições de trabalho árduas, insalubres e informais contribuem para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns nos trabalhadores.

Nos processos de trabalho cartografados, as linhas flexíveis permitem vivências de prazer e realização pessoal. Essas linhas são estruturadas por meio de variações positivas nas relações de trabalho e uma maior fluidez na interação entre os homens, suas famílias e as comunidades, e principalmente pela convivência diária nos ambientes de trabalho, o apoio do coletivo de trabalhadores e o reconhecimento social de algum tipo de atividade desenvolvida.

Como demonstrado no segundo artigo, uma grande parte desses trabalhadores estão expostos diariamente a uma variedade de riscos químicos, físicos e ergonômicos. Esses riscos foram considerados como linhas duras presentes nos diversos tipos de ocupações mapeadas e produzem nos homens sofrimento e agravos à saúde. Portanto, o trabalho desempenhado pelos homens quilombolas apresenta influência direta sobre o processo saúde-doença, com impactos no bem-estar físico e psicológico e consequências de mal-estar e adoecimento mental.

Nesse contexto, ações intersetoriais devem ser articuladas entre o SUS, representado pela Visat com o Ministério Público do Trabalho e instituições como o SENAR, EMBRAPA e EMATER. Essa rede favorece o desenvolvimento de atividades de educação popular, assistência técnica, capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores e empregadores. As temáticas devem abordar principalmente as medidas de saúde e segurança no trabalho voltadas para a redução e

atenuação da exposição aos riscos ocupacionais, além de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e preservação ambiental.

A partir desse conjunto de tensões, ao qual se encontra submetido os homens pesquisados, torna-se fundamental a união de forças entre a população quilombola, a comunidade científica e o governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, para a implantação de condições salubres de trabalho, direito a remuneração justa, ações de formalização dos vínculos, recolhimento das contribuições trabalhistas e proteção contra o desemprego.

As iniquidades sociais devem ser combatidas pelo Estado por meio da promoção do fortalecimento das políticas públicas de equidade voltadas para a população quilombola. Destacamos a necessidade de uma maior articulação das políticas de promoção da igualdade racial, de educação quilombola, de acesso ao mercado de trabalho e de saúde – da família, da população negra, do campo e do trabalhador, além de esforços para que ocorra a participação democrática de todos os atores envolvidos, principalmente os homens quilombolas.

O doutorado contribuiu para um alinhamento conceitual e embasamento teórico sobre as dimensões da precariedade e da intensificação ocupacional, a determinação do processo saúde-doença em populações de extrema vulnerabilidade social, a vigilância em saúde do trabalhador e o rigor metodológico para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares em saúde.

No Brasil, inexistiam estudos sobre as repercussões da intersecção dos marcadores sociais para a informalidade e o adoecimento mental de homens quilombolas, além de uma abordagem integral sobre os processos de trabalho e a exposição ocupacional desses trabalhadores. A metodologia da Cartografia e a Psicodinâmica do Trabalho, apresentaram-se como potentes ferramentas para a realização de investigações qualitativas e intervenções no âmbito da saúde do homem e de povos e comunidades tradicionais, conectando os territórios, as condições de vida, os sujeitos e o mundo do trabalho.

Com a titulação, almeja-se a continuidade na realização de estudos com foco na saúde do homem, do trabalhador, do campo, da população quilombola, dos povos e comunidades tradicionais e a interseccionalidade dos marcadores sociais como eixo estruturante das condições de vida, trabalho, saúde e adoecimento.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ANDRADE, T. (Org.). **Quilombos em São Paulo**: tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014.
- ARAÚJO, E. M. *et al.* A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. **Interface**, Botucatu, v. 13, n. 31, p. 383-394, 2009.
- ARAÚJO, T. M.; PALMA, T. F.; ARAÚJO, N. C. Vigilância em Saúde Mental e Trabalho no Brasil: características, dificuldades e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3235-3246, 2017.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.
- BETHÔNICO, M. B. M. **Produção de Carvão Vegetal no município de Montezuma**: Impactos sócio ambientais. 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em 19 de março de 2020.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Transtornos Mentais no Trabalho**. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/noticias/transtornos-mentais-trabalho-em-escala-condicoes-insalubres-e-recompensa-insatisfatoria-podem-ser-causas/>. Acesso em 21 de maio de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Seção I, p. 46-51.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988**. Constituição da Fundação Palmares pela Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/7543>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 12 de outubro de 2019.

CAMISASSA, M. Q. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CANCELA, C. D.; MOUTINHO, L.; SIMÕES, J. A. **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

CARELLI, R. L. O Ministério Público do Trabalho na proteção do direito do trabalho. **Caderno CRH**, v. 24, n. 01, p. 59-69, 2011.

CARNEIRO, F. F. *et al* (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, A. P. C. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 46, p. 131-157, 2016.

CASSIANO, M.; FURLAN, R. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 373-378, 2013.

CEDEFES, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Comunidades quilombolas em Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/cd-de-dados-comunidades-quilombolas-de-minas-gerais/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

CEZAR-VAZ, M. R. *et al.* Câncer de pele em trabalhadores rurais: conhecimento e intervenção de enfermagem. **Esc. Enferm. USP**, v. 49, n. 4, p. 564-571, 2015.

CHEHUEN NETO, J. A. *et al.* Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1909-1916, 2015.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R.W. La organización social de la masculinidad. In: VALDES, T.; OLAVARIA, J. (Edit.). **Masculinidad: poder y crisis**. Santiago de Chile: Ediciones de las Mujeres, 1997.

COSTA, A. G.; LUDERMIR, A. B. Common mental disorders and social supporting a rural community in Zona da Mata, Pernambuco State, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 73-79, 2005.

COSTA, J. B. A. Processos e territorializações e o deslizamento de conteúdos na etnicidade quilombola em Agreste. **Argumento**, v. 1, n. 7, p. 117-144, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estud. Fem.**, ano 10, v. 172, p. 171-188, 2002.

DALDON, M. T. B.; LANCMAN, S. Vigilância em Saúde do Trabalhador: rumos e incertezas. **Rev. bras. saúde ocup.**, v. 38, n. 127, p. 92-106, 2013.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 363-371, 2012.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Três novelas ou o que se passou? In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. GUERRA NETO, A. *et al.* (Trads.). Rio de Janeiro: Editora 34, v. 3, 1980.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34. v. 1-5, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DIAS, E. C. *et al.* Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, n. 1, p. 269-277, 2002.

DUARTE, F. C. **A expansão da monocultura de eucalipto no noroeste fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais**. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Produção Brasileira de banana em 2019**. 2019. Disponível em: [http://www.cnpmf.embrapa.br/planilhas/Banana\\_Brasil\\_2019.pdf](http://www.cnpmf.embrapa.br/planilhas/Banana_Brasil_2019.pdf). Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

FARO, A.; PEREIRA, M. E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 3, p. 271-278, 2011.

FERNANDES, S. L.; ZAKABI, D.; CALEGARE, M. G. A. Humilhação social e contextos rurais: discussões a partir de pesquisas em três comunidades rurais. **Psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 287-303, 2016.

FERREIRA, S. R. B. *et al.* Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho. **Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo – INCRA/UFES/APAGEES**. Conceição da Barra, 2005.

FIGUEIREDO, W. S. **Masculinidades e Cuidado: diversidade e necessidades de saúde dos homens na atenção primária**. 2008. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências - Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FORTINI, R. M. *et al.* Mensuração da pobreza multidimensional rural nas mesorregiões Norte e Jequitinhonha de Minas Gerais. **Econ. Sociol. Rural**, v. 57, n. 1, p. 161-180, 2019.

FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. **O Uso de Ferramentas Analisadoras para Apoio ao Planejamento dos Serviços de Saúde: o caso do serviço social do Hospital das Clínicas da UNICAMP (Campinas, SP)**. São Paulo: Hucitec, 2004.



FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)**. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-3.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

GOMES, K. O. *et al.* Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1829-1842, 2013.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 23, n. 6, p.1963-1970, 2018.

GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 107-122, 2011.

GUATTARI, F. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUIMARAES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Antropol.**, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

HASSARD, J.; HOLLYDAY, R.; WILLMOT, H. **Introduction: the body and organization**. London: Sage, 2000.

HUR, D. U.; VIANA, D. A. Práticas grupais na esquizoanálise: cartografia, oficina e esquizodrama. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 111-125, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil entre 2012 e 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 12 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 96 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas_tecnicas.pdf). Acesso em 28 de julho de 2020.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza**

**Rural no Brasil.** Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-19.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Women and men in the informal economy: a statistical Picture.** 3. ed. Geneva: ILO, 2018.

KOCHERGIN, C. N.; PROIETTI, F. A.; CÉSAR, C. C. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil: autoavaliação de saúde e fatores associados. **Cad. Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1487-1501, 2014.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2009.

LOKHANDE, V. R. Health profile of workers in a ship building and repair industry. **Indian J Occup Environ Med**, v. 18, n. 2, p. 89-94, 2014.

LOPES, C. V. A; ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em debate**, v. 42, n. 117, p. 518-534, 2018.

LOPEZ, S. B.; MOREIRA, M. C. N. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 3, p. 743-752, 2013.

LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell'essere sociale.** Roma: Riuniti, 1981.

MACHADO, J. M. H. **Alternativas e processos de vigilância em Saúde do Trabalhador: a heterogeneidade da intervenção.** 1996. 149 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1996.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, v. 133, p. 463-479, 2018.

MARQUES, S. M. T.; SILVA, G. P. Trabalho e acidentes no meio rural do Oeste Catarinense, Santa Catarina, Brasil. **Rev. Bras. Saúde. Ocup.**, v. 28, n. 107-108, p. 101-105, 2003.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, M. M. (Org.). **Memórias de trabalho e não trabalho quilombola**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto nas novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serv. Soc. Soc.**, v. 1, n. 111, p. 450-467, 2012.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicol. cienc. prof.**, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995.

MEYER, A. *et al.* Esophageal cancer among Brazilian agricultural workers: Case-control study based on death certificates. **International J Occup Environ Health**, v. 214, n. 2, p. 151-155, 2011.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado: PMDI 2019-2030**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [https://fapemig.br/media/filer\\_public/0e/12/0e1231d9\\_a702-40bf-a0fc-4a75c8c83d78/pmdi\\_2019-2030.pdf](https://fapemig.br/media/filer_public/0e/12/0e1231d9_a702-40bf-a0fc-4a75c8c83d78/pmdi_2019-2030.pdf). Acesso em 18 de outubro de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de agricultura, pecuária e abastecimento de Minas Gerais. **Relatório do projeto Jaíba – 2005 a 2010**. 2011. 13 p. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/files/jaiba.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Saúde. **Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais – 2008 a 2011**. Secretaria de Estado de Saúde, 2011. 164 p. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Plano%20Estadual%20de%20Saude.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Saúde. **Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais – 2016 a 2019**. 311 p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MG\\_Plano-Estadual-de-Sade-2016-2019-Final-aprovado.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MG_Plano-Estadual-de-Sade-2016-2019-Final-aprovado.pdf). Acesso em 24 de março de 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2014.

MINAYO-GOMEZ, C. Produção de conhecimento e intersectorialidade em prol das condições de vida e de saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3361-3368, 2011.

MIRANDA, A. L. *et al.* Percepção de risco: estudo com trabalhadores de um estaleiro expostos a metais. **Cad. Saúde Colet.**, v. 27, n. 1, p. 93-99, 2019.

MONTEIRO, K. S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, F. **Saúde da população negra**: Brasil ano 2001. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. 344 p. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081\\_saude\\_popnegra.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081_saude_popnegra.pdf). Acesso em 14 de junho de 2020.

OLIVEIRA, S. K. M.; CALDEIRA, A. P. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em quilombolas do norte de Minas Gerais. **Cad. Saúde Colet.**, v. 24, n. 4, p. 420-427, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Dezembro de 1948, p. 5. Disponível em: [https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr\\_translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2021.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sullina, 2015.

PAULI, S. *et al.* Prevalência autorreferida de hipertensão e fatores associados em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3293-3303, 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PEREIRA, N. J.; SOUZA, K. R. Pobreza no estado de Minas Gerais: uma análise da região norte. **Iniciativa Econômica**, Araraquara, v. 4, n. 2, 2018.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-49, 2013.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, S. S.; COSTA, M. M. M. **Trabalho, educação e gênero**: desafios e perspectivas da inserção da mulher no mercado de trabalho no século XXI. Curitiba: Multideia, 2014.

RIBEIRO, L. R. **Caracterização de cultivares de bananeira em sistema de cultivo convencional e orgânico**. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicol. Soc.**, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

SAMPAIO, C. A. **Representações culturais de quilombolas-vazanteiros**: um segmento da cultura inclusiva no Acampamento Rio São Francisco. 2012. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, G. B. V. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, p. 01-10, 2019.

SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2011.

SANTOS, R. C.; SILVA, M. S. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. **Saúde Soc.**, v. 23, n. 3, p. 1049-1063, 2014.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. soc.**, Campinas, n. 10, p. 129-136, 2002.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, A. R. F. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política e trabalho**, v. 48, p. 115-128, 2018.

SILVA, D. A.; HONG, O. Análise do cenário de saúde e segurança dos trabalhadores atuantes na atividade de mineração brasileira. **Enferm. Atenção Saúde**, v. 6, n. 2, p. 134-143, 2017.

SILVA, J. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade quilombola do Estado da Paraíba. **Saúde Soc.**, v. 16, n. 2, p. 111-124, 2007.

SILVA, L. L. *et al.* Modificação do perfil da silicose na mineração subterrânea de ouro em Minas Gerais. **Rev. Bras. saúde ocup.**, v. 43, p. 1-10, 2018.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. **Pesqui. prá. psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2018.

SILVA, T. D. Panorama social da população negra. In SILVA, T. D.; GOES, F.L. (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes** (pp. 13-30). Brasília: Ipea. 2013.

SOUSA, M. S. R.; SANTOS, J. J. F. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Katálisis**, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.

SOUZA, R. M. **A qualidade do ar, o comportamento da função pulmonar e a ocorrência de doenças respiratórias em trabalhadores da produção de carvão vegetal em três municípios do estado do Rio Grande do Sul**. 2018. 84 f. Tese (Doutorado em Qualidade Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental, Universidade Feevale, Nova Hamburgo, 2018.

SOUZA, T. P.; MONTEIRO, I. Produção mineral no brasil: ensaio teórico sobre a epidemiologia da silicose. **CIATEC - UPF**, v. 11, n. 1, p. 70-77, 2019.

TAKAHASHI, M. A. B. C. *et al.* Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT). **Saúde Soc.**, v. 21, n. 4, p. 976-988, 2012.

TOFOLO, C. *et al.* Contributing factors for farm workers' exposure to pesticides in the west of the state of Santa Catarina, Brazil. **Acta Sci. Health Sci.**, v. 36, n. 2, p. 1-7, 2014.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Boletim Epidemiológico dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006–2017**. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Edição nº 13, ano IX. p. 1-5, 2019.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Diretrizes para o desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador pelas equipes da Atenção Básica/Saúde da Família.** Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva e Social. Área Saúde & Trabalho. Belo Horizonte, 2016. 42 f.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade do espaço periurbano do município de Araraquara-SP.** 2005. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

VASCONCELLOS, L. C. F. Vigilância em Saúde do Trabalhador: decálogo para uma tomada de posição. **Rev. Bras. Saúde. Ocup.**, v. 43, supl. 1, p. 1-9, 2018.

VASCONCELLOS, L. C. F.; ALMEIDA, C. V. B.; GUEDES, D. T. Vigilância em saúde do trabalhador: passos para uma pedagogia. **Trab. educ. saúde**, v. 7, n. 3, p. 445-462, 2009.

VIEIRA, A. B. D.; MONTEIRO, P. S. Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da Bioética de Intervenção. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 610-618, 2013.

VILELA, R. A. G. **Desafios da vigilância e da prevenção dos acidentes do trabalho.** São Paulo: LTR, 2003.

ZANELLI, J. C.; KANAN, L. A. **Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho: Organizações que emancipam ou que matam.** Uniplac. 2018.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DISPARADOR DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – PPGCS  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE



## DISPARADOR DE ENTREVISTAS: SAÚDE DO HOMEM

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ HQ \_\_\_\_\_ N° gravação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019 Município: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

### 1- Condições de vida:

- Como são as condições de vida no quilombo? (individual, familiar, vizinhos, comunitária\*).
- Conte-me como foi à rotina da sua semana (alimentação, lazer, esporte, cigarro, álcool\*).
- A comunidade organiza alguma atividade cultural, festejos? Conte-me sobre elas?
- Existe alguma associação no quilombo? Como são as reuniões? Quais os benefícios?

### 2- Condições de trabalho:

- Como são as condições de trabalho para os homens nesse quilombo? (em que trabalham? vivem de que? \*).
- O que faz com o que ganha/produz? (dinheiro; trocas; autoconsumo\*).
- Como é o seu trabalho? (rotina; horários; atividades desenvolvidas; benefícios\*).
- Existem riscos no seu trabalho? Quais?
- Já sofreu algum acidente de trabalho? Quando? Conte-me como foi e os desdobramentos.
- Qual a contribuição do trabalho desempenhado para o seu adoecimento?
- No trabalho, o que faz para cuidar da sua saúde? (e/ou evitar acidentes\*).

### 3- Condições de saúde e práticas de cuidado:

- O que é saúde para você? E o que é doença?
- Em geral, como você considera a sua saúde? (muito boa; boa; regular; ruim\*). Porquê?
- Considera-se uma pessoa que cuida da sua saúde? Porquê?
- Sem sim, como realiza esse cuidado? E se não, por que não tem cuidado da própria saúde?

### 4- Itinerários terapêuticos:

- Relate uma experiência marcante de adoecimento e/ou procura de atendimento e os cuidados desenvolvidos (caminhos percorridos, onde e quem procurou ou procura? \*).
- Como é a sua relação com a equipe de saúde local? (quem são os profissionais; o que fazem para a população/comunidade\*).
- Quais demais espaços o senhor ou sua família utilizam para o cuidado à saúde? (curandeiro; benzedeira\*).

\*Ativadores para o pesquisador aprofundar os diálogos.

\*\*Registrar todas as observações das entrevistas no diário cartográfico.



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAR** **EM PESQUISA**

**Título da pesquisa:** Situação de saúde e trabalho de famílias quilombolas rurais.

---

**Instituição promotora:** Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde - PPGCS.

---

**Coordenador:** Doutorando Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda.

**Atenção:**

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

**1- Objetivo:** Realizar um mapeamento sobre a situação de saúde e trabalho de comunidades rurais quilombolas, localizadas na Macrorregião de Saúde Norte, Estado de Minas Gerais, Brasil.

**2- Metodologia/procedimentos:** Trata-se de um estudo exploratório descritivo e transversal, que será desenvolvido em duas fases distintas: um levantamento quantitativo e outro qualitativo.

**3- Justificativa:** O presente estudo justifica-se pela importância de analisar a situação de saúde e trabalho de famílias quilombolas, localizadas na Macrorregião de Saúde Norte. Serão investigadas as condições de vida, saúde, o acesso e a utilização de serviços de saúde e aspectos relacionados aos processos de trabalho dos moradores dessas comunidades, com foco na saúde do homem e da mulher.

**4- Benefícios:** A pesquisa produzirá informações para orientar a ação em saúde coletiva para as populações quilombolas. Essa prática é relevante para os diversos níveis de decisão (serviço de saúde, comunidade, municípios, estado e federação), de modo a permitir a utilização das informações e do conhecimento produzido nas atividades de planejamento, definição de prioridades, alocação de recursos, avaliação dos programas implementados, ações extensionistas de educação em saúde entre outras.

**5- Desconfortos e riscos:** O desconforto que você poderá sentir será relacionado à: fornecer informações pessoais ou confidenciais; o tempo gasto em responder as entrevistas; o constrangimento em falar em público e o incômodo em conversar com o pesquisador. Como riscos: ter o seu nome divulgado publicamente ou a sua imagem. Teremos o maior cuidado para que esses desconfortos e riscos não ocorram e garantimos que tomaremos todas as precauções para que a divulgação deste estudo não cause qualquer problema a você.

**6- Danos:** Por mínimos que sejam os possíveis danos da presente pesquisa, poderão estar relacionados ao comprometimento da integridade dos indivíduos caso ocorra alguma exposição das suas dimensões físicas, intelectuais, sociais e culturais.

**7- Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis:** Não se aplica.

**8- Confidencialidade das informações:** É assegurado aos participantes o sigilo e a privacidade dos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, de acordo com aspectos éticos e legais do

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e as normas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

**9- Compensação/indenização:** Todos os participantes da pesquisa estão assegurados de forma clara e afirmativa por parte do pesquisador ao direito à indenização em caso de danos decorrentes do estudo, previsto ou não nesse Termo, nas diferentes fases da pesquisa.

**10- Outras informações pertinentes:** Não se aplica.

**11- Consentimento:** Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

|                         |                            |      |
|-------------------------|----------------------------|------|
| Nome do participante    | Assinatura do participante | Data |
| Nome da testemunha      | Assinatura da testemunha   | Data |
| Coordenador da pesquisa | Assinatura do coordenador  | Data |

**ENDEREÇO DO PESQUISADOR:**

Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda. Rua Juscelino Kubitschek, nº 126, Centro, Japonvar-MG. CEP: 39.335-000. E-mail: sergioenfermagem@yahoo.com.br. **TELEFONE:** (38) 9 9906-6972 e (38) 9 9824-9644.

**OBS:** 1º via pesquisadores.  
2º via participantes do estudo.

## APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM EM PESQUISA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM EM PESQUISA**

**Título da pesquisa:** Situação de saúde e trabalho de famílias quilombolas rurais.

---

**Instituição promotora:** Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde - PPGCS.

---

**Coordenador:** Doutorando Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda.

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem ou imagens em que possa aparecer ao fundo, AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores do presente projeto de pesquisa a realizar as fotos que se façam necessárias durante a pesquisa.

Ao mesmo tempo, libero e autorizo a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores e da pesquisa, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N° 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Montes Claros-MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do coordenador do projeto

APÊNDICE D – CAMINHOS PERCORRIDOS NA CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE HOMENS QUILOMBOLAS POR MEIO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS E DIÁRIO DE CAMPO

*“Escrever não é armazenar, escrever é lutar e resistir. Escrever é uma arte. Escrever é sempre liberar a vida onde ela esteja aprisionada. Escrever é desenhar um mapa e traçar linhas de fuga” (Gilles Deleuze).*

Durante nove meses foram visitadas oito microrregiões e 16 municípios. A maioria dos caminhos percorridos até as 23 comunidades cartografadas eram desconhecidos. Consideramos como dificultadores as longas distâncias, a precariedade das estradas e o período chuvoso e como facilitadores o apoio da população local, a equipe do projeto e o acolhimento dos entrevistados. A seguir apresentamos os registros fotográficos e as anotações do diário de campo, iniciando por duas imagens que representam um “inesquecível e afetivo encontro”.



Fotografias 1 e 2: As marcas do trabalho rural. Mãos calejadas de tanto puxar a enxada para o preparo da terra e o cultivo dos alimentos. Nas costas, um pesado saco, onde estão acondicionados maxixes e espigas de milho verde. O chapéu protege contra o sol forte e a camisa molhada de suor reflete a intensidade do trabalho masculino e a longa caminhada da lavoura até a sua casa.



Fotografia 3: Reunião entre o pesquisador e os ACS quilombolas do município de São João da Ponte. O encontro propiciou o planejamento das visitas aos quilombos de Brejo dos Crioulos e Terra Dura. Os ACS foram muito receptivos, contribuindo para a articulação com os líderes comunitários e moradores, além do apoio durante os deslocamentos pelos territórios.



Fotografia 4: O (des)encontro entre o asfalto e a terra nos caminhos para os territórios rastreados. De Montes Claros até os 16 municípios a equipe se deslocou em carros particulares, por rodovias de asfalto, percorrendo uma média de 400 km (ida e volta). A partir da sede dos municípios seguimos para os quilombos sempre por estradas de terra.





Fotografia 5: As belezas do ambiente em volta das longas estradas que dão acesso aos quilombos. Destaque para os ipês rosas e os relevos e montanhas do norte de Minas Gerais. A região é caracterizada pela transição entre o Cerrado e a Caatinga, com domínio da mata seca. A fotografia foi registrada no período de chuvas com a vegetação florescendo.



Fotografia 6: Chegamos a percorrer mais de 100 Km pelas estradas de terra. Em algumas viagens nos deparamos com o contratempo de diversos atoleiros no meio do caminho. As condições de algumas estradas rurais são precárias e com as chuvas, alguns pontos se tornam intransitáveis.



Fotografias 7 e 8: Algumas pistas para chegar as comunidades de Monte Alto (Montes Claros) e Julia Mulata, conhecida também como Cercado (Luislândia). Utilizamos para o deslocamento o GPS e mapas disponíveis em aplicativos de internet. Em algumas viagens ficamos perdidos no emaranhado de pequenas e desertas estradas e recebemos ajuda de transeuntes e moradores.



Fotografia 9: Os caminhos fluviais e a riqueza das águas do Rio São Francisco, popularmente conhecido como Velho Chico. A água do rio é considerada como fonte de vida para a população ribeirinha e quilombola e por todos os moradores da região. A captação da água tem como finalidade o consumo humano e animal e para a irrigação da agricultura familiar, de média e grande escala (Projeto Jaíba).





Fotografia 10: O acesso para a balsa. No município de São Francisco a população se depara diariamente com imensas filas de carros, caminhões e ônibus à espera de uma das duas balsas que se revezam na travessia do rio. O valor na época era de R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos) para veículos de passeio e caminhonetes. Veículos oficiais, passageiros a pé ou de bicicleta possuem gratuidade.



Fotografia 11: A travessia do Velho Chico e a reivindicação antiga dos moradores da região para a construção de uma ponte no local. A obra irá facilitar o acesso as comunidades rurais situadas na margem esquerda do rio e a ligação entre os municípios de São Francisco, Pintópolis e Chapada Gaúcha, além de encurtar a distância da região com a capital nacional.





Fotografia 12: As dificuldades de descolamento noturno. No retorno de um quilombo presenciamos o perigo da travessia do rio na escuridão, iluminados apenas pela lua. A balsa funciona de 04:00-20:00h, com duração média de 20 minutos em cada viagem. Entre 20:00 e 23:59h uma balsa parte a cada 60 minutos e a partir de 00:00h só em casos de emergência.



Fotografia 13: Ponte situada entre os municípios de Pedras de Maria da Cruz e Januária. A obra foi inaugurada no ano de 1996 e facilitou o transporte de moradores e produtos, além de permitir o desenvolvimento da economia regional e o acesso para municípios situados no extremo norte mineiro (Itacarambi, Manga, São João das Missões e Montalvânia) e municípios do Centro-Sul da Bahia (Cocos, Carinhanha, Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa).



Fotografias 14 e 15: As condições de moradia dos quilombos cartografados se assemelham e diferenciam entre si. Existem comunidades mais estruturadas, com casas próximas umas das outras, ruas asfaltadas, acesso a serviços públicos e comunidades com casas dispersas, ruas sem calçamento e totalmente esquecidas pelo governo municipal, estadual e federal.



Fotografias 16 e 17: Em quase todos os quilombos observamos uma pequena Igreja Católica, geralmente construída no centro da comunidade, o templo da Congregação Cristã no Brasil e pouquíssimos adeptos do Candomblé e de outras religiões de matriz africana.





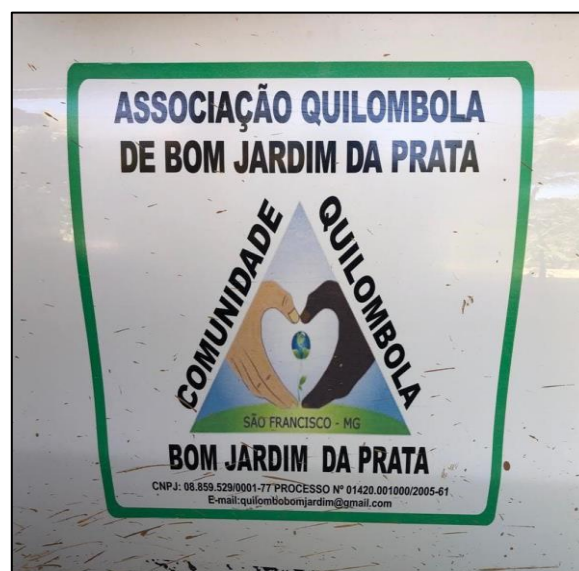
Fotografia 18: Algumas comunidades possuem uma padaria e poucos comércios de cereais, produtos de limpeza e higiene pessoal. Observamos muitos bares e botecos. Esses espaços são frequentados na maioria das vezes por homens, de diferentes faixas etárias, em busca da cachaça e de outras bebidas alcóolicas, além da diversão ofertada pelas mesas de sinuca.



Fotografia 19: A maioria dos quilombos visitados não possuem escolas. Os estudantes se deslocam em ônibus escolares até os distritos rurais ou a sede dos municípios. As poucas escolas do campo estão situadas nas comunidades maiores e desenvolvem conteúdos didático-pedagógicos voltados para a educação quilombola e o fortalecimento de tradições da população negra.



Fotografia 20: A motocicleta é o meio de transporte mais utilizados pelos homens quilombolas e respectivamente por suas famílias, seguido pela bicicleta, o transporte em ônibus escolares e o fretamento de táxis locais. Pouquíssimas comunidades possuem linhas de ônibus para a sede dos municípios e uma viagem de táxi com uma média de 50Km de distância pode chegar a custar até R\$ 150,00 reais (Cento e cinquenta reais).



Fotografias 21 e 22: O associativismo como forma de organização política e social da população quilombola. Os associados se reúnem mensalmente para discutir propostas de melhorias nas condições de vida e trabalho na comunidade. A redução significativa no número de sócios foi relatada por todos os presidentes de associações quilombolas.





Fotografia 23: A simplicidade da sede da associação quilombola da comunidade de Riacho Novo no município de Januária. O regimento interno da associação destaca como missão da instituição a luta pelo protagonismo e defesa dos trabalhadores locais, a manutenção das práticas da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável do território.



Fotografias 24 e 25: Na região do cerrado os longos períodos de seca acabam produzindo a destruição de pequenas lavouras, o esvaziamento de rios e córregos, o aumento no desemprego e o agravamento da situação de pobreza das famílias. Em contraposição, existem em alguns territórios quilombolas as veredas e brejos, que concentram alta saturação hídrica e solo encharcado, ideal para o cultivo de arroz e hortaliças e no período da seca o feijão.

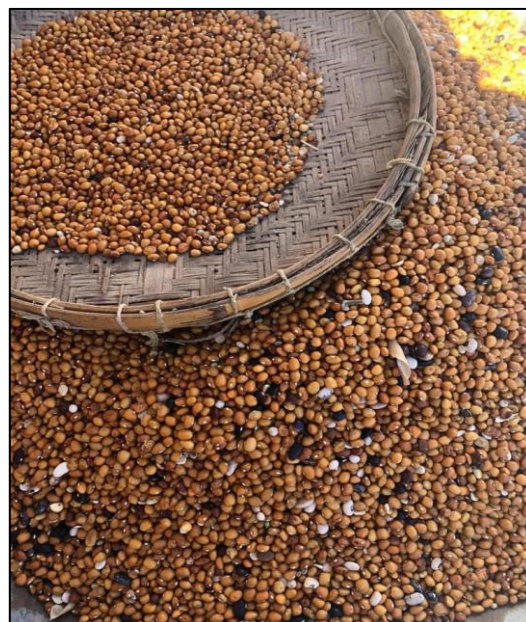


Fotografias 26 e 27: No entorno dos quilombos existem pequenas e grandes fazendas que desenvolvem a criação de bovinos de corte e a produção de leite. Os homens quilombolas trabalham nessas fazendas com o cuidado e alimentação dos animais, a ordenha do leite, preparação do solo, plantação e colheita de alimentos, além de serviços de manutenção de cerca.



Fotografia 28: Devido à pouca quantidade de solos férteis, a maioria das lavouras é temporária. O processo de produção inicia com a seleção das sementes e a limpeza da área para o plantio, com a utilização de instrumentais simples como a enxada, machado, foice e facões. No trabalho rural, os homens quilombolas transmitem valores e práticas da produção tradicional de alimentos para seus filhos e para a comunidade.





Fotografias 29 e 30: A riqueza do feijão guandu, também conhecido como andu, plantado e colhido pelos homens quilombolas. Na primeira imagem, o andu ainda em vagens, colhidas naquele momento. Na segunda imagem o andu debulhado para ser peneirado e catado.



Fotografias 31 e 32: Em uma dispensa, a cebola branca pendurada, o quiabo e os ovos caipira acondicionados em uma panela de ferro batido. A produção de alimentos nos quilombos apresenta a função de autoconsumo e como uma fonte de renda pela comercialização do excedente dos produtos nas feiras livres de cidades próximas aos quilombos.





Fotografia 33: O pesquisador com o coletivo de trabalhadores rurais residentes na comunidade quilombola de Poções, município de Francisco Sá. Todos esses homens desempenham o trabalho rural em suas pequenas terras ou como meeiros em propriedades de terceiros.



Fotografia 34: O processo de trabalho nas fazendas de eucalipto. A monocultura acabou se tornando uma importante oportunidade de trabalho. Os homens quilombolas realizam a plantação das mudas, o cultivo e o corte das árvores. Na região do quilombo de Macaúba, no município de Bocaíuva a produção de eucalipto vem apresentando um grande crescimento, devido à demanda das indústrias mineiras de fabricação de moirões de cerca, madeira serrada, painéis, papel e celulose.





Fotografia 35: Os fornos para a produção do carvão na comunidade de Gerais Velho, município de Ubaí. Observamos condições degradantes de trabalho, com a ausência de um local coberto e com circulação de ar para o descanso dos trabalhadores, além da não disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual contra a inalação da fumaça.



Fotografia 36: Depois da queima o carvão é resfriamento nos fornos e retirado para o ensacamento. Os homens quilombolas também realizam a montagem da carga de carvão nos caminhões. O produto é vendido e transportado para as grandes usinas siderúrgicas localizadas na cidade de Sete Lagoas, região central de Minas Gerais.



Fotografia 37: Aposentado, portador de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, relata ter trabalhado por mais de 20 anos na carvoaria de Gerais Velho. A aposentadoria foi por idade e segundo o entrevistado só conseguiu o benefício por ter exercido uma jornada dupla, com o desempenho do trabalho rural em sua pequena propriedade.



Fotografias 38 e 39: O encontro com outros trabalhadores da carvoaria. Na primeira imagem, os trabalhadores estão assinando o TCLE para em seguida participaram da conversa com o pesquisador. Segundo eles as atividades no local exigem um trabalho noturno, que é revezado, com seus colegas. Os três destacaram os principais riscos ocupacionais na produção do carvão e relataram a presença da tosse e expectoração devido à permanente inalação de fumaça.





Fotografia 40: No meio da vegetação desponta o paredão de pedras. Os escravizados procuravam ouro pelas serras da região e o nome da comunidade surgiu devido a ocupação de terras localizadas no “Pé da Serra”. O quilombo situa-se no município de Januária e o trabalho na pedreira foi considerado como a principal fonte de renda para os homens.



Fotografia 41: O processo de trabalho na pedreira requer esforço físico, movimentos bruscos, elevação e carregamento de peso e a possibilidade de inalação de partículas de sílica suspensas no ambiente. Para o desmonte da rocha e a extração de grandes blocos de pedra os homens utilizam explosivos e picaretas. As pedras são carregadas para beneficiamento em uma grande máquina trituradora e a brita e o pó de brita são vendidos para os depósitos de construção civil da região.



Fotografias 42 e 43: A frase estampada na camiseta de um trabalhador da pedreira revela uma reivindicação silenciosa por melhores condições de trabalho. Na segunda imagem, destacamos o porte físico e a hipertrofia muscular em um dos trabalhadores da pedreira, além da companhia de seu filho durante a triagem para a sua entrevista.



Fotografias 44 e 45: No município de Janaúba e no quilombo de Vila Nova de Poções, a escassez na oferta de empregos acaba conduzindo os homens para o trabalho nas plantações de banana no Projeto Jaíba. Os investimentos do governo no projeto permitiram a irrigação das propriedades da região por meio da captação de águas na margem direita do Rio São Francisco, especificamente no município vizinho de Matias Cardoso.





Fotografias 46 e 47: Duas gerações de trabalhadores do bananal. Ambos relataram o uso de agrotóxicos para o cultivo da banana e não ter recebido nenhum tipo de treinamento para o manuseio do produto. Outros entrevistados destacaram que os empregadores exigem a aplicação de agrotóxicos e caso se recusem correm o risco de serem dispensados do trabalho.



Fotografia 48: Festival Norte Mineiro de Cultura Quilombola. A cada ano uma comunidade da macrorregião é escolhida para sediar o evento. Em 2019 foi a vez do quilombo de Buriti do Meio, no município de São Francisco. Durante três dias estiveram reunidos lideranças e moradores de 17 comunidades, pesquisadores da Unimontes, trabalhadores da saúde e assistência social do município e representantes do SENAR e EMATER.



Fotografia 49: A programação cultural do evento contou com uma pauta intensa. As mulheres da comunidade de São Geraldo (Coração de Jesus), apresentaram a dança típica da ciranda de roda, os grupos das comunidades de Cabana (Monte Azul) e Barreiro (Januária) o batuque e o tambor de crioula, além do samba de ronda e a folia de reis pelos grupos de Picada (Pai Pedro).



Fotografia 50: Nos intervalos das apresentações artísticas ocorreram as plenárias entre os líderes quilombolas, pesquisadores e representantes do governo. “Sou África em todos os sentidos” foi o tema disparador das discussões, reforçando a ancestralidade africana e o processo de formação dos territórios quilombolas. Os técnicos do SENAR e EMATER realizaram oficinas de extensão rural e a equipe de saúde a aferição da pressão arterial e testes de glicemia capilar.





Fotografia 51: Durante o evento foram expostas e comercializadas peças de artesanato. Os vasos, jarros, potes, moringas, panelas, pratos e namoradeiras são fabricados em argila e pintados à mão. O trabalho com o artesanato é desenvolvido em sua maioria pelas mulheres quilombolas e tem se constituído como uma importante fonte de renda para as famílias.



Fotografias 52 e 53: As refeições foram preparadas e vendidas pelas mulheres da comunidade de Buriti do Meio. Cada participante ganhou um prato de barro para ser utilizado durante o almoço e jantar nos três dias do evento. O pesquisador adquiriu um pote de barro e foi carinhosamente presenteado por uma artesã com uma boneca de cabaça.



Fotografia 54: Na fachada de uma das casas da comunidade de Buriti do Meio um morador pintou os movimentos da roda de capoeira. A imagem reforça o simbolismo da herança cultural afro-brasileira e a potência dessa modalidade de dança e música para a vida e identidade da população quilombola.



Fotografia 55: Uma roda de capoeiristas, ao som característico da baqueta percutada no arame do berimbau – “*tim, tim, dom, tom*”, palmas fortes e as batidas firmes do atabaque – “*tum, tum, tá, tum*”. Durante todo o evento esses toques comandaram os ritmos dos jogos de capoeira apresentados por diversos grupos de jovens homens quilombolas.





Fotografia 56: A capoeira como um ato de resistência. Observa-se que a base do jogo é a ginga, o ataque e a defesa dos capoeiristas situados no meio da roda. Os golpes são jogados próximos ao chão, acompanhados pelo ritmo de diversas cantigas e o olhar atento do público.



Fotografia 57: O sol surgindo entre as montanhas do quilombo de Sítio, município de Bocaíuva. A população desse território vem lutando ao longo dos últimos anos pelo direito de titulação de suas propriedades. No ano de 2020 os moradores denunciaram a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que estão sendo pressionados pelos herdeiros de uma grande fazenda da região a abandonarem suas terras<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Reportagem “Moradores de comunidade quilombola afirmam que sofrem pressão para deixar local”. Exibido em 05 de agosto de 2020 no Jornal MGTV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8754809/>.



Fotografia 58: As tramas e afetos do símbolo do projeto de pesquisa. A árvore representa a vida, sempre em evolução e a sua raiz o princípio do rizoma, onde todos os envolvidos (pesquisadores e sujeitos) foram afetados pelo labirinto de subjetividades rastreadas. Entre a copa e a raiz encontram-se os homens e mulheres quilombolas, protagonistas do estudo.



Fotografia 59: Integração do grupo de pesquisa, composto por quatro alunos de doutorado, dois alunos de mestrado, quatro acadêmicos de enfermagem e duas acadêmicas de odontologia da Unimontes. Os alunos da iniciação científica ressaltaram o grande crescimento pessoal e profissional propiciados pela atuação no projeto. O trabalho colaborativo foi a principal característica do grupo, contribuindo diretamente para a qualidade da pesquisa de campo.



Fotografia 60: Nossa cartografia foi construída por meio de múltiplas entradas e saídas, diálogos e encontros, experimentações e afetações. Registro na comunidade de Gameleira, município de Januária. A imagem representa os últimos passos da equipe na caminhada percorrida para a produção de dados. Durante as viagens escutamos por diversas vezes a música “Tocando em Frente” dos compositores Almir Sater e Renato Teixeira. Nesse universo de subjetividades, seus versos foram cuidadosamente escolhidos para finalizarem a tese:

*“Ando devagar porque já tive pressa*

*E levo esse sorriso*

*Porque já chorei demais*

*Hoje me sinto mais forte*

*Mais feliz, quem sabe*

*Só levo a certeza*

*De que muito pouco eu sei*

*Ou nada sei*

*Conhecer as manhas e as manhãs*

*O sabor das massas e das maçãs*

*É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir*

*Penso que cumprir a vida  
Seja simplesmente  
Compreender a marcha  
E ir tocando em frente*

*Como um velho boiadeiro  
Levando a boiada  
Eu vou tocando os dias  
Pela longa estrada, eu vou  
Estrada eu sou*

*Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs*

*É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir*

*Todo mundo ama um dia  
Todo mundo chora  
Um dia a gente chega  
E no outro vai embora*

*Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si  
Carrega o dom de ser capaz  
E ser feliz”!*



## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS -  
UNIMONTES



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** Situação de saúde e trabalho de famílias quilombolas rurais

**Pesquisador:** SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 86614018.9.0000.5146

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.821.454

**Apresentação do Projeto:**

A presente proposta de pesquisa objetiva realizar um mapeamento sobre a situação de saúde e trabalho de comunidades rurais quilombolas, localizadas na Macrorregião de Saúde Norte, Estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de um estudo exploratório analítico e transversal, que será desenvolvido em duas fases distintas: um levantamento quantitativo e outro qualitativo. Os pesquisadores realizaram um sorteio aleatório para definição das comunidades participantes do estudo, pautando-se na amostragem por conglomerados para melhor representar todo o Norte de Minas. A população participante será composta por indivíduos adultos (18 anos) de ambos os sexos, residentes em comunidades quilombolas das microrregiões de Januária, Manga, Francisco Sá, Brasília de Minas, Janaúba, Salinas, Coração de Jesus e Montes Claros, localizadas na zona rural dos municípios. Os pesquisadores obtiveram um plano amostral através de estimativa populacional baseada nos dados disponíveis das Secretarias Municipais de Saúde e Desenvolvimento Social, no CAA, nos sites CEDEFES e Fundação Cultural Palmares. O universo amostral estimado foi de 1470 indivíduos residentes nos quilombos em questão, sendo 735 do sexo feminino e 735 do sexo masculino. A pesquisa poderá produzir informações para orientar a ação em saúde coletiva para as populações quilombolas.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Realizar um mapeamento sobre a situação de saúde e trabalho de comunidades rurais

**Endereço:** Av. Dr. Rui Braga s/n-Camp Univers Profº Darcy Rib

**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089

**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS

**Telefone:** (38)3229-8180 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** smelocosta@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS -  
UNIMONTES



Continuação do Parecer: 2.821.454

quilombolas, localizadas na Macrorregião de Saúde Norte, Estado de Minas Gerais, Brasil.

Objetivo Secundário: • Investigar as características sociodemográficas, culturais e de assistência à saúde dos moradores das comunidades quilombolas rurais da macrorregião de saúde.

- Investigar questões relacionadas à saúde do homem nessas comunidades, focando nos principais problemas de saúde, nos transtornos mentais comuns, e na demanda-controle no trabalho, além da prevenção do câncer de próstata. • Compreender o sentido atribuído ao trabalho e as práticas de cuidado com a saúde desenvolvida pelos homens quilombolas. • Investigar sobre a saúde da mulher quilombola na idade reprodutiva, focando nos exames preventivos, planejamento familiar, principais doenças e hábitos de vida.
- Conhecer sobre as vivências e experiências da mulher quilombola no que tange a questões culturais e sociais relacionadas à sua saúde. • Pesquisar as informações referentes ao acesso a serviços odontológicos entre idosos quilombolas. • Investigar, nesse grupo etário, as seguintes variáveis odontológicas: edentulismo, uso e necessidade de prótese, cárie dentária, condição periodontal, alterações de tecido mole e necessidade de cuidados imediatos.
- Verificar a associação existente entre a autopercepção da saúde bucal e variáveis sociodemográficas e odontológicas nos idosos dessas comunidades.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O pesquisa apresenta riscos aos entrevistados no que diz respeito ao tratamento das informações confidenciais, além do desconforto por terem que disponibilizar tempo para responder a entrevista. Por outro lado, a pesquisa poderá propiciar conhecimento para orientar a ação em saúde coletiva para as populações quilombolas. As informações poderão ser utilizadas em diversos níveis de decisão (serviço de saúde, comunidade, municípios, estado e federação), de modo a permitir a utilização das informações e do conhecimento produzido nas atividades de planejamento, definição de prioridades, alocação de recursos. Bem como avaliar os programas implementados, ações extencionistas de educação em saúde entre outras estratégias.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O trabalho é importante, pois busca compreender aspectos específicos sobre a população quilombola. Os resultados podem possibilitar conhecer determinadas realidades, relacionadas ao acesso e acolhimento pelos serviços de saúde; principais agravos e condições crônicas e de saúde bucal na população masculina e feminina; saúde sexual e reprodutiva.

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n-Camp Univers Profº Darcy Rib  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8180 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** smelocosta@gmail.com

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS -  
UNIMONTES**



Continuação do Parecer: 2.821.454

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos de apresentação obrigatórias estão de acordo com as normas do CEP.

**Recomendações:**

Recomendo aprovação do projeto sem restrições.

Apresentação de relatório final por meio da plataforma Brasil, em "enviar notificação".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não existem pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O projeto respeita os preceitos éticos da pesquisa em seres humanos, sendo assim somos favoráveis à aprovação do mesmo.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                            | Arquivo                                   | Postagem               | Autor                              | Situação |
|---|---|------------------------|------------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto            | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_1170698_E1.pdf     | 29/06/2018<br>15:18:07 |                                    | Aceito   |
| Outros                                    | Questionario_Quantitativo_Atualizado.docx | 29/06/2018<br>13:09:13 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Outros                                    | Emenda_Projeto_Quilombolas_Saude.docx     | 29/06/2018<br>13:05:43 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Folha de Rosto                            | Folha_rosto_Quilombolas.pdf               | 29/03/2018<br>17:04:20 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_Saude_Trabalho_Quilombolas.doc    | 19/03/2018<br>15:53:45 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Outros                                    | Questionario_Entrevista_Quantitativa.docx | 19/03/2018<br>15:44:44 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Outros                                    | Roteiro_Entrevista_Saude_Mulher.docx      | 19/03/2018<br>13:40:45 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Outros                                    | Roteiro_Entrevista_Saude_Homem.docx       | 19/03/2018<br>13:40:26 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE MIRANDA | Aceito   |
| Orçamento                                 | Orcamento_Projeto_Quilombolas.docx        | 17/03/2018<br>16:16:50 | SERGIO VINICIUS CARDOSO DE         | Aceito   |

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n-Camp Univers Profº Darcy Rib  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8180 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** smelocosta@gmail.com



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS -  
UNIMONTES**



Continuação do Parecer: 2.821.454

|  |  |                        |  |        |
|--|--|------------------------|--|--------|
| Orçamento  | Orcamento_Projeto_Quilombolas.docx       | 17/03/2018<br>16:16:50 | MIRANDA                                  | Aceito |
| Cronograma   | Cronograma_Projeto_Quilombolas.docx      | 17/03/2018<br>16:15:54 | SERGIO VINICIUS<br>CARDOSO DE<br>MIRANDA | Aceito |
| Declaração de<br>Instituição e<br>Infraestrutura                   | Termos_Autorizacao_Municipios03.pdf      | 17/03/2018<br>16:15:23 | SERGIO VINICIUS<br>CARDOSO DE<br>MIRANDA | Aceito |
| Declaração de<br>Instituição e<br>Infraestrutura                   | Termos_Autorizacao_Municipios02.pdf      | 17/03/2018<br>16:13:10 | SERGIO VINICIUS<br>CARDOSO DE<br>MIRANDA | Aceito |
| Declaração de<br>Instituição e<br>Infraestrutura                   | Termos_Autorizacao_Municipios01.pdf      | 17/03/2018<br>16:09:42 | SERGIO VINICIUS<br>CARDOSO DE<br>MIRANDA | Aceito |
| TCLE / Termos de<br>Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência | Termo_Autorizacao_Imagem_Quilombolas.pdf | 17/03/2018<br>16:08:04 | SERGIO VINICIUS<br>CARDOSO DE<br>MIRANDA | Aceito |
| TCLE / Termos de<br>Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência | TCLE_Projeto_Quilombolas.pdf             | 17/03/2018<br>16:03:41 | SERGIO VINICIUS<br>CARDOSO DE<br>MIRANDA | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MONTES CLAROS, 14 de Agosto de 2018

\_\_\_\_\_  
**Assinado por:**  
**SIMONE DE MELO COSTA**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n-Camp Univers Profº Darcy Rib  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8180 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** smelocosta@gmail.com



ANEXO B – COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO PRODUTO 1 NA REVISTA  
INTERFACE: COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO




## Artigos

### Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental

Mapping the working conditions of *quilombola* men and intersections between informality and mental health (abstract: p. 20)

Cartografías de las condiciones de trabajo de hombres *quilombolas* y las intersecciones para la informalidad y la salud mental (resumen: p. 20)

Sérgio Vinícius Cardoso de Miranda<sup>(a)</sup>

<sergio.vinicius.esf@gmail.com> 


Jannefer Leite de Oliveira<sup>(b)</sup>

<jannefer\_oliveira@hotmail.com> 

Cristina Andrade Sampaio<sup>(c)</sup>

<crisrina.sampaio@unimontes.br> 

João Felício Rodrigues Neto<sup>(d)</sup>

<joaofelicio@unimontes.br> 

<sup>(a,d)</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Av. Cula Mangabeira, 562, Santo Expedito. Montes Claros, MG, Brasil. 39401-002.

<sup>(b)</sup> Graduanda do curso de Odontologia, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Montes Claros, MG, Brasil.

<sup>(c)</sup> Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Montes Claros, MG, Brasil.

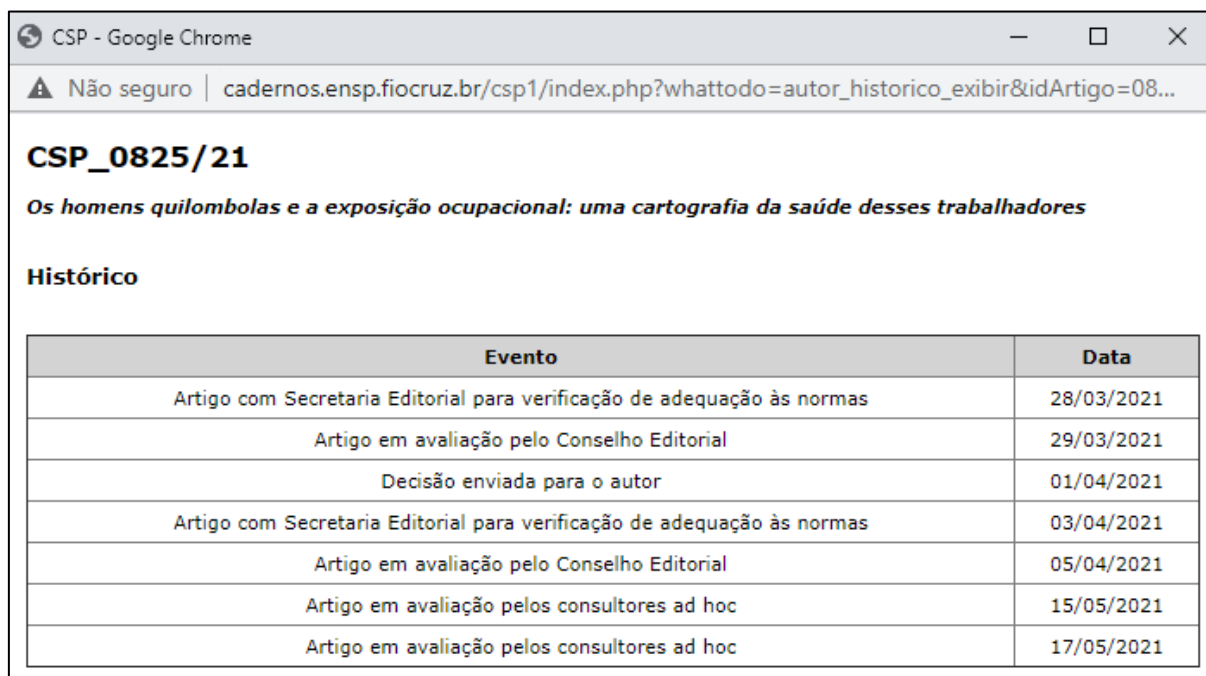
O estudo mapeou as condições de trabalho de homens quilombolas residentes no norte do estado de Minas Gerais, Brasil. Utilizou-se o método cartográfico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os dados foram produzidos em 23 comunidades, por meio de entrevistas individuais, observação de campo e registro das afetações em um diário. A análise de discurso possibilitou a construção de três categorias temáticas e a elaboração de um fluxograma descritor das linhas de força do trabalho. A intersecção de raça/etnia, gênero, região, classe e escolaridade colabora para a precariedade e informalidade ocupacional. No trabalho, as linhas flexíveis permitem vivências de prazer e as linhas duras, o desenvolvimento de adoecimento mental. Nesse sentido, as políticas públicas focadas nos quilombolas necessitam de articulação e fortalecimento pelo Estado, além do esforço para a participação de todos os atores envolvidos, principalmente os homens quilombolas.

**Palavras-chave:** Grupo com ancestrais do continente africano. Marcadores sociais. Trabalho. Iniquidades. Saúde mental.

---

Miranda SVC, Oliveira JL, Sampaio CA, Rodrigues Neto JF. Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental. Interface (Botucatu). 2021; 25: e200478 <https://doi.org/10.1590/interface.200478>

ANEXO C – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO PRODUTO 2 NA REVISTA  
CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA



CSP - Google Chrome

Não seguro | cadernos.ensp.fiocruz.br/csp1/index.php?whattodo=autor\_historico\_exibir&idArtigo=08...

### CSP\_0825/21

*Os homens quilombolas e a exposição ocupacional: uma cartografia da saúde desses trabalhadores*

#### Histórico

| Evento  | Data       |
|---|------------|
| Artigo com Secretaria Editorial para verificação de adequação às normas | 28/03/2021 |
| Artigo em avaliação pelo Conselho Editorial                             | 29/03/2021 |
| Decisão enviada para o autor  | 01/04/2021 |
| Artigo com Secretaria Editorial para verificação de adequação às normas | 03/04/2021 |
| Artigo em avaliação pelo Conselho Editorial                             | 05/04/2021 |
| Artigo em avaliação pelos consultores ad hoc                            | 15/05/2021 |
| Artigo em avaliação pelos consultores ad hoc                            | 17/05/2021 |